

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 60, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Teatro, Câmpus de Palmas.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 06 de dezembro de 2022, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Teatro, Câmpus de Palmas, em observância à Resolução Consepe nº 40, de 13 de abril de 2022, conforme dados do Processo nº 23101.008457/2022-43, e anexo desta Resolução.

Parágrafo único. A atualização descrita no *caput* deste artigo refere-se à Resolução Consepe nº 29/2018, aprovada em 29 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM TEATRO, CÂMPUS DE PALMAS (ATUALIZAÇÃO 2022).

Anexo da Resolução nº 60/2022 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 06 de dezembro de 2022.

Palmas/TO,
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 60/2022 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
TEATRO, CÂMPUS DE PALMAS (ATUALIZAÇÃO 2022).**

Palmas/TO,
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
TEATRO, CÂMPUS DE PALMAS.**

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL	5
1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	7
1.2 - A UFT no contexto regional e local	8
1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais	9
1.3.1 - Missão	9
1.3.2 - Visão	9
1.3.3 - Valores	9
1.4 - Estrutura Institucional	9
2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO	11
3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	14
3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso	14
3.2 - Objetivos do curso	15
3.3 - Perfil Profissional do Egresso	16
3.4 - Estrutura Curricular	17
3.5 - Ementário	25
3.6 - Conteúdos curriculares	65
3.6.1 - Matriz formativa	66
3.6.2 - Flexibilização curricular	66
3.6.3 - Objetos de conhecimento	67
3.6.4 - Programas de formação	69
3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)	71
3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares	72
3.8 - Migração curricular	78
3.9 - Metodologia	79
3.9.1 - Inovação Pedagógica	79
3.9.2 - Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais	81
3.9.3 - Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas	82
3.9.4 - Tecnologias Sociais	82
3.9.5 - Formação e Capacitação Permanente	83
3.9.6 - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	84
3.9.7 - Atividades de Ensino-Aprendizagem	85
3.10 - Estágio Curricular Supervisionado	86
3.11 - Atividades complementares	87
3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	89
3.13 - Internacionalização	89
3.14 - Políticas de apoio aos discentes	90
3.15 - Políticas de extensão	90

3.16 - Políticas de pesquisa	91
3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade	92
3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	93
3.18.1 - Acompanhamento de egressos	94
3.19 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem	95
3.20 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	95
3.21 - Atividades Práticas de Ensino	96
3.22 - Integração com as Redes Públicas de Ensino	98
3.23 - Integração do curso com o Sistema Único de Saúde (SUS)	98
4 - CORPO DOCENTE E/OU TUTORIAL	100
4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)	100
4.2 - Corpo Docente e/ou Tutores	101
4.3 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso	103
5 - INFRAESTRUTURA	104
5.1 - Infraestrutura do câmpus	107
5.1.1 - Sala de Direção do câmpus	107
5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes	107
5.1.3 - Salas de aula	108
5.1.4 - Instalações Administrativas	108
5.1.5 - Estacionamento	109
5.1.6 - Acessibilidade	109
5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais	110
5.1.8 - Biblioteca	110
5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)	111
5.1.8.2 - Periódicos especializados	112
5.1.8.3 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar	116
5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios	116
5.1.10 - Laboratórios Didáticos de Ensino e de Habilidades, instalações e equipamentos	117
5.1.11 - Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniados	117
5.1.12 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	118
5.1.13 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)	118
5.1.14 - Área de lazer e circulação	118
5.1.15 - Restaurante Universitário (se houver)	119
5.2 - Infraestrutura do curso	120
5.2.1 - Laboratórios específicos para o curso	120
5.2.2 - Coordenação de curso	121
5.2.3 - Bloco de salas de professores	121
5.2.4 - Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)	121
6 - REFERÊNCIAS	121

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Informações do Curso	
Mantenedora	Ministério da Educação (MEC)
IES	Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Credenciamento Inicial IES	Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de outubro de 2000. Criação da UFT. Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, homologou o Estatuto da instituição.
CNPJ	05.149.726/0001-04
Administração Superior	Luís Eduardo Bovolato - Reitor, Marcelo Leineker Costa - Vice-Reitor; Eduardo José Cezari - Pró-Reitor de Graduação (Prograd); Raphael Sânzio Pimenta - Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq); Maria Santana Ferreira dos Santos - Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex); Carlos Alberto Moreira de Araújo Junior - Pró-Reitor de Administração e Finanças (Proad); Eduardo Andrea Lemus Erasmo - Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (Proap); Kherlley Caxias Batista Barbosa - Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (Proest); Vânia Maria de Araújo Passos - Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep); Ary Henrique Moraes de Oliveira - Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação Estrutura Institucional (Protic).
Câmpus	Palmas
Direção do Câmpus	Moisés de Souza Arantes Neto
Nome do Curso	Licenciatura em Teatro
Diplomação	Licenciatura em Teatro
Endereço de Funcionamento do Curso	Avenida NS 15 ALCNO 14
E-mail do curso	teatro@uft.edu.br
Telefone de contato do curso	(63) 3229-4755
Coordenador do Curso	Thaise Luciane Nardim
Código e-MEC	1101390
Autorização	Resolução N° 14/2007 de 09/10/2007 Art. 35 Decreto 5.773/06 (Redação dada pelo Art. 2 Decreto 6.303/07)

Reconhecimento	Portaria MEC N° 565 de 30/09/2014 de 30/09/2014
Renovação do Reconhecimento	-
Formas de Ingresso	Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e Processo Seletivo Complementar (PSC); Processo Seletivo por Análise Curricular (PSAC) e Extravestibular.
Área CNPq	Ciências Humanas
Modalidade	Educação presencial
Tempo previsto para integralização (mínimo)	8 semestres
Tempo previsto para integralização (máximo)	12 semestres
Carga Horária	3210 horas
Turnos de Funcionamento	Noturno
N.º de Vagas Anuais	80
Conceito ENADE	-
Conceito Preliminar do Curso	-

1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

A UFT tem buscado, desde sua criação, se destacar no cenário nacional considerando a diversidade e a biodiversidade representativas da Amazônia Legal. Inovadora desde sua origem, busca, nesta fase de amadurecimento, projetar-se para o mundo e definir sua identidade formativa, reordenando suas práticas para o momento em que vivemos, de ampla transformação, desenvolvimento e ressignificação dos referenciais de produção de conhecimento, de modernidade, de sociedade, de conectividade e de aprendizagem. A excelência acadêmica desenvolvida por meio de uma educação inovadora passa pelo desafio de utilizar diferentes metodologias de ensino, bem como tipos de ensinar e aprender situadas em abordagens pedagógicas orientadas para uma formação ético-política, com formas mais flexíveis, abertas e contextualizadas aos aspectos culturais, geracionais e de acessibilidade.

Desse modo, a UFT é instituída com a missão de produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do estado do Tocantins, articulados à formação integral do ser humano, via realização de uma gestão democrática, moderna e transparente e de uma educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

Desde o início, a UFT tem se preocupado com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; com a promoção de uma política de extensão pautada pela ação comunitária e pela assistência ao estudante; e com a integração ao sistema nacional e internacional de ensino, pesquisa e extensão, de modo a viabilizar o fortalecimento institucional, bem como o próprio processo de democratização da sociedade.

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo) e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que buscam formar profissionais com sólida formação teórica e compromisso social. Sendo assim, temos os

seguintes objetivos para as práticas acadêmicas institucionais:

1. Estimular a produção de conhecimento, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
2. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
3. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
4. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
5. Promover o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico da instituição;
6. Proporcionar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado;
7. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
8. Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
9. Modernizar as práticas pedagógicas a partir de metodologias ativas, ensino híbrido, educação 4.0 e adoção de tecnologias educacionais digitais;
10. Ampliar a interface entre educação, comunicação e tecnologias digitais para a construção e divulgação do conhecimento;
11. Integração do ensino, extensão e pesquisa concentrando as atividades cada vez mais na solução de problemas atuais e reais.

Frente ao exposto, cumpre destacar o avanço da UFT nos processos de planejamento, avaliação e gestão, bem como das políticas acadêmico-administrativas, que em grande medida constituem o resultado da vigência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A UFT, assim como outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ingressou com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e estabeleceu outras providências em uma fase, marcada pela redução de recursos e por uma maior ênfase gerencial. Nesse sentido, um dos principais desafios à gestão superior volta-se para a adoção de um conjunto de ações com foco na manutenção da estrutura existente, no aprimoramento dos fluxos administrativos internos, na melhoria do atendimento ao público e no fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão, notadamente aquelas direcionadas aos cursos de graduação. Aspecto que faz com que as avaliações externas e internas desempenhem um papel ainda mais relevante, no sentido de evidenciar os entraves e aprimorar as políticas e ações de

planejamento e gestão institucionais, com base na apropriação do conhecimento, no debate crítico e na construção coletiva.

1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático- científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de n.º 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado, em julho de 2002, o Decreto de n.º 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da UnB, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação n.º 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da UnB, objetivando viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e administrativas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do MEC. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria n.º 2, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Unitins, que foram submetidos ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, o Ministro da Educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo CNE, o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei n.º 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior, por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Unitins. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já eram ofertados pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção. Em 20 anos de história e transformações, a UFT contou com expressivas expansões tanto física, passando de 41.096,60m² em 2003, para 137.457,21m² em 2020, quanto em número de alunos, aumentando de 7.981 para 17.634 em 2020.

Durante os anos de 2019 e 2020 houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do Estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que abrangeu os dois câmpus mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades.

A UFT continua sendo a maior instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e de desempenho acadêmico e oferece atualmente 46 cursos de graduação, sendo 40 presenciais e 6 na modalidades EAD, 29 programas de mestrados, sendo 14 profissionais e 14 acadêmicos; e 6 doutorados sendo 1 profissional e 5 acadêmicos, além de vários cursos de especialização lato sensu presenciais, sendo pertencentes à comunidade acadêmica aproximadamente 1.154 docentes, 16.533 alunos e 866 técnicos administrativos.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e a difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2 - A UFT no contexto regional e local

A UFT está distribuída em cinco cidades do Estado do Tocantins, com sua sede (reitoria e câmpus) localizada na região central, em Palmas; além dos câmpus de Miracema, Porto Nacional, também localizados na região central, e os câmpus de Gurupi e Arraias, na região sul do Estado. O Tocantins é o mais novo estado da federação brasileira, criado com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 277.423,630 km². Está situado no sudoeste da região norte do país e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a Sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.607.363 habitantes (população estimada

pelo IBGE para o ano de 2021), distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km² (2010), possuindo ainda uma imensa área não entropizada. Existe uma população estimada de 11.692 indígenas distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.374.630 ha. O Tocantins ocupa a 14^a posição no ranking brasileiro em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e terceiro em relação à região norte, com um valor de 0,699 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010).

As principais atividades econômicas do Estado do Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (100.114 ha), milho (204.621 ha), soja (728.150 ha), mandioca (8.668 ha) e cana-de-açúcar (33.459 ha) (IBGE, 2017). A pecuária também é significativa, com 8.480.724 bovinos, 266.454 mil suínos, 214.374 mil equinos e 111.981 mil ovinos (IBGE, 2019). Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, móveis e madeiras e, ainda, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais

1.3.1 - Missão

Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

1.3.2 - Visão

Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal.

1.3.3 - Valores

- * Respeito à vida e à diversidade.
- * Transparência.
- * Comprometimento com a qualidade e com as comunidades.
- * Inovação.
- * Desenvolvimento sustentável.
- * Equidade e justiça social.
- * Formação ético-política.

1.4 - Estrutura Institucional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

1. Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integra esse conselho o Reitor, Pró-Reitores, Diretores de campi e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI n.º 3/2004.

2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-Reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE n.º 1/2004.

3. Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

4. Pró-Reitorias: No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de Graduação (Art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (Art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (Art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (Art. 24).

5. Conselho do Diretor: é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (Art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do Câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

6. Diretor de Câmpus: docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no Art. 30 do Estatuto da UFT. É eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus.

7. Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes, técnicos e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no Art. 37 do estatuto da UFT.

8. Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e programar a política de ensino e acompanhar sua execução (Art. 36). Suas atribuições estão previstas no Art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas cinco unidades universitárias denominadas de campi universitários ou câmpus. Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Câmpus Universitários	
Câmpus Universitário de Arraias	Oferece os cursos de graduação em Matemática (licenciatura), Pedagogia (licenciatura), Turismo Patrimonial e Socioambiental (tecnologia), Educação do Campo - Habilitação em Artes e Música (Licenciatura) e Direito (bacharelado).

Câmpus Universitário de Gurupi	Oferece os cursos de graduação em Agronomia (bacharelado), Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia (bacharelado), Engenharia Florestal (bacharelado) e Química Ambiental (bacharelado).
Câmpus Universitário de Miracema	Oferece os cursos de graduação em Pedagogia (licenciatura), Educação Física (licenciatura), Serviço Social (bacharelado) e Psicologia (bacharelado).
Câmpus Universitário de Palmas	Oferece os cursos de graduação em Administração (bacharelado), Teatro (licenciatura), Arquitetura e Urbanismo (bacharelado), Ciência da Computação (bacharelado), Ciências Contábeis (bacharelado), Ciências Econômicas (bacharelado), Jornalismo (bacharelado), Direito (bacharelado), Enfermagem (bacharelado), Engenharia Ambiental (bacharelado), Engenharia Civil (bacharelado), Engenharia de Alimentos (bacharelado), Engenharia Elétrica (bacharelado), Filosofia (licenciatura), Medicina (bacharelado), Nutrição (bacharelado), Pedagogia (Licenciatura), Música - EAD (Licenciatura), Física - EAD (Licenciatura), Administração Pública - EAD (bacharelado), Matemática - EAD (licenciatura), Química - EAD (licenciatura), Biologia - EAD (licenciatura) e Computação - EAD (licenciatura).
Câmpus Universitário de Porto Nacional	Oferece os cursos de graduação em História (licenciatura), Geografia (licenciatura), Geografia (bacharelado), Ciências Biológicas (licenciatura), Ciências Biológicas (bacharelado), Letras - Língua Inglesa e Literaturas (licenciatura), Letras - Língua Portuguesa e Literaturas (licenciatura), Letras - Libras (licenciatura), Ciências Sociais (bacharelado) e Relações Internacionais (bacharelado).

2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO

O papel do teatro na educação do povo, bem como suas aplicações instrucionais, religiosas e políticas, explicita-se ao longo de toda História do Brasil. Seja em contextos como a pedagogia da Companhia de Jesus, a partir do século XVI; a escola tradicional de João Caetano, no século XIX; ou o Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, na mesma época, o fazer artístico e a apreciação da arte teatral em nosso país estiveram proximamente correlacionados às pedagogias teatrais.

A instituição “Escola de Teatro”, contudo, é relativamente recente, já que até o século XIX os atores eram instruídos no correr do ofício. No teatro moderno e contemporâneo, o trabalho do ator e de todos os envolvidos com a arte teatral se faz mais complexo. Artistas da cena não mais se fixam em um estilo ou convenções, passando a trabalhar com variados tipos de textos, gestos, entonações, composições visuais e sonoras. Desta forma, em 1956 é criada a primeira escola de ensino de teatro brasileira no ensino superior, a Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia. São ainda mais recentes os cursos de pós-graduação na área, datados da década de 1970.

Na Universidade Federal do Tocantins (UFT), o Curso de Licenciatura em Teatro é resultado do amadurecimento institucional. Desde sua implantação, a UFT cuidou de sanar os problemas dos cursos transferidos pelo Estado, mas buscou otimizar e ampliar a oferta de vagas ociosas e novos cursos demandados pela sociedade. A criação da Diretoria de Arte e Cultura como órgão da Pró Reitoria de Extensão e a construção do Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte (CUICA) foram decisivos para o nascimento dos primeiros movimentos institucionais para envolver a comunidade universitária no universo da arte e da cultura, o que aconteceu primeiramente por meio de projetos de pesquisa e extensão.

A iniciativa de criação do curso foi amadurecida tendo em vista a demanda da sociedade no estado do Tocantins, onde havia poucos profissionais com formação formal em artes – sejam elas visuais, cênicas ou música – e, conseqüentemente, poucos professores dessas linguagens atuando na educação básica. Na ocasião, havia poucos cursos de nível superior em artes reconhecidos no Estado, nenhum deles ofertado por Universidade Pública de modo presencial. A situação da exiguidade de professores com formação específica tornou-se mais grave com a instauração da obrigatoriedade do ensino das artes na Educação Básica - primeiro pela LDB 9394-96, posteriormente pelas suas revisões. Quando, em 2007, no câmpus de Palmas, começaram as discussões em relação à proposta de adesão ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o grupo de artes já havia galgado um nível de discussão e discernimento que garantiram o curso - inicialmente intitulado “Artes”, no projeto do REUNI/UFT.

Com a proposição institucional dos novos cursos, Artes e Filosofia compuseram uma grande área interdisciplinar, com três semestres iniciais de ciclo comum. Com base em muitas discussões, interlocuções com a PROGRAD e dedicação do grupo de trabalho, o PPC de Licenciatura em Artes foi construído de forma integrada e articulada com a Licenciatura em Filosofia.

O curso buscava responder à expectativa da sociedade, que esperava da UFT uma formação centrada na realidade do ensino artístico e de seus desafios contemporâneos no Estado, seguindo as diretrizes legais vigentes e emergentes e adequado à realidade das escolas locais, como as de Educação em Tempo Integral. Assim, a primeira turma ingressa no segundo semestre letivo de 2009 e o curso tem sua implantação curricular e estrutural gradativa nos anos seguintes. Ainda em 2009, por demanda dos processos avaliativos regulatórios, o curso passou a privilegiar uma linguagem artística ao invés de distribuir-se por todas elas. Assim, caminha progressivamente para tornar-se o curso de Teatro.

Em 2014 o curso foi avaliado pela comissão de avaliação externa constituída por Ofício de Designação do MEC/ INEP e Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), composta pelas professoras Vera Cecilia Achatkin (coordenadora da comissão) e Solange Pimentel Caldeira, tendo como resultado o reconhecimento do Curso de Licenciatura em Teatro com o CONCEITO 3 (bom). Utilizou-se como parâmetro o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e à Distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A avaliação da comissão apontou, dentre outras questões, a necessidade de se destinar uma carga horária maior para a prática teatral; a atualização dos conteúdos curriculares, cargas horárias e da bibliografia; e maior atenção às práticas pedagógicas do ensino de teatro. Apontou, naquele momento, a insuficiência da estrutura física de laboratórios específicos para o curso. Como pontos positivos, destacou o funcionamento do estágio curricular supervisionado, o apoio ao discente, a integração com as escolas da educação básica das redes públicas de ensino, o funcionamento do colegiado e a atuação do corpo docente em projetos de extensão.

De modo geral, a avaliação da comissão foi convergente com as avaliações feitas pelos discentes e docentes no período de 2015 a 2017, em pesquisa conduzida pelo colegiado de curso. Assim, diante da consolidação do corpo docente com 17 (dezessete) professores efetivos, a primeira atualização do Projeto Político Pedagógico foi pautada pelos seguintes critérios:

- * Adequação do curso às potencialidades do novo corpo docente;

- * Adequação à Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, com ampliação da carga horária dos cursos de licenciatura para 3.200 horas, incluindo a especificação de 400 horas de práticas pedagógicas como componentes curriculares;

- * Aumento da carga horária de práticas teatrais e intensificação das práticas pedagógicas teatrais.

Assim, a segunda versão do Projeto Pedagógico de Curso foi implantada de maneira gradativa a partir do segundo semestre letivo de 2019, com a primeira turma vinculada a este novo currículo tendo conclusão prevista para o final do primeiro semestre letivo de 2023.

Uma nova atualização faz-se necessária para atendimento da Resolução CNE/CP n. 2 de 20 de dezembro de 2019, que dá novas diretrizes para cursos de formação de professores, bem como a Resolução CNE/CP n. 7 de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a prática da extensão no Ensino Superior brasileiro. Também são consideradas as políticas institucionais da UFT para implantação da curricularização da extensão, a saber: Resolução CONSEPE/UFT n. 05 de 02 de setembro de 2020, que estabelece a Política de Extensão da UFT e a Resolução CONSEPE/UFT nº 14 de 08 de dezembro de 2020, que orienta as ações de Extensão como componente curricular nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFT.

Quanto ao desenvolvimento da pós-graduação de maneira integrada à graduação, objetivo estratégico 1.8 do Desafio 1 – "Educação inovadora com excelência acadêmica: Integrar ensino de graduação e pós-graduação" do PDI 2021-2025, o Colegiado de Curso implantou o curso de Especialização (pós-graduação lato sensu) em Arte e Educação Contemporânea. A primeira turma (2021-2022) da especialização contou com estudantes de todo o Brasil, incluindo egressos do Curso de Licenciatura em Teatro, e promove ação indutora da integração ensino, pesquisa e extensão, por meio de evento conjunto de apresentação de produções acadêmicas, pedagógicas e artísticas decorrentes dos trabalhos de conclusão de curso da especialização. A articulação também acontece pela participação de estudantes de graduação e da pós nos grupos de pesquisa e núcleos de pesquisa e extensão coordenados pelos docentes do curso, forma de integração que também se faz presente por meio da colaboração dos docentes do curso em outros programas de pós-graduação, como o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFT e o Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da UFNT. O Colegiado projeta, ainda, a implantação de pós-graduação stricto sensu na modalidade de Mestrado Profissional (MP), visando continuar sua contribuição para qualificação de professores da Educação Básica. A integração graduação e pós-graduação também está presente no Curso de Licenciatura em Teatro por meio

do Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP), que seleciona anualmente um Tutor em Inovação Pedagógica, estudante em nível de pós-graduação, como bolsista do programa, para que atue junto ao curso durante a vigência do projeto.

Ao longo desse processo de criação, avaliação, atualização e adequação contínua de seu Projeto Pedagógico, o Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins vem mantendo sua vocação de contribuir para o desenvolvimento cultural e educacional regional, gerando produções bibliográficas e artísticas pertinentes a esse contexto e garantindo a formação de profissionais para atendimento das demandas sociais nos campos da educação e da cultura, contando com egressos empregados como docentes nas redes públicas e privada, concursados e contratados, bem como componentes de grupos de teatro muito atuantes na cena regional.

3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso

Em consonância com as políticas institucionais da Universidade Federal do Tocantins, a organização curricular proposta neste projeto pedagógico está estruturada para impulsionar a formação orientada para a perspectiva regional, sem perder de vista a perspectiva global e os desafios das inovações e do mundo do trabalho contemporâneo. Elaborar-se a partir do compromisso de potencializar o desenvolvimento da criatividade, da capacidade de trabalhar em equipe e de resolver problemas e, sobretudo, da consciência socialmente referenciada, contemplando os estímulos apresentados pela cultura do empreendedorismo e as provocações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A organização curricular é concebida a partir de perfil profissional caracterizado por competências que, articulada aos objetivos do curso, resulta em uma configuração pautada em integração e flexibilização curricular. Nesse contexto, a flexibilização metodológica, que permite o atendimento a estudantes de perfis variados, encontra terreno fértil.

Os programas institucionais especiais em educação são aplicados às demandas do Curso de Licenciatura em Teatro a partir da análise dos desafios e das potencialidades de melhoria contínua, buscando estratégias de inovação pedagógica para tornar o processo de ensino-aprendizado mais conveniente e eficiente, notadamente por meio da adesão ao Programa Institucional de Inovação Pedagógica e de sua transversalização tanto à matriz curricular quanto à atuação docente em sentido ampliado.

A pesquisa é integrada ao processo formativo por meio das atividades complementares, da metodologia adotada nas diversas componentes curriculares, do componente Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, que incorpora ampla carga horária de Educação Como Pesquisa, e do Trabalho de Conclusão de Curso propriamente dito. O corpo docente, que integra grupos de pesquisa e atua em projetos de pesquisa registrados no sistema eletrônico institucional de Gestão de Projetos Universitários, articula suas produções aos Planos de Ensino semestrais, integrando produções recentes e apresentando relatos de pesquisas em andamento. A partir de seus grupos de pesquisa, cadastrados na Plataforma de Grupos de Pesquisa do CNPq, por vezes com sede na própria instituição e ocasionalmente com sede em instituição parceira, concorrem a editais de fomento à pesquisa, como o Programa de Bolsas de

Iniciação Científica (PIBIC), Programa Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), dos quais o curso de Teatro participa anualmente de forma regular. Além disso, os docentes submetem projetos a outras ações da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, como a Bolsa de Produtividade.

Já a extensão é compreendida como processo educativo, cultural, científico, político, transdisciplinar, interdisciplinar que se articula com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e promove a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade que envolva diretamente as comunidades externas à UFT e que estejam vinculadas à formação do estudante. No Curso de Licenciatura em Teatro, a extensão está integrada ao processo formativo de modo direto por meio das Ações Curriculares de Extensão e das atividades complementares. O corpo docente também coordena e atua em projetos de extensão registrados no sistema eletrônico institucional de Gestão de Projetos Universitários e participa de programas institucionais como editais de fomento a ações de extensão e programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX), que têm oferecido aos estudantes do curso de Teatro oportunidade de vivências mais intensas e qualificadas da prática extensionista.

Assim, verifica-se que a prática da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão está amparada nas políticas institucionais e promove oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso como Licenciado/ a em Teatro com ampla formação cultural, artística e pedagógica.

3.2 - Objetivos do curso

- * Constituir-se como centro gerador e disseminador da linguagem e da pedagogia teatral, contribuindo para o desenvolvimento cultural, artístico, social, econômico e político da cidade, da região e do estado;

- * Oferecer sólida formação artística, humanística e pedagógica, oportunizando ao egresso que atue como agente cultural, artístico, social e político orientado à promoção do desenvolvimento humano integral em um mundo em transformação;

- * Consolidar, por meio da articulação teoria-prática, a inter-relação entre pesquisa, ensino e extensão, implementando ações de formação inicial e continuada e de valorização dos trabalhadores da educação do estado;

- * Assegurar a produção e o compartilhamento de inovações artísticas, pedagógicas e culturais orientadas à promoção do desenvolvimento humano, do bem-estar da população e das oportunidades dignas de emprego e renda, tendo como norteadores a sustentabilidade, a qualidade ambiental, a inclusão social e os contextos e demandas locais e regionais, atentos à perspectiva do empreendedorismo e da cadeia produtiva das artes;

- * Fomentar a igualdade de gênero, recorrendo à discriminação positiva nas ações de produção e divulgação de conhecimento;

- * Privilegiar práticas educacionais, artísticas e culturais orientadas à erradicação do analfabetismo, à promoção da cidadania e dos direitos humanos, à valorização da diversidade e da sustentabilidade socioambiental;

- * Atuar como agente coletivo de gestão estratégica, promovendo parcerias com o

organizações de interesse público;

* Garantir o ensino das artes em suas linguagens, dimensões e especificidades, de forma integral no ensino formal e não formal, em seus múltiplos espaços e demandas, como componente fundamental na formação de crianças, jovens e adultos no estado do Tocantins.

3.3 - Perfil Profissional do Egresso

Licenciado em Teatro com ampla formação cultural, artística e pedagógica, de perspectiva crítica, capaz de conduzir processos de criação, treinamento, apreciação e contextualização das artes, em particular do Teatro, em três frentes:

* Primeiramente, como professor-artista em espaços formais de ensino, com destaque para a escola pública, de modo a contribuir para o desenvolvimento artístico e cultural de sua região e/ou país;

* Secundariamente, como artista, artista-pedagogo e/ou animador sociocultural em contextos de educação não-formal, inclusive em grupos de teatro, quadrilhas juninas e comunidades tradicionais, integrando a diversidade cultural e o meio sociocultural dos grupos nos quais venha a atuar, contribuindo para o seu desenvolvimento por meio da pesquisa em práticas pedagógicas teatrais inclusivas e promotoras da diversidade;

* Terciariamente, como educador em espaços de promoção de saúde, bem estar, cidadania e lazer, como brinquedotecas hospitalares, centros de referência em assistência social, universidades da maturidade e outros programas para público idoso, bem como na educação em saúde de modo geral, integrando conhecimentos específicos da Pedagogia Teatral às práticas de atenção e cuidado.

Para que possa atuar nos três contextos, com fundamento na Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019 (BNC-Formação), o egresso será capaz de:

Competência 1) Compreender seu papel na superação dos desafios enfrentados pela Educação Básica, reconhecendo e analisando problemas e soluções implementadas nas escolas e propondo alternativas, quando se aplicar, orientando-se por valores democráticos e comprometendo-se com a aprendizagem dos estudantes;

Competência 2) Planejar ações de ensino em Pedagogia Teatral, observando as Competências, Objetos de Conhecimento e Habilidades previstos para a linguagem na BNCC, e executá-las com comprometimento, perícia, postura crítica e ética;

Competência 3) Avaliar a aprendizagem de estudantes, analisando seu desenvolvimento no que concerne às Competências, Objetos de Conhecimento e Habilidades previstos para a linguagem na BNCC e refletindo sobre a pertinência de suas práticas de ensino;

Competência 4) Comunicar-se e expressar-se artisticamente com competência, criatividade e autoria, dominando o conhecimento sobre os elementos da linguagem teatral e seus contextos;

Competência 5) Refletir continuamente sobre sua atuação, relacionando teoria e prática, empreendendo investigações sobre novas técnicas, metodologias, linguagens e propostas estéticas, na busca de permanente atualização profissional;

Competência 6) Articular formas estéticas e sistemas pedagógicos provenientes da tradição da cultura tocantinense às da cultura teatral e geral, analisando os contextos em que se insere e atuando na valorização da diversidade cultural;

Competência 7) Analisar e propor ações no contexto do mercado de trabalho, empreendendo de forma inovadora a fim de criar oportunidades de atuação.

Os processos de desenvolvimento dessas competências estruturam-se nas competências gerais e específicas docentes preconizadas pela Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019 (BNC-Formação).

3.4 - Estrutura Curricular

De acordo com a Resolução CNE/CP n. 2 de 20 de dezembro de 2019, a estrutura curricular dos cursos de Licenciatura será organizada em:

Carga horária mínima e organização curricular (3.200 horas);

Grupo I (800 horas)

Base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais.

Grupo II (1.600 horas)

Aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

Grupo III (800 horas): prática pedagógica

* 400 horas de estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola;

* 400 horas de práticas nos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

Considera-se ainda o disposto na Resolução CNE/CES n. 4, de 8 de março de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro), especialmente:

Art. 5º O curso de graduação em Teatro deve assegurar o perfil do profissional desejado, a partir de conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I – conteúdos Básicos: estudos relacionados com as Artes Cênicas, a Música, a Cultura e a Literatura, sob as diferentes manifestações da vida e de seus valores, bem assim com a História do Espetáculo Teatral, a Dramaturgia, a Encenação, a Interpretação Teatral e com a Ética Profissional;

II – conteúdos Específicos: estudos relacionados com a História da Arte, com a Estética, com a Teoria e o Ensino do Teatro, além de outros relacionados com as diferentes formas de expressão musical e corporal, adequadas à Expressão Teatral e às formas de Comunicação Humana;

III – conteúdos Teórico-Práticos: domínios de técnicas integradas aos princípios informadores da formação teatral e sua integração com atividades relacionadas com Espaços Cênicos, Estéticos, Cenográficos, além de domínios específicos em produção teatral, como expressão da Arte, da Cultura e da Vida

Assim, no Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins, essa estrutura curricular é realizada por meio de Núcleos Temáticos orientados pelas competências previstas no perfil do egresso, que articulam componentes curriculares no percurso de formação:

Grupo I - Núcleo de Formação Geral

(Trata-se do núcleo de disciplinas em comum com o Curso de Licenciatura em Filosofia)

Grupo II

- * Núcleo de Práticas da Cena
- * Núcleo de Teoria Teatral
- * Núcleo de Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral
- * Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso
- * Atividades Complementares

Grupo III

- * Núcleo de Estágio Supervisionado;

* Práticas pedagógicas distribuídas nos componentes curriculares dos Núcleos, desde o início do curso.

Os núcleos articulam também a atuação de docentes, conectando suas contribuições, projetos e produções nas esferas de ensino, pesquisa e extensão. Cada docente atua em um ou dois núcleos, de acordo com as ênfases de sua formação, pesquisa e prática. A carga horária total da estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins atende à carga horária mínima estabelecida para os cursos de formação inicial de professores, bem aos aspectos específicos de sua estrutura curricular nas diversas normativas pertinentes.

O Núcleo de Formação Geral busca caminhos e pistas para a construção de um currículo interdisciplinar que atenda às necessidades da formulação teórico-prática para as proposições do projeto como um todo. Construir uma percepção de mundo a partir da ótica da complexidade, em que a multiplicidade dos pontos de vista esteja a serviço de uma perspectiva relacional entre os saberes, com ênfase nas humanidades, educação e artes. Incorpora a diversidade do coletivo e a potencialização das experiências multirreferenciais dos sujeitos, privilegiando tanto a dialogicidade quanto os dispositivos comunicacionais na criação de ambientes de aprendizagem. O constante desafio à consolidação desse núcleo é superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares para a concepção de currículos integrados, por meio de eixos transversais e interdisciplinares, em direção à transdisciplinaridade.

O Núcleo de Práticas da Cena oportuniza a experiência prática e a reflexão pedagógica nos

processos de criação cênica, favorecendo seus múltiplos aspectos e estimulando a experimentação dos diversos elementos da encenação: atuação, direção e elementos técnicos da cena, em contextos e estilos variados. A ênfase em processos de montagem propicia a aproximação com a realidade do mundo do trabalho tanto do artista da cena quanto do professor de teatro. Neste núcleo, conta-se com um sistema misto de componentes obrigatórias e optativas, ampliando as possibilidades de flexibilização curricular.

O Núcleo de Teoria Teatral possibilita ao discente o domínio dos conteúdos introdutórios em recepção, teoria, crítica e dramaturgia, em suas especificidades histórico-culturais e em práticas interdisciplinares, de modo a favorecer a aprendizagem desses elementos como conteúdos que organizam e encaminham para dinâmicas crítico-criativas do teatro como conhecimento.

O Núcleo de Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral é espaço de promoção, articulação e criação de modos de ensino e pesquisa a partir de práticas pedagógicas teatrais e suas relações interdisciplinares em contextos formais e não formais, entendidas como metodologias ativas pela sua natureza. É onde está concentrado o desenvolvimento do Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC), de acordo com a Resolução CNE/CP n. 2 de 20 de dezembro de 2019 (BNC-Formação), entendido como “a capacidade de um professor para transformar o conhecimento do conteúdo que ele possui em formas pedagogicamente poderosas e adaptadas às variações dos estudantes, levando em consideração as experiências e bagagens dos mesmos” (Shulman, 1987).

O Núcleo de Estágio Supervisionado possibilita a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e artísticos em educação formal, não-formal e nível técnico, pesquisando alternativas metodológicas e problematizando o processo de ensino-aprendizagem em Teatro.

O Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso possibilita a integração reflexiva dos conhecimentos em teatro, artes cênicas e suas pedagogias, experimentados e apreendidos ao longo do curso. Também propicia ao discente uma iniciação íntegra no contexto da pesquisa científico-artística.

As Atividades Complementares compõem o currículo mais flexível do curso de Licenciatura em Teatro e seguem as diretrizes estabelecidas na Resolução CONSEPE nº 009/2005, que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão que são validadas na UFT. A coordenação de curso realiza aconselhamentos semestrais, coletivos ou individualizados, a fim de que essa carga horária seja aproveitada em toda sua potência.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é disciplina obrigatória em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005 e está presente no curso por meio de um componente curricular com carga horária de 60 horas, ministrado por professores formados em Letras-LIBRAS.

No Curso de Licenciatura em Teatro, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS está ofertada como

disciplina obrigatória pertencente ao Núcleo de Formação Geral, com carga horária de 60h, devendo ser cursada preferencialmente no 3º semestre. Prioriza-se que seja ministrada por professores formados em Letras-LIBRAS, consoante ao que preconiza a comunidade surda.

Estrutura Curricular - Cargas Horárias								
Período	Componente Curricular	CH teórica	CH prática	CH extensão	CH estágio	CH PCC	CH total	Créditos
1	Recepção e Mediação Teatral	30	15	0	0	30	75	5
	Leitura e Produção de Textos	60	15	0	0	0	75	5
	História da Arte	60	15	0	0	0	75	5
	Sociedade, Cultura e Educação	60	0	0	0	0	60	4
	Montagem Cênica: Estudos Corporais	15	45	0	0	15	75	5
	sub - total:	225	90	0	0	45	360	24
2	Práticas da Cena - Optativa I	15	45	0	0	15	75	5
	Estudos Culturais	60	15	0	0	0	75	5
	Filosofia da Educação	60	0	0	0	0	60	4
	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	60	15	0	0	0	75	5
	Montagem Cênica: Práticas Vocais	15	45	0	0	15	75	5
	sub - total:	210	120	0	0	30	360	24
3	Teatro Brasileiro	45	0	0	0	30	75	5
	Arte, Sociedade e Práticas Extensionistas	15	0	45	0	0	60	4
	Arte Brasileira	60	0	0	0	0	60	4
	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60	0	0	0	0	60	4
	Montagem Cênica: Formas Animadas	15	45	0	0	15	75	5
	sub - total:	195	45	45	0	45	330	22
4	Dramaturgia e Crítica Teatral em Extensão	15	0	45	0	0	60	4
	Didática e Formação de Professores	60	15	0	0	0	75	5
	Política e Gestão da Educação Brasileira	60	15	0	0	0	75	5
	Educação e Tecnologias Contemporâneas	60	0	0	0	0	60	4
	Montagem Cênica: Relações Étnico-Raciais	15	45	0	0	15	75	5
	sub - total:	210	75	45	0	15	345	23
5	Práticas da Cena - Optativa II	15	45	0	0	15	75	5
	Teatro Mundial I	45	0	0	0	30	75	5
	Estágio Supervisionado I - Observação	30	0	0	60	0	90	6
	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I	30	15	0	0	30	75	5
	Montagem Cênica: Encenação	15	45	0	0	15	75	5

	sub - total:	135	105	0	60	90	390	26
6	Teatro(s) de Rua e Arte Pública	15	45	0	0	15	75	5
	Teatro Mundial II	45	0	0	0	30	75	5
	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II	30	15	0	0	30	75	5
	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	30	0	0	75	0	105	7
	Práticas Cênicas Extensionistas I	15	0	60	0	0	75	5
	sub - total:	135	60	60	75	75	405	27
7	Montagem Cênica: Solos	15	45	0	0	15	75	5
	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	15	15	0	0	30	60	4
	Estágio Supervisionado III - Ensino Médio	30	0	0	75	0	105	7
	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III	30	15	0	0	30	75	5
	Práticas Cênicas Extensionistas II	15	0	60	0	0	75	5
	sub - total:	105	75	60	75	75	390	26
8	Montagem Cênica: Processos Colaborativos	15	45	0	0	15	75	5
	Práticas da Cena - Optativa III	15	45	0	0	15	75	5
	Práticas Pedagógicas Teatrais em Extensão I	15	0	60	0	0	75	5
	Práticas Pedagógicas Teatrais em Extensão II	15	0	60	0	0	75	5
	Estágio Supervisionado IV - Educação Não Formal	30	0	0	75	0	105	7
	Trabalho de Conclusão de Curso	60	0	0	0	0	60	4
	sub - total:	150	90	120	75	30	465	31
Optativa	Jogos Teatrais e Educação do Sensível	15	45	0	0	15	75	5
	Atuação	15	45	0	0	15	75	5
	Oficina de Música	15	45	0	0	15	75	5
	Dança, Criação e Corporeidade	15	45	0	0	15	75	5
	Poéticas do Ator	15	45	0	0	15	75	5
	Improvisação, Ensino e Prática de Teatro	15	45	0	0	15	75	5
	sub - total:	90	270	0	0	90	450	30
Carga Horária Parcial:		1365	660	330	285	405	3045	203
	Atividades Complementares						165	11
Carga Horária Total:		1365	660	330	285	405	3210	214

Resumo de Cargas Horárias do Curso			
Categoria	Carga Horária Total	Créditos	Nº Disciplinas
Carga Horária da Matriz	3210	214	41

CH Teórica	1365	91	-
CH Prática	660	44	-
CH de Extensão	330	22	-
CH de Estágio	285	19	-
CH de Prática como Componente Curricular	405	27	-
CH de Atividades Complementares	165	11	-
TOTAL	3210	214	41

Estrutura Curricular - Pré-requisitos e Núcleos				
Período	Código	Componente Curricular	Pré-requisitos	Núcleo
1	5TEAL082	Recepção e Mediação Teatral		Teoria Teatral
	5TEAL092	Leitura e Produção de Textos		Formação Geral
	5TEAL093	História da Arte		Formação Geral
	5TEAL094	Sociedade, Cultura e Educação		Formação Geral
	5TEAL095	Montagem Cênica: Estudos Corporais		Práticas da Cena
2	5TEAL076	Práticas da Cena - Optativa I		
	5TEAL096	Estudos Culturais		Formação Geral
	5TEAL097	Filosofia da Educação		Formação Geral
	5TEAL098	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem		Formação Geral
	5TEAL069	Montagem Cênica: Práticas Vocais		Práticas da Cena
3	5TEAL083	Teatro Brasileiro		Teoria Teatral
	5TEAL087	Arte, Sociedade e Práticas Extensionistas		Formação Geral
	5TEAL099	Arte Brasileira		Formação Geral
	5TEAL100	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS		Formação Geral
	5TEAL070	Montagem Cênica: Formas Animadas		Práticas da Cena
4	5TEAL086	Dramaturgia e Crítica Teatral em Extensão		Teoria Teatral
	5TEAL101	Didática e Formação de Professores		Formação Geral
	5TEAL102	Política e Gestão da Educação Brasileira		Formação Geral
	5TEAL103	Educação e Tecnologias Contemporâneas		Formação Geral
	5TEAL071	Montagem Cênica: Relações Étnico-Raciais		Práticas da Cena
5	5TEAL077	Práticas da Cena - Optativa II		
	5TEAL084	Teatro Mundial I		Teoria Teatral

	5TEAL104	Estágio Supervisionado I - Observação	Didática e Formação de Professores	Estágio Supervisionado
	5TEAL105	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I		Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral
	5TEAL072	Montagem Cênica: Encenação		Práticas da Cena
6	5TEAL073	Teatro(s) de Rua e Arte Pública		Práticas da Cena
	5TEAL085	Teatro Mundial II		Teoria Teatral
	5TEAL091	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II		Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral
	5TEAL106	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	Estágio Supervisionado I - Observação	Estágio Supervisionado
	5TEAL107	Práticas Cênicas Extensionistas I		Práticas da Cena
7	5TEAL074	Montagem Cênica: Solos		Práticas da Cena
	5TEAL090	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	Trabalho de Conclusão de Curso
	5TEAL108	Estágio Supervisionado III - Ensino Médio	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	Estágio Supervisionado
	5TEAL109	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III		Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral
	5TEAL110	Práticas Cênicas Extensionistas II	Práticas Cênicas Extensionistas I	Práticas da Cena
8	5TEAL075	Montagem Cênica: Processos Colaborativos		Práticas da Cena
	5TEAL078	Práticas da Cena - Optativa III		
	5TEAL088	Práticas Pedagógicas Teatrais em Extensão I		Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral
	5TEAL089	Práticas Pedagógicas Teatrais em Extensão II		Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral
	5TEAL111	Estágio Supervisionado IV - Educação Não Formal	Estágio Supervisionado III - Ensino Médio	Estágio Supervisionado
	5TEAL112	Trabalho de Conclusão de Curso	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	Trabalho de Conclusão de Curso
Optativa	5TEAL079	Jogos Teatrais e Educação do Sensível		Práticas da Cena
	5TEAL080	Atuação		Práticas da Cena
	5TEAL081	Oficina de Música		Práticas da Cena
	5TEAL113	Dança, Criação e Corporeidade		Práticas da Cena
	5TEAL114	Poéticas do Ator		Práticas da Cena
	5TEAL115	Improvisação, Ensino e Prática de Teatro		Práticas da Cena

--

Estrutura Curricular - Equivalências			
Período	Componente Curricular	Tipo de Equivalência	Equivalências
1	Recepção e Mediação Teatral - 75h	ED	Direitos Humanos, Recepção e Mediação Teatrais - (75/75h)
1	Leitura e Produção de Textos - 75h	ED	Leitura e Produção de Textos Científicos - (3.2/60h)
1	História da Arte - 75h	ED	História da Arte - (75/75h)
1	Sociedade, Cultura e Educação - 60h	ED	Sociedade, Cultura e Educação - (60/60h)
1	Montagem Cênica: Estudos Corporais - 75h	ED	Estudos Corporais, Ensino e Prática do Teatro - (75/75h)
2	Estudos Culturais - 75h	ED	Estudos Culturais - (75/75h)
2	Filosofia da Educação - 60h	ED	Filosofia da Educação - (60/60h)
2	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem - 75h	ED	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem - (75/75h)
2	Montagem Cênica: Práticas Vocais - 75h	ED	Práticas Vocais - (3.2/60h)
3	Teatro Brasileiro - 75h	ED	Teatro Brasileiro - (75/75h)
3	Arte Brasileira - 60h	ED	Arte Brasileira - (60/60h)
3	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - 60h	ED	Língua Brasileira de sinais - Libras - (60/60h)
3	Montagem Cênica: Formas Animadas - 75h	ED	Laboratório de Formas Animadas - (75/75h)
4	Didática e Formação de Professores - 75h	ED	Didática e Formação de Professores - (75/75h)
4	Política e Gestão da Educação Brasileira - 75h	ED	Política e Gestão da Educação Brasileira - (75/75h)
4	Educação e Tecnologias Contemporâneas - 60h	ED	Educação e Tecnologia Contemporânea - (60/60h)
4	Montagem Cênica: Relações Étnico-Raciais - 75h	ED	Relações Étnico-Raciais e Práticas Cênicas - (75/75h)
5	Teatro Mundial I - 75h	ED	Teatro Mundial I - (3.2/60h)
5	Estágio Supervisionado I - Observação - 90h	ED	Estágio Supervisionado I - Observação - (105/105h)
5	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I - 75h	ED	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I - (3.2/60h)
5	Montagem Cênica: Encenação - 75h	ED	Encenação - (75/75h)

6	Teatro(s) de Rua e Arte Pública - 75h	ED	Práticas Cênicas de Rua e Arte Pública - (75/75h)
6	Teatro Mundial II - 75h	ED	Teatro Mundial II - (3.2/60h)
6	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II - 75h	ED	Pesquisa e Prática Pedagógica Teórica II - (75/75h)
6	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental - 105h	ED	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental - (105/105h)
7	Montagem Cênica: Solos - 75h	ED	Laboratório de Criação Cênica para Solos - (75/75h)
7	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - 60h	ED	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - (75/75h)
7	Estágio Supervisionado III - Ensino Médio - 105h	ED	Estágio Supervisionado III - Ensino Médio - (105/105h)
7	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III - 75h	ED	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III - (75/75h)
8	Montagem Cênica: Processos Colaborativos - 75h	ED	Laboratório de Criação Cênica para Processos Colaborativos - (3.2/60h)
8	Estágio Supervisionado IV - Educação Não Formal - 105h	ED	Estágio Supervisionado IV - Educação não Formal - (105/105h)
8	Trabalho de Conclusão de Curso - 60h	ED	Trabalho de Conclusão de Curso - (105/105h)
Optativa	Jogos Teatrais e Educação do Sensível - 75h	ED	Jogos Teatrais e Educação do Sensível - (3.2/60h)
Optativa	Atuação - 75h	ED	Atuação - (75/75h)
Optativa	Oficina de Música - 75h	ED	Oficina de Música - (75/75h)
Optativa	Dança, Criação e Corporeidade - 75h	ED	Dança, Criação e Corporeidade - (3.2/60h)
Optativa	Poéticas do Ator - 75h	ED	Poéticas do Ator - (75/75h)
Optativa	Improvisação, Ensino e Prática de Teatro - 75h	ED	Improvisação, Ensino e práticas de teatro - (3.2/60h)
ED = Equivalência Direta			
EM = Equivalência Mista			

3.5 - Ementário

1º Período

Recepção e Mediação Teatral					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	30	-	75	Obrigatória

Ementa
Introdução aos elementos da linguagem teatral. Qualidades de experiência da cena e/ ou performance pelo espectador em seu contexto. Operações da análise do espetáculo e possibilidades frutivas não- analíticas, visitas in loco a eventos de caráter teatral numa perspectiva situada. Semiologia, semiótica, fenomenologia e teoria dos afetos na recepção. Mediação de recepção em sala, no espaço público e em comunidades. O espectador teatral e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mediação Teatral e as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos. Prática como componente curricular: análise e mediação teatral para e com públicos diversos, em perspectiva situada.
Bibliografia
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - FERREIRA, Gustavo Henrique Lima; NARDIM, Thaíse Luciane. Artes e Mídias: um panorama por pesquisadores da Amazônia brasileira. Palmas, TO: EDUFT, 2020. Disponível em: http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2552. Acesso em: 16 ago. 2022.</p> <p>2 - ROUBINE, Jean-Jacques. A linguagem da encenação teatral. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.</p> <p>3 - PAVIS, Patrice. Dicionário de teatro. 3. ed. São Paulo, SP: Perspectivas, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - CARLSON, Marvin. Teorias do teatro: estudo histórico-crítico dos gregos à atualidade. São Paulo, SP: UNESP, c1995.</p> <p>2 - DESLANDES, Keila; LOURENÇO, Érika. Por uma cultura dos direitos humanos na escola: princípios, meios e fins. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.</p> <p>3 - MORAES, Martha Lemos de. Formação de espectadores: trajetos de resistência de uma professora-mediadora teatral na educação escolarizada. São Paulo, SP: ECA-USP, 2019. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27155/tde-14082019-144917/pt-br.php. Acesso em: 16 ago. 2022.</p> <p>4 - FONTES, Aline Cristine de Moraes. A mediação da arte teatral na formação da consciência política: contribuições do enfoque histórico-cultural. São Paulo, SP: ECA-USP, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48138/tde-17052022-132746/pt-br.php. Acesso em: 16 ago. 2022.</p> <p>5 - SILVA, Renata Patrícia da. Maratona de minicursos de Teatro online. Palmas, TO: PROEX-UFT, 2021. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3217. Acesso em: 16 ago. 2022.</p>

Leitura e Produção de Textos					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	15	-	-	75	Obrigatória

Ementa
Linguagem, texto e discurso. Gêneros discursivos e multimodais. Multiletramentos. Estratégias de leitura e interpretação. Produção textual. Aspectos gramaticais.
Bibliografia
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. Inclusão digital: polêmica contemporânea. Salvador, BA: EDUFBA, 2011. Disponível em: https://books.scielo.org/id/qfgmr. Acesso em: 17 ago. 2022.</p> <p>2 - FRANCO, Laylla Gomes; MAGALHÃES, Livia Borges Souza; MOTA, Mabel Meira. Leitura e Produção de Texto Acadêmico. Salvador, BA: UFBA - Superintendência de Educação a Distância, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33592. Acesso em: 17 ago. 2022.</p> <p>3 - FIORIN, Jose Luiz. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo, SP: Atica, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - ANTUNES, Leandra Batista; COELHO, Sueli Maria. Revisão textual: para além da revisão linguística. Belo Horizonte, MG: Scripta, 2010. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4361. Acesso em: 17 ago. 2022.</p> <p>2 - GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. Ciência e Cultura, 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015. Acesso em: 17 ago. 2022.</p> <p>3 - JUCHUM, Maristela; SIMÕES, Luciene Juliano. A escrita na universidade: uma reflexão a partir do que os alunos dizem em seus textos. Uberlândia, MG: EDUFU, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786586084269.0006. Acesso em: 17 ago. 2022.</p> <p>4 - MAURICIO, Claudio Roberto Marquette; STURMER, Carlos Rogerio. Cultura maker: como sua aplicação na educação pode criar um ambiente inovador de aprendizagem. Brazilian Journal of Development, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.34117/bjdv7n8-091. Acesso em: 17 ago. 2022.</p> <p>5 - MALLMANN, Elena Maria; NOBRE, Ana. Mídias digitais, fluência tecnológico-pedagógica e cultura participatória: a caminho da web-educação 4.0?. 2017. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6894. Acesso em: 17 ago. 2022.</p>

História da Arte					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	15	-	-	75	Obrigatória
Ementa					
Teoria, História e Crítica de Arte, com ênfase em Arte Moderna e Contemporânea. Reflexão sobre as diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional na					

sociedade. Prática como componente curricular em história da arte.
Bibliografia
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - JANSON, H. W. (Horst Woldemar). Historia geral da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1993.</p> <p>2 - BAZIN, Germain. História da História da Arte. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.</p> <p>3 - Conceitos da arte moderna: com 123 ilustrações. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - CHIPP, Herschel Browning. Teorias da arte moderna. 2. ed. Sao Paulo, SP, 1999.</p> <p>2 - GOMBRICH, E. H. (Ernst Hans). A historia da arte. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.</p> <p>3 - READ, Herbert. Uma historia da pintura moderna. Sao Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.</p> <p>4 - CRISPOLTI, Enrico. Como estudar arte contemporânea. Lisboa: Editorial Estampa, 2004.</p> <p>5 - SCHAMA, Simon. O poder da arte. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.</p>

Sociedade, Cultura e Educação					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Relação entre sociedade, cultura e educação em geral. Contribuição das ciências sociais e humanas para a compreensão do fenômeno educativo e o processo de formação do educador na contemporaneidade. Cultura como produção humana. A educação como prática social. Sociedade, cultura e educação brasileira no contexto histórico. Diversidade cultural e política educacional de ação afirmativa. Esfera privado-mercantil, ideologia liberal/ neoliberal e a educação pública brasileira.					
Bibliografia					
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura.. Campinas: Mercado das Letras, 2002.</p> <p>2 - GOMES, Candido Alberto. A educacao em perspectiva sociologica. 3. ed. rev. e ampl. Sao Paulo: EPU, 1994.</p> <p>3 - MANACORDA, Mario Alighiero. Historia da educacao: da Antiguidade aos nossos dias. 12. ed. Sao Paulo, SP: Cortez, 2006.</p>					

Bibliografia Complementar:

1 - BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.

2 - **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 3.ed. rev. São Paulo, SP: Autores Associados, c2011.

3 - GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. 59. ed. Porto Alegre, 2006.

4 - PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

5 - RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Montagem Cênica: Estudos Corporais

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Obrigatória

Ementa

Estudo dos diferentes elementos que compõem a ação humana: níveis, planos, apoios, bases, vetores da ação, direções, sentidos, velocidades, espacialidade da ação, frequência de movimentos, energia articulatória, equilíbrio/ desequilíbrio, impulso, oposição, simetria. Organização/composição anatômica do corpo. Experimentações práticas da criação corporal. A experiência com elementos técnico-poéticos da criação corporal no contexto do ensino de teatro e dos processos de construção de conhecimento como prática pedagógica. Pesquisa poética dos temas em estudo e organização estética em forma de montagem cênica.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

1 - GREINER, Christine. **O Corpo e os Mapas Da Alteridade**. v. 10, n. 2. Moringa Artes do Espetáculo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2177-8841.2019v10n2.49816>. Acesso em: 26 ago. 2022.

2 - DUARTE, Priscilla de Queiroz; GOMES, Ricardo Carlos. **A Dramaturgia do Corpo no Tetaro Indiano como Visível Poesia**. 7(1). Revista Brasileira de Estudos da Presença, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-266063654>. Acesso em: 26 ago. 2022.

3 - SAMPAIO, Juliano Casimiro de Camargo; SIMÃO, Marina Fazzio. **Corpo e Descolonialidade em Composição Poética Cênica**. 8(4). Revista Brasileira de Estudos da Presença, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-266078809>. Acesso em: 26 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1988.

2 - FELDENKRAIS, Moshe. **Consciência pelo movimento: exercícios fáceis de fazer, para**

melhorar a postura, visao, imaginação e percepção de si mesmo. 8. ed. São Paulo, SP: Summus, 1977.

3 - SAMPAIO, Juliano Casimiro de Camargo. **A teatralidade de si-mesmo no ensino do teatro.** 29. Repertório, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/r.v0i29.25483>. Acesso em: 26 ago. 2022.

4 - **Teatralidades: da pedagogia da imagem ao sujeito biopolítico.** Palmas, TO, 2014.

5 - STRAZZACAPPA HERNANDEZ, Márcia Maria. **Educação somática e artes cênicas: princípios e aplicações.** Campinas, SP: Papyrus, 2012.

2º Período

Práticas da Cena - Optativa I					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Obrigatória
Ementa					
Requisito cumprido mediante disciplina optativa do rol de optativas do Núcleo de Práticas da Cena.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
Bibliografia Complementar:					

Estudos Culturais					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	15	-	-	75	Obrigatória
Ementa					
Introdução aos debates teóricos do campo dos Estudos Culturais. Os múltiplos espaços e sentidos do termo cultura. Multiculturalismo, identidades, alteridades e as políticas de reconhecimento no Brasil. Questões de gênero e étnico-raciais na perspectiva dos estudos culturais. Povos tradicionais do Tocantins.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - GARCÍA CANCLINI, Néstor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2003.					
2 - HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.					
3 - SILVA, Tomaz Tadeu da. O que é, afinal, Estudos Culturais?. Belo Horizonte, MG: Autêntica,					

1999.

Bibliografia Complementar:

1 - ANDRADE, Karylleila dos Santos; BODNAR, Roseli; FLORES, Kátia Maia. **Populações Tradicionais do Tocantins: cultura e saberes de comunidades quilombolas**. Goiânia, GO: América, 2013.

2 - GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1989.

3 - LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 21. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, [2007].

4 - NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2021.

5 - SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2011.

Filosofia da Educação					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
A educação como problema filosófico. Filosofia da Filosofia da educação. Correntes da Filosofia da educação. Teóricos da Filosofia da educação.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação . 3. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2012.					
2 - FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa . Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1996.					
3 - RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2017.					
Bibliografia Complementar:					
1 - FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: um projeto em parceria . 6.ed. São Paulo, SP: Loyola, 2007.					
2 - GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Filosofia da educacao . 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.					
3 - JONAS, Hans. O principio responsabilidade: ensaio de uma etica para a civilização tecnológica . Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.					

4 - MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessarios a educacao do futuro**. 8. ed. Sao Paulo, 2003.

5 - CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educacao e contradicao: [elementos metodologicos para uma teoria critica do fenomeno educativo]**. 7. ed. Sao Paulo: Cortez, 2000.

Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	15	-	-	75	Obrigatória
Ementa					
Concepções epistemológicas do desenvolvimento e aprendizagem. Estudo do desenvolvimento biopsicossocial na infância, adolescência e vida adulta. As principais teorias no processo de desenvolvimento e aprendizagem, suas implicações e desdobramentos para a ação pedagógica no contexto escolar e na educação especial.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BOCK, Ana Merces Bahia...[et al]. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.					
2 - CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia e desenvolvimento humano . 5. ed. Petropolis. RJ: Vozes, 2008.					
3 - CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da aprendizagem . 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BERGER, Kathleen Stassen. O desenvolvimento da pessoa: da infância à terceira idade . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.					
2 - DAVIS, Claudia. Psicologia na educação . 3. ed. Sao Paulo, SP: Cortez, 2010.					
3 - LA TAILLE, Ives de. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogeneticas em discussao . 16.ed. Sao Paulo: Summus, 1992.					
4 - MOREIRA, Marco Antonio. Teorias de aprendizagem . 2. ed. ampl. São Paulo, SP: EPU, 2015.					
5 - CASTORINA, José Antonio. Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate . São Paulo, SP: Atica, 1995.					

Montagem Cênica: Práticas Vocais					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:

15	45	15	-	75	Obrigatória
Ementa					
<p>Estudo das possibilidades vocais na construção cênica. Desenvolvimento do conceito de corpo como instrumento vocal. Orientação à construção de hábitos favoráveis à preservação da saúde vocal. Trabalho sobre os fundamentos técnicos da expressão vocal: postura e relaxamento, respiração, articulação/ dicção e ressonância. Percepção e exploração de parâmetros vocais como altura, intensidade e registro. Incorporação das qualidades técnicas às práticas vocais faladas e cantadas. Prática pedagógica como componente curricular conectando práticas vocais e ensino de teatro. Pesquisa poética dos temas em estudo e organização estética em forma de montagem cênica.</p>					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
<p>1 - QUARESMA, Susana. Contributos para o ensino da prática vocal em contexto de escolas de teatro. Lisboa, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.21/13571. Acesso em: 16 ago. 2022.</p>					
<p>2 - BAÊ, Tutti; PACHECO, Claudia. Canto: equilíbrio entre corpo e som. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2006.</p>					
<p>3 - SUNDBERG, Johan. Ciência da voz: fatos sobre a voz na fala e no canto. São Paulo-SP: Edusp, 2015.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>1 - BELO, Sara. Pré-voz: silêncio pleno de potência e sentido. Revista de Investigação Artística, Criação e Tecnologia, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.21/13558. Acesso em: 16 ago. 2022.</p>					
<p>2 - COELHO, Helena Wöhl. Técnica Vocal para Coros. 10. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2014.</p>					
<p>3 - Trabalhando a voz: varios enfoques em fonoaudiologia. 4. ed. Sao Paulo, SP: Summus, 1988.</p>					
<p>4 - FORTUNA, Marlene. A performance da oralidade teatral. São Paulo, SP: Annablume, 2000.</p>					
<p>5 - MORAIS, Danilo Nogueira de. Preparação vocal no teatro musical brasileiro: estratégias de construção da sonoridade para a cena cantada. Natal-RN: Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46566. Acesso em: 16 ago. 2022.</p>					

3º Período

Teatro Brasileiro					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	30	-	75	Obrigatória
Ementa					

Estudos de história do teatro brasileiro e análises de obras teatrais e de sua recepção, incluindo produções dramatúrgicas e cênicas. Das origens do teatro brasileiro até a vida teatral no século XX e XXI, destacando seus elementos característicos, suas relações sociais e considerando o processo de evolução da linguagem teatral.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - FARIA, João Roberto. **História do teatro brasileiro: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XX (volume I e II)**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2013.
- 2 - GUINSBURG, J; PATRIOTA, Rosangela. **Teatro brasileiro: ideias de uma história**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2012.
- 3 - PRADO, Décio de Almeida. **O teatro brasileiro moderno**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2009.

Bibliografia Complementar:

- 1 - FARIA, João Roberto. **O teatro na estante: estudos sobre dramaturgia brasileira e estrangeira**. Cotia, SP: Ateliê, 1998.
- 2 - SILVIA, Fernandes. **Teatralidades Contemporâneas**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2010.
- 3 - BODNAR, Roseli; HOHLFELDT, Antonio Carlos. **Brasil em cena: o indígena no contexto do descobrimento e o teatro de evangelização**. Revista Humanidades e Inovação, 2017. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/343>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- 4 - BODNAR, Roseli; HOHLFELDT, Antonio Carlos. **Uma tragédia revalorizada: Lazzaro, de Francisco Pereira da Silva**. Florianópolis, SC: Urdimento Revista de Estudos em Artes Cênicas, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/issue/view/852>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- 5 - ALVES, Letícia da Silva; BODNAR, Roseli; VILLALON, Jessika. **A presença do homoerotismo na peça O rei da vela, de Oswald de Andrade**. Revista Humanidades e Inovação, 2017. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/502>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Arte, Sociedade e Práticas Extensionistas					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	-	-	45	60	Obrigatória
Ementa					
Interação entre os diversos saberes e conexão social e cultural do Tocantins. Relações e práticas curriculares, de pesquisa e extensão da universidade e sociedade. Universidade e sociedade Tocantinense: saberes e diálogos. Práticas extensionistas, sociedades locais e globais. Contribuições da universidade para um amanhã melhor (Agenda 2030).					
Bibliografia					

Bibliografia Básica:

1 - FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, AM: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

2 - KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

3 - FREIRE, Paulo. **Extensao ou Comunicacao?**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Bibliografia Complementar:

1 - FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. FORPROEX, 0. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

2 - ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

3 - KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.

4 - MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira**. São Paulo, SP: Global, 2013.

5 - NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1978.

Arte Brasileira					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
A arte como expressão e construção cultural. A análise dos objetos e manifestações artísticas produzidas no Brasil. Heranças étnicas e mestiçagens culturais, com ênfase na diversidade étnico-racial, de gênero e de espaços sociais e territoriais na produção.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - Arte e meio artístico: entre a feijoada e o x-burguer (1961-1981) . São Paulo, SP: Nobel, 1983.					
2 - ÁVILA, Affonso. Revista Barroco : https://www.revistabarroco.com.br/ . Belo Horizonte, MG, 1969.					

3 - COSTA, Cacilda Teixeira da. **Arte no Brasil: Movimentos e Meios**. São Paulo, SP: Alameda, 2004.

Bibliografia Complementar:

1 - AMARAL, Aracy A. (Aracy Abreu). **Arte para que?: a preocupação social na arte brasileira 1930-1970 subsídio para uma história social da arte no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

2 - ANDRADE, Mário de. **Aspectos da artes plásticas no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

3 - VIDAL, Lux. **Grafismo indígena: estudos de antropologia estética**. São Paulo, SP: EDUSP, 2007.

4 - PEDROSA, Mário. **Mundo, homem, arte em crise**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1976.

5 - ALMEIDA, Paulo Mendes de. **De Anita ao museu: o Modernismo, da primeira exposição de Anita Malfatti à primeira Bienal**. Terceiro Nome, 2015.

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Concepções de sujeito, língua e cultura e a comunidade surda. Modelos educacionais para surdos. Legislação e surdez. Ensino e aprendizagem de Libras e Português para surdos. A tradução e a interpretação entre Português e Libras. Prática de descrição básica de cenários e pessoas. Introdução prática aos recursos gramaticais da Libras. Prática introdutória dos elementos organizacionais da conversação em Libras.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - GESSER, Audrei. LIBRAS: que língua é essa? . São Paulo, SP: Parábola, 2009.					
2 - PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. Um olhar sobre nós surdos. Leituras contemporâneas . Curitiba: Editora CRV, 2012.					
3 - STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda . Florianópolis, SC: UFSC, 2008.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BRITO, Luciana Ferreira. Por uma gramática de Língua de Sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.					
2 - GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender LIBRAS . São Paulo, SP:					

Parábola, 2012.

3 - GERALDI, Joao Wanderley. **Ancoragens: estudos bakhtinianos**. São Carlos, SP: Pedro & João, 2010.

4 - PETRILLI, Susan. **Em outro lugar e de outro modo**. São Carlos, SP: Pedro & João, 2013.

5 - MCCLEARY, Leland. **O orgulho de ser surdo**. ENCONTRO PAULISTA ENTRE INTÉRPRETES E SURDOS. São Paulo, SP: FENEIS-SP, 2003. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/areadelibras/files/2012/04/OrgulhoSurdo.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

Montagem Cênica: Formas Animadas

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Obrigatória

Ementa

Processo de montagem cênica a partir da pesquisa, criação, confecção e construção de formas e objetos para o teatro de animação. Panorama do teatro de formas animadas no Tocantins, Brasil e no mundo. Genealogias do teatro de animação e suas tendências. O teatro visual e o texto dramático para o teatro de animação. O imaginário local, global, suas diversidades étnico-raciais, culturais, educação ambiental e suas relações com as formas animadas. Práticas de animação, manipulação e a interpretação com inanimado. Práticas pedagógicas e processos de criação partir da máscara; de bonecos; de objetos; e de sombras na cena e o ensino do teatro como componente curricular na criação de montagem cênica, apresentações e debates.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - ALBERTINE, Carmelo; PIZZI, Paola. **A arte mágica de Amleto e Donato Sartori**. São Paulo, SP: É Realizações, 2013.

2 - **O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos**. 2.ed. São Paulo, SP: SESC São Paulo, 2004.

3 - COSTELLA, Antonio F. **Para apreciar a arte: roteiro didático**. 4. ed. São Paulo, SP: Senac, 2010.

Bibliografia Complementar:

1 - AMARAL, Ana Maria. **Teatro de Animação**. 3. ed. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2007.

2 - ROUBINE, Jean-Jacques. **A linguagem da encenação teatral**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.

3 - **Imagens que falam: leitura da arte na escola**. 5.ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2011.

4 - LECOQ, Jacques. **O corpo poético: Uma pedagogia de criação teatral**. São Paulo, SP:

Editora Sesc, 2010.

5 - GOMES FILHO, João. **Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma**. 2.ed. São Paulo: Escrituras, 2002.

4º Período

Dramaturgia e Crítica Teatral em Extensão					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	-	-	45	60	Obrigatória
Ementa					
Leitura, análise e escrita de textos dramáticos em contextos extensionistas. Noção de teatro, seus elementos tradicionalmente constitutivos e diferentes concepções de recepção leitora e crítica em diálogo com a comunidade. Escrita dramática e reflexão crítica sobre o processo de escrita e sua expressão em extensão.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - FREIRE, Paulo. Extensao ou Comunicacao? . 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.					
2 - FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária . Manaus, AM: FORPROEX, 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf . Acesso em: 16 ago. 2022.					
3 - Educação, interculturalidade e outros debates . Goiânia,GO: Espaço Acadêmico, 2018.					
Bibliografia Complementar:					
1 - ANDRADE, Karylleila dos Santos; BODNAR, Roseli; VICENTE, Kyldes Batista. Educação e Linguagens: reflexões críticas . Porto Alegre, RS: Editora FI, 2016. Disponível em: https://www.editorafi.org/64linguagens . Acesso em: 29 ago. 2022.					
2 - KOGLIN, João Carlos de Oliveira; KOGLIN, Terena Souza da Silva. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso . Revista Brasileira de Extensão Universitária, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.24317/2358-0399.2019v10i2.10658 . Acesso em: 16 ago. 2022.					
3 - MONTIEL, Larissa Wayhs Trein; PESSÔA, Jeniffer Ribeiro; REIS, Maria das Graças Fernandes de Amorim dos. Práticas da docência no Ensino Superior: vivenciando os três pilares da universidade - ensino, pesquisa, extensão . Campo Grande, MS: UFMS, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4673 . Acesso em: 16 ago. 2022.					
4 - SANTOS, Matheus Borelli dos. Pulsões da teatralidade: da cena do olhar à fábula do espectador . Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas). Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/12219 . Acesso em: 29 ago. 2022.					

5 - FERREIRA JÚNIOR, Geraldo José. **Extensão universitária e Pibex: um estudo sobre os projetos de extensão e a percepção dos discentes bolsistas da UFT.** Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1071>. Acesso em: 29 ago. 2022.

Didática e Formação de Professores					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	15	-	-	75	Obrigatória
Ementa					
Concepções pedagógicas e teórico- metodológicas de ensino, aprendizagem e a didática. Formação do educador na perspectiva multidimensional: relação teoria- prática, conteúdo- forma, interação professor- aluno, planejamento da ação didática. Planejamento escolar: currículo, conteúdo, objetivo, metodologia e avaliação.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - HAYDT, Regina Celia Cazaux. Curso de didática geral. 8. ed. Sao Paulo, SP: Atica, 2006.					
2 - LIBANEO, Jose Carlos. Didática. Sao Paulo, SP: Cortez, 1994.					
3 - TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.					
Bibliografia Complementar:					
1 - CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.					
2 - PIMENTA, Selma Garrido. Didática e Formação de Professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.					
3 - LOPES, Fátima Maria Nobre; SILVA FILHO, Adauto Lopes da. Didática e ensino: uma determinação reflexiva como base ontológica nos cursos de licenciatura. Revista Educação em Debate, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38486 . Acesso em: 17 ago. 2022.					
4 - VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 10. ed. Sao Paulo, SP: Libertad, 2009.					
5 - Repensando a didática. 29. ed. Campinas, SP;: Papirus, 2011.					

Política e Gestão da Educação Brasileira					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de	CH. Total	Tipo:

			Extensão		
60	15	-	-	75	Obrigatória
Ementa					
Estado, políticas públicas e educação. Política educacional e escolar brasileira no contexto das mudanças estruturais e conjunturais da sociedade contemporânea. Organização e funcionamento da educação no Brasil e no Tocantins. Planejamento, gestão e currículo educacional/ escolar. Financiamento da educação e o processo formativo. Os trabalhadores em educação: formação, carreira e organização político-sindical.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A Educacao como politica publica . 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.					
2 - Educação escolar: politicas, estrutura e organização . 10.ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Cortez, 2012.					
3 - Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . 3.ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.					
Bibliografia Complementar:					
1 - ALMEIDA, Malu. Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além da mecanização do conhecimento . Campinas, SP: Alinea, 2005.					
2 - PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola . 5. ed. São Paulo, 2005.					
3 - SANDER, Benno. Gestão da educação na America Latina: construção e reconstrução do conhecimento . Campinas, SP: Autores Associados, 1995.					
4 - SHIROMA, Eneida Oto. Politica educacional . Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2000.					
5 - NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso . São Paulo, SP: Xama, 2005.					

Educação e Tecnologias Contemporâneas					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Contemporaneidade e presentividade: ciberespaço; cibercultura; tecnologias intelectuais; aprendizagem colaborativa em rede; inclusão digital; as tecnologias de informação e comunicação e suas possibilidades nas novas relações com o saber e as mutações na educação presencial, ensino online, educação à distância, e-learning, a partir das políticas de incorporação das tecnologias na escola. Tecnologias e suas implicações na educação; gestão					

da comunicação e das mídias no ambiente escolar.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

2 - LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 6. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2010.

3 - RAMAL, Andrea Cecilia. **Educação na cibercultura**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar:

1 - ALAVA, Seraphin. **Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

2 - SILVA, Marco. **Sala de Aula Interativa**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Quartet, 2006.

3 - VALENTE, José Armando. **A comunicação e a educação baseada no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação**. Revista UNIFESO – Humanas e Sociais, 2014. Disponível em: <https://www.unifeso.edu.br/revista/index.php/revistaunifesohumanasesociais/article/view/17>. Acesso em: 17 ago. 2022.

4 - RÜDIGER, Francisco. **Introdução as teorias da cibercultura: tecnocracia, humanismo e crítica no pensamento contemporâneo**. 2.ed. rev. ampl. Porto Alegre: Sulina, 2007.

5 - **Educação a distância via internet**. São Paulo, SP: Avercamp, 2003.

Montagem Cênica: Relações Étnico-Raciais					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Obrigatória
Ementa					
Um estudo sobre as possibilidades teóricas e práticas e o pensar da realidade social a partir da ideia de raça. Experimentação e criação de práticas cênicas que se relacionem com elementos culturais afrodescendentes, performáticos, tradicionais e contemporâneos. O negro no teatro brasileiro. As ideias de raça, relações étnico-raciais na concepção e realização cênica como processo educativo, em articulação com os diversos elementos da cena.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BRASIL, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana . Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192 .					

Acesso em: 16 ago. 2022.

2 - RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018.

3 - HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Bibliografia Complementar:

1 - BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo, SP: Editora 34, 2019.

2 - LOBATO, Glauber de Araújo Barroco. **Educação e as Relações Étnico-Raciais – Volume 2**. Formiga, MG, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600395>. Acesso em: 16 ago. 2022.

3 - MEIRELLES, Mauro; MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro. **Relações étnico-raciais e diversidade na escola**. Porto Alegre, RS: CirKula, 2016.

4 - ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo, SP: Pólen, 2019. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.

5 - SOBRAL, Cristiane. **Teatros Negros: estéticas na cena teatral brasileira**. São Paulo, SP: Edições Me Parió Revolução, 2018.

5º Período

Práticas da Cena - Optativa II					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Obrigatória
Ementa					
Requisito cumprido mediante disciplina optativa do rol de optativas do Núcleo de Práticas da Cena.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
Bibliografia Complementar:					

Teatro Mundial I					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	30	-	75	Obrigatória

Ementa
Das origens do Teatro até o teatro renascentista, perpassando encenações do que se pode considerar como uma perspectiva mundial do teatro, destacando seus elementos característicos, a leitura de textos teatrais, suas relações sociais e considerando o processo de evolução da linguagem teatral.
Bibliografia
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - BERTHOLD, Margot. Historia mundial do teatro. 4. ed. Sao Paulo, SP: Perspectiva, 2008.</p> <p>2 - CARLSON, Marvin. Teorias do teatro: estudo histórico-crítico dos gregos à atualidade. São Paulo, SP: UNESP, c1995.</p> <p>3 - HUBERT, Marie Claude. As grandes teorias do Teatro. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2013.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - BERRETTINI, Celia. O teatro ontem e hoje. Sao Paulo, SP: Perspectiva, 1980.</p> <p>2 - FARIA, João Roberto. O teatro na estante: estudos sobre dramaturgia brasileira e estrangeira. Cotia, SP: Atelie, 1998.</p> <p>3 - ROUBINE, Jean-Jacques. A linguagem da encenação teatral. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.</p> <p>4 - ROUBINE, Jean -Jacques. Introducao as grandes teorias do teatro. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.</p> <p>5 - BARBOSA, Sidney; MORETTO, Fulvia. Aspectos do Teatro Ocidental. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2006.</p>

Estágio Supervisionado I - Observação					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	-	-	-	90	Obrigatória
Ementa					
Observação e análise da estrutura da rotina escolar; Projeto Político Pedagógico – PPP, Projeto de Desenvolvimento Escolar – PDE, Gestão Escolar; Sistemas de Avaliação Municipal, Estadual e Federal. Observação, análise, discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas ministradas por professores de Teatro que atuam no Ensino Fundamental I. Pesquisa de alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Teatro. Elaboração do relatório de Estágio.					
Bibliografia					
<p>Bibliografia Básica:</p>					

1 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 ago. 2022.

2 - PIMENTA, Selma Garrido. **O estagio na formacao de professores: unidade teoria e pratica?**. 5.ed. Sao Paulo, SP: Cortez, 2002.

3 - JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. **Metodologia do ensino de teatro**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

Bibliografia Complementar:

1 - BRASIL, Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. 1. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

2 - HOFFMANN, Jussara. **Pontos & contrapontos: do pensar ao agir em avaliacao**. 10. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2007.

3 - MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo: políticas educativas**. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

4 - TELLES, Narciso. **Pedagogia do Teatro: Práticas Contemporâneas na Sala de Aula**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

5 - OSTETTO, Luciana E. **Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	30	-	75	Obrigatória

Ementa

Infância e teatro: conceitos e possibilidades contemporâneas. Jogo dramático, narrativa, ficção, diferença e ensino de teatro.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

2 - SKLIAR, C. **A escuta das diferenças**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2019.

3 - SLADE, Peter. **O Jogo Dramático Infantil**. São Paulo, SP: Summus, 1978.

Bibliografia Complementar:

1 - SILVA, Renata Ferreira da. **GESTO, DOCÊNCIA E PRODUÇÃO DE DIFERENÇAS**. Revista

Rascunhos - Caminhos da Pesquisa em Artes Cênicas, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/issn2358-3703.v5n3a2018-02>. Acesso em: 22 ago. 2022.

2 - REVERBEL, Olga. **Jogos teatrais na escola: atividades globais de expressão**. São Paulo: Scipione, 2006.

3 - FRIEDMANN, Adriana. **A arte de brincar: brincadeiras e jogos tradicionais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

4 - CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. 4. ed. São Paulo, SP: Summus, 1987.

5 - SOMERS, John. **Narrativa, Drama e Estímulo Composto**. Florianópolis, SC: Urdimento Revista de Estudos em Artes Cênicas, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1414573102172011175>. Acesso em: 22 ago. 2022.

Montagem Cênica: Encenação					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Obrigatória
Ementa					
O conceito da encenação em seus aspectos históricos, técnicos e estéticos que possibilitaram o aparecimento do encenador no final do século XIX e início do século XX. O papel do encenador na contemporaneidade. O professor-encenador na escola. O encenador como pedagogo. Relações entre encenação, ritual e performance. Projeto de encenação contemplando elementos da atuação, cenografia, figurino, maquiagem, sonoplastia e iluminação. Composição cênica e apresentação pública dos resultados. Prática como componente curricular: produção e a realização de mostra (produção local) com ênfase em encenação.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - ROUBINE, Jean-Jacques. A linguagem da encenação teatral . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.					
2 - PAVIS, Patrice. A encenação contemporânea: origens, tendências e perspectivas . São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 2013.					
3 - SANTOS, Bárbara Tavares. Poéticas da encenação: Tessituras de experiências cênico-pedagógicas tocantinenses . São Carlos, SP: Editora Scienza, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.26626/978-65-5668-030-9.2021B0001 . Acesso em: 16 ago. 2022.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BRECHT, Bertolt. Estudo sobre teatro . Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1978.					
2 - BONFITTO, Matteo. O ator compositor . São Paulo, SP: Perspectiva, 2002.					

3 - BOGART, Anne. **O livro dos Viewpoints: um guia prático para viewpoints e composição**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2019.

4 - PAIVA, Sônia. **Encenação: percurso pela criação, planejamento e produção teatral**. Brasília, DF: Editora UnB, 2011.

5 - CARVALHO, Francis Wilker de; SANTOS, Bárbara Tavares. **Rastro como presença de uma ausência: sete movimentos dos corpos de encenadore(a)s**. Revista Rascunhos - Caminhos da Pesquisa em Artes Cênicas, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RR-v6n2a2019-05>. Acesso em: 16 ago. 2022.

6º Período

Teatro(s) de Rua e Arte Pública					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Obrigatória
Ementa					
Teatro(s) de Rua e Arte Pública enquanto princípios e práticas de Artistas e Educadores na Formação e TransFormação Humana e Social a partir de uma perspectiva de democratização das Artes Cênicas e outras Artes. Ocupação do espaço público: a cidade e as comunidades como lugar de cena. O Teatro como prática de convívio e ação político-social. Teatro(s) de Rua, Arte Pública e: Teatro(s) Político(s), Artes Circenses, Teatro(s) Popular(es), Teatro(s) do Oprimido, Manifestações das culturas tradicionais e populares (folguedos, danças, literatura de cordel, culinária, oralidade, narrativas, cortejos, procissões, ritmos e musicalidades, canções de trabalho, cancioneiro popular, religiosidades, relação com a natureza, mutirões e outras performances e práticas culturais de bem viver, etc.), Ativismo, Intervenções Urbanas, Performatividades, Performances, Liminaridades e outras poéticas políticas e humanizadoras na Arte e na Educação Formal e Informal.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BRITO, Marcelo Sousa. O teatro invadindo a cidade . Salvador, BA: EDUFBA, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16786 . Acesso em: 16 ago. 2022.					
2 - TRINDADE, Jussara; TURLE, Licko. Teatro(s) de Rua do Brasil: A luta pelo espaço público . São Paulo, SP: Perspectiva, 2016.					
3 - CABRAL, Michelle Nascimento. Processos comunicacionais no teatro de rua: performatividade e espaço público . Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BOAL, Augusto. A estética do oprimido . Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2009.					
2 - CABALLERO, Ileana Diéguez. Cenários liminares: teatralidades, performances e política . Uberlândia, MG: EdUFU, 2011.					

3 - CARNEIRO, Ana; TELLES, Narciso. **Teatro de Rua: olhares e perspectivas**. Rio de Janeiro, RJ: E-papers, 2005.

4 - HADDAD, Amir. **Amir Haddad de todos os Teatros**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Cobogó, 2022.

Teatro Mundial II					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	30	-	75	Obrigatória
Ementa					
Do teatro no realismo à contemporaneidade, perpassando encenações do que se pode considerar como uma perspectiva mundial do teatro, ocidental assim como oriental, destacando seus elementos cênicos e suas dinâmicas características. Relação texto-cena, articulações estético-históricas e político-sociais, considerando o processo de evolução da linguagem teatral.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BERTHOLD, Margot. Historia mundial do teatro . 4. ed. Sao Paulo, SP: Perspectiva, 2008.					
2 - GASSNER, John. Mestres do teatro: Volumes I e II . São Paulo, SP: Perspectiva, 2003.					
3 - ROUBINE, Jean -Jacques. Introducao as grandes teorias do teatro . Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.					
Bibliografia Complementar:					
1 - ROSENFELD, Anatol. O teatro épico . São Paulo, SP: Perspectiva, 2008.					
2 - COSTA, Iná Camargo. A hora do teatro épico no Brasil . Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.					
3 - GARCIA, Silvana. Teatro da militancia: a intencao do popular no engajamento politico . 2. ed. Sao Paulo, SP: Perspectiva, 2004.					
4 - GUINSBURG, J; PATRIOTA, Rosangela. Teatro brasileiro: ideias de uma história . São Paulo, SP: Perspectiva, 2012.					
5 - HELIODORA, Bárbara. Caminhos do Teatro Ocidental . São Paulo, SP: Perspectiva, 2013.					

Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	30	-	75	Obrigatória
Ementa					

Abordagens metodológicas diversificadas para aprendizagem em Teatro com jovens e adolescentes e educação inclusiva. Interdisciplinaridade. Interculturalidade. Discussões e práticas educativas sobre os direitos humanos, diversidades étnico-raciais, cultura, afro-brasileira, cultura, indígenas, questões de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas sócio educativas. Parâmetros curriculares para o Ensino Médio. Pesquisa, docência e planejamento voltados para o ensino de teatro nessa faixa etária.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2008.
- 2 - KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos teatrais**. 7. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2009.
- 3 - SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

- 1 - FLORENTINO, Adilson; TELLES, Narciso. **Cartografias do Ensino do Teatro**. Uberlândia, MG: EdUFU, 2009. Disponível em: <http://www.edufu.ufu.br/catalogo/ebooks-gratuitos/cartografias-do-ensino-do-teatro>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- 2 - BERTÃO, Ana; DUARTE, Tânia; LIMA, Carla. **"A Revelação": Uma experiência de Teatro-Fórum no âmbito da educação e intervenção social**. Sensos-e, 2017. Disponível em: <http://sensos-e.e.se.ipp.pt/?p=8338>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- 3 - PUPO, Maria Lucia de Souza Barros. **Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: uma aventura teatral**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2010.
- 4 - AUTORES, Vários. **Revista A[L]BERTO**. São Paulo, SP: SP Escola de Teatro, 2022.
- 5 - AUTORES, Vários. **Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas**. Florianópolis, SC: CEART-Udesc, 2022.

Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	-	-	-	105	Obrigatória

Ementa

Prática pedagógica teatral no contexto da Educação Básica, tendo como campo de atuação o Ensino Fundamental. Observação e prática pedagógica, – ação e reflexão da prática educativa – do ensino de teatro. O estágio como espaço de investigação para utilização de novas técnicas e produção de material didático – projeto artístico pedagógico. Práticas de caráter investigativo, o professor pesquisador. Elaboração do projeto em parceria – escola e comunidade – na viabilização e desenvolvimento de materiais e recursos a serem utilizados no projeto de intervenção pedagógica.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 ago. 2022.
- 2 - PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.
- 3 - SANTANA, Arão Nogueira Paranaguá de. **Trajetória, avanços e desafios do teatro-educação no Brasil**. Sala Preta, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v2i0p247-252>. Acesso em: 17 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BARBOSA, Ana Mae. **Arte/educação como mediação cultural e social**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2008.
- 2 - CABRAL, Biange. **O professor-artista: perspectivas teóricas e deslocamentos históricos**. Florianópolis, SC: Urdimento Revista de Estudos em Artes Cênicas, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1414573101102008035>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- 3 - **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: SEPE, 2002.
- 4 - CAMPOS, Vilma; MERISIO, Paulo. **Teatro: ensino, teoria e prática – vol. 02**. Uberlândia, MG: EdUFU, 2011.
- 5 - SILVA, Renata Patrícia da. **Para pensar a escola como espaço teatral: o teatro como ação tática no/do cotidiano**. Florianópolis, SC: Urdimento Revista de Estudos em Artes Cênicas, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1414573103362019235>. Acesso em: 17 ago. 2022.

Práticas Cênicas Extensionistas I					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	-	-	60	75	Obrigatória
Ementa					
Práticas e pesquisas coordenadas para reconhecimento de demandas sociais no campo do teatro junto às comunidades que integram as diferentes realidades do território tocantinense e da Amazônia Legal. Estudo discente de seu protagonismo em lidar com demandas identificadas desde as aprendizagens em desenvolvimento na Licenciatura em Teatro. Planejamento de ação de extensão que articule demandas sociais, fazer teatral e formação docente em teatro. Ações desenvolvidas no contexto de programa ou projeto de extensão institucionalizado na Universidade Federal do Tocantins.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUÍ, Marilena de Souza. Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação					

superior. Brasília, DF: Unesco, 2008. Disponível em: <https://www.repositoriobib.ufc.br/000000/0000001D.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

2 - MAXIMIANO JUNIOR, Manoel. **Indicadores brasileiros de extensão universitária**. Campina Grande, PB: EDUEFG, 2017. Disponível em: http://docs.wixstatic.com/ugd/ff2fac_3bdef56a32ce47b18c83a6d911669596.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

3 - MELO, José Francisco de. **Extensão popular**. 2. ed. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 2014. Disponível em: <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/extensao-popular/extensao-popular.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - **Comunidades populares e universidade: olhares para o outro**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

2 - NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte, MG: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o_livro_8.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

3 - ALEIXO, Fernando; TELLES, Narciso. **Ateliês em Artes Cênicas: produção, extensão e difusão cultural**. v1. Uberlândia, MG: EDUFU, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-406-3>. Acesso em: 29 ago. 2022.

4 - SILVA, Anita. **Por uma extensão universitária transformadora: caminhos para uma abordagem crítica e dialógica na mediação da ação teatral**. Tese (Doutorado em Artes Cênicas). Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32098>. Acesso em: 29 ago. 2022.

5 - RAHME, Mônica Maria Farid; VIANA, Anamaria Fernandes. **Poéticas da autoridade no contexto da extensão universitária**. Vol. 11, Ed. 1, (2020): 77-93. João Pessoa, PB: Moringa Artes do Espetáculo, 2020. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/8b1de247e114961a7743e24bf00cd65d/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031955>. Acesso em: 29 ago. 2022.

7º Período

Montagem Cênica: Solos					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Obrigatória
Ementa					
Introdução aos princípios norteadores para o processo criativo solo em teatro. Relação tema e linguagem exercitada na prática cênica. Possibilidades de métodos criativos e suas especificidades. Experimentação inicial dos elementos da linguagem teatral como fomento da relação discussão/ materialidade. Desenvolvimento e compreensão das relações intersubjetivas na turma e sua ligação intrínseca com as escolhas éticas e estéticas do fazer teatral. Prática pedagógica como componente curricular com a criação de oficinas teatrais a					

partir das técnicas e poéticas desenvolvidas na disciplina. Pesquisa prática dos temas em estudo e organização estética em forma de montagem cênica.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - AZEVEDO, Sônia Machado. **O papel do corpo no corpo do ator**. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2008.

2 - DIP, Nerina Raquel. **Espetáculo solo, fragmentação da noção de grupo e a contemporaneidade**. Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, 2005. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-30263/espetaculo-solo-fragmentacao-da-nocao-de-grupo-e-a-contemporaneidade>. Acesso em: 16 ago. 2022.

3 - NOSELLA, Berilo Luigi Deiró; PERETTA, Eden Silva. **Corpolítico: Corpo e Política nas Artes da Presença**. Ouro Preto, MG: Ed. UFOP, 2018. Disponível em: <https://www.editora.ufop.br/index.php/editora/catalog/book/145>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - **O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos**. 2.ed. São Paulo, SP: SESC São Paulo, 2004.

2 - BONFITTO, Matteo. **O ator compositor**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2002.

3 - RODRIGUES, Graziela. **Bailarino, pesquisador e intérprete**. São Paulo, SP: Solisluna, 2018.

4 - STANISLAVSKI, Constantin. **A criação de um papel**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1968.

5 - **O teatro do corpo manifesto: teatro físico**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	15	30	-	60	Obrigatória
Ementa					
<p>Confecção de portfólio de formação como caminho para delimitação de tema e problema de pesquisa. Procedimentos investigativos na articulação entre pesquisa, docência e criação. Singularidades epistêmicas da pesquisa em artes da cena e performativas e suas implicações pedagógicas. Abordagens pós-qualitativas das pesquisas baseadas em artes e das pesquisas em educação baseadas em artes. A cena e a aula como processos e produtos da pesquisa e sua relação com as práticas de análise e escrita acadêmica. Desenvolvimento, finalização e apresentação de projeto de trabalho de conclusão de curso, designação de professor orientador de trabalho de conclusão de curso. Prática como componente curricular: pesquisa como prática de ensino.</p>					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					

1 - DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

2 - DIAS, Belidson; IRWIN, Rita L. **Pesquisa Educacional Baseada em Arte: A/R/Tografia**. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2013.

3 - DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

Bibliografia Complementar:

1 - BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

2 - BIKLEN, Sari; BOGDAN, Robert. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2010.

3 - FIORENTINI, Dario; GERALDI, Corinta Maria Grisolia; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. **Cartografias do trabalho docente: Professor(a) – pesquisador(a)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

4 - TEIXEIRA, Elizabeth. **As tres metodologias: academica, da ciencias e da pesquisa**. 2. ed. Petropolis: Vozes, 2006.

5 - ZAMBONI, Silvio. **A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciencia**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

Estágio Supervisionado III - Ensino Médio

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	-	-	-	105	Obrigatória

Ementa

Atuação do licenciando na Escola Básica através da regência em escolas de Ensino Médio de modo presencial levando em conta a Base Nacional Curricular BNCC Nacional, os Documentos Curriculares do Tocantins (DCTs) e os Itinerários Formativos através de um plano de ação pedagógico em construção. Orientação do aluno- estagiário em sua ação, discutindo metodologias específicas do ensino de teatro. Avaliação em processo e em parceria com a escola e seus agentes participativos no processo de estágio. Elaboração de ensaio final escrito, Cartografia ou Portifólio como registro e apresentação oral do processo de estágio.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BRASIL, Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. 1. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

2 - BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo, SP: Editora 34,

2019.

3 - PIMENTA, Selma Garrido. **O estagio na formacao de professores: unidade teoria e pratica?**. 7.ed. Sao Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

1 - DAYRELL, JUAREZ. **A escola "faz" as juventudes?: REFLEXÕES EM TORNO DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL**. Campinas, SP: Educ. Soc, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2022.

2 - FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1996.

3 - MENEGAZ, Wellington. **Teatro com adolescentes: dentro e fora da escola**. Curitiba, PR: Prismas, 2016.

4 - MATTAR, Sumaya; ROIPHE, Alberto. **Arte e educação: ressonâncias e repercussões**. São Paulo, SP: ECA-USP, 2018. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/273>. Acesso em: 17 ago. 2022.

5 - FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; PICNONEZ, Stela C. Bertholo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 8. Campinas: Papirus, 2002.

Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	30	-	75	Obrigatória

Ementa

Estudo e pesquisa de abordagens metodológicas para a prática teatral no contexto da educação não-formal. Abordagem histórica e conceitual dos processos artístico-pedagógicos na Educação Não-Formal. Ação Cultural e Ação Artística. Arte e Educação ao Longo da Vida. Interações entre arte e comunidade: o pessoal e o social. O teatro como ato político e sua inserção em processos educativos fora da escola. Pesquisa, observação e avaliação junto a ações artísticas na Educação Não- Formal. Planejamento, intervenção e elaboração de produtos técnico/pedagógicos.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo, SP: Editora 34, 2019.

2 - FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2005.

3 - LIGIÉRO, Zeca; PEREIRA, Victor Hugo Adler; TELLES, Narciso. **Teatro e dança como experiência comunitária**. Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ, 2009.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2008.
- 2 - BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2005.
- 3 - GARCIA, Silvana. **Teatro da militancia: a intencao do popular no engajamento politico**. 2. ed. Sao Paulo, SP: Perspectiva, 2004.
- 4 - GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal no campo das artes**. São Paulo, SP: Cortez, 2015.
- 5 - POMPEO, Marcia. **Vento Forte no Teatro em Comunidades**. Florianópolis, SC: Letras Contemporaneas, 2015.

Práticas Cênicas Extensionistas II

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	-	-	60	75	Obrigatória

Ementa

Protagonismo discente na elaboração, execução e avaliação de ações de extensão no campo do teatro e de seus ensinamentos. Estudos teatrais, práticas cênicas, teatralidades e pedagogia do teatro em práticas de extensão universitária. O teatro como linguagem articuladora entre Universidade e Comunidade. A vocação extensionista na formação docente em teatro Ações desenvolvidas no contexto de programa ou projeto de extensão institucionalizado na Universidade Federal do Tocantins.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

- 1 - BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUÍ, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília, DF: Unesco, 2008. Disponível em: <https://www.repositoriobib.ufc.br/000000/0000001D.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.
- 2 - MAXIMIANO JUNIOR, Manoel. **Indicadores brasileiros de extensão universitária**. Campina Grande, PB: EDUEFG, 2017. Disponível em: http://docs.wixstatic.com/ugd/ff2fac_3bdef56a32ce47b18c83a6d911669596.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.
- 3 - MELO, José Francisco de. **Extensão popular**. 2. ed. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 2014. Disponível em: <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/extensao-popular/extensao-popular.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ALEIXO, Fernando; TELLES, Narciso. **Ateliês em Artes Cênicas: produção, extensão e**

difusão cultural. v1. Uberlândia, MG: EDUFU, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-406-3>. Acesso em: 29 ago. 2022.

2 - NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão.** Belo Horizonte, MG: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-_livro_8.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

3 - SILVA, Anita. **Por uma extensão universitária transformadora: caminhos para uma abordagem crítica e dialógica na mediação da ação teatral.** Tese (Doutorado em Artes Cênicas). Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32098>. Acesso em: 29 ago. 2022.

4 - **Comunidades populares e universidade: olhares para o outro.** Rio de Janeiro, RJ: UFRJ Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

5 - RAHME, Mônica Maria Farid; VIANA, Anamaria Fernandes. **Poéticas da autoridade no contexto da extensão universitária.** Vol. 11, Ed. 1, (2020): 77-93. João Pessoa, PB: Moringa Artes do Espetáculo, 2020. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/8b1de247e114961a7743e24bf00cd65d/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031955>. Acesso em: 29 ago. 2022.

8º Período

Montagem Cênica: Processos Colaborativos					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Obrigatória
Ementa					
Aprofundamento das questões relativas ao processo criativo em teatro. Desenvolvimento das potencialidades criativas do educando e suas possíveis contribuições específicas no processo colaborativo. Domínio dos gêneros teatrais escolhidos como forma de atuação de si e do grupo no mundo. Ampliação da experimentação dos elementos teatrais no exercício da relação filosofia/ teatro e seus diálogos múltiplos. Relações intersubjetivas no processo colaborativo e suas dinâmicas para o pensar e o fazer teatral. Prática pedagógica como componente curricular com a criação de oficinas teatrais a partir das técnicas e poéticas desenvolvidas na disciplina. Pesquisa prática dos temas em estudo e organização estética em forma de montagem cênica.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica: 1 - BRITO, Marcelo Sousa. O teatro que corre nas vias. Salvador, BA: EDUFBA, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788523220013 . Acesso em: 16 ago. 2022. 2 - COLLA, Ana Cristina; FERRACINI, Renato; HIRSON, Raquel Scotti. Práticas teatrais: sobre presenças, treinamentos, dramaturgias e processos. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2020. 3 - COSTA, Felisberto Sabino da. Dispositivos poéticos e materialidades cênicas diversas. São Paulo, SP: ECA-USP, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11606/9786588640524 . Acesso					

em: 16 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - ABREU, Luis Alberto de. **Processo colaborativo: relato e reflexões sobre uma experiência de criação**. Santo André, SP: Cadernos da ELT, 2004. Disponível em: <https://www.sesipr.org.br/nucleodedramaturgia/FreeComponent9545content77392.shtml>. Acesso em: 16 ago. 2022.

2 - ARAÚJO, Antônio. **O processo colaborativo como modo de criação**. Olhares Revista da Escola Superior de Artes Célia Helena, 2009. Disponível em: <https://www.olharsceliahelena.com.br/index.php/olhares/article/view/8>. Acesso em: 16 ago. 2022.

3 - CARVALHO, Sérgio de. **Introdução ao teatro dialético: experimentos da Companhia do Latão**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.

4 - SILVIA, Fernandes. **Teatralidades Contemporâneas**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2010.

5 - FISCHER, Stela. **Processo colaborativo e experiências de companhias teatrais brasileiras**. São Paulo, SP: Hucitec, 2010.

Práticas da Cena - Optativa III					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Obrigatória
Ementa					
Requisito cumprido mediante disciplina optativa do rol de optativas do Núcleo de Práticas da Cena.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
Bibliografia Complementar:					

Práticas Pedagógicas Teatrais em Extensão I					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	-	-	60	75	Obrigatória
Ementa					
Pesquisa, planejamento, execução e avaliação de ação de extensão a partir de demandas sociais relacionadas ao fazer teatral. Formação docente em teatro com foco no protagonismo do estudante em processos criativos pedagógicos teatrais junto à comunidade externa. Metodologia extensionista de ensino em articulação à pedagogia teatral. Pré produção, produção e pós produção de ações extensionistas em diferentes formatos (oficinas, cursos,					

eventos, atividades de propriedade intelectual, etc), para diferentes públicos, em perspectiva situada.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, AM: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

2 - FREIRE, Paulo. **Extensao ou Comunicacao?**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

3 - MARTINS, Adriana dos Reis; SANTOS, Bárbara Tavares; SILVA, Renata Patrícia da. **Poéticas do isolamento: ações artísticas em extensão**. Palmas, TO: EDUFT, 2021. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2559>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - ARAUJO, Hanna; CARNEIRO, Leonel Martins. **Experiências de formação em artes na Amazônia**. Rio Branco, AC: Stricto Sensu, 2021. Disponível em: <https://sseditora.com.br/wp-content/uploads/experiencias-de-formacao-em-artes-na-amazonia.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

2 - ANDREOLI, Eliane Aparecida. et al. **Compartilhar Narrativas sobre formação, Arte e Ensino no Brasil**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2021. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/36620-compartilhar-narrativas-sobre-formacao-arte-e-ensino-no-brasil>. Acesso em: 16 ago. 2022.

3 - GRACIOLI, Jéferson Muniz Alves; PEREIRA, Fabíola Andrade. **Compartilhamento saberes extensionistas no norte do Tocantins: as experiências de Tocantinópolis**. Palmas, TO: EDUFT, 2020. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2533>. Acesso em: 16 ago. 2022.

4 - MONTIEL, Larissa Wayhs Trein; PESSÔA, Jeniffer Ribeiro; REIS, Maria das Graças Fernandes de Amorim dos. **Práticas da docência no Ensino Superior: vivenciando os três pilares da universidade - ensino, pesquisa, extensão**. Campo Grande, MS: UFMS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4673>. Acesso em: 16 ago. 2022.

5 - ANDRADE, Karylleila dos Santos; ANDRÉ, Carminda Mendes; FLORES, Kátia Maia. **Educação, Interculturalidade e outros debates**. Goiânia, GO: Espaço Acadêmico, 2018.

Práticas Pedagógicas Teatrais em Extensão II					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	-	-	60	75	Obrigatória
Ementa					
Pesquisa, planejamento, execução e avaliação de ação de extensão a partir de demandas					

sociais relacionadas ao fazer teatral, com ênfase em suas visualidades. Formação docente em teatro com foco no protagonismo do estudante em processos criativos pedagógicos teatrais visuais junto à comunidade externa. Metodologia extensionista de ensino em articulação à pedagogia teatral, priorizando a dimensão visual da cena. Pré produção, produção e pós produção de ações extensionistas em diferentes formatos (oficinas, cursos, eventos, atividades de propriedade intelectual, etc), para diferentes públicos, em perspectiva situada.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, AM: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

2 - FREIRE, Paulo. **Extensao ou Comunicacao?**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

3 - GRACIOLI, Jéferson Muniz Alves; PEREIRA, Fabíola Andrade. **Compartilhamento saberes extensionistas no norte do Tocantins: as experiências de Tocantinópolis**. Palmas, TO: EDUFT, 2020. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2533>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - ARAUJO, Hanna; CARNEIRO, Leonel Martins. **Experiências de formação em artes na Amazônia**. Rio Branco, AC: Stricto Sensu, 2021. Disponível em: <https://sseditora.com.br/wp-content/uploads/experiencias-de-formacao-em-artes-na-amazonia.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

2 - ANDRADE, Karylleila dos Santos; ANDRÉ, Carminda Mendes; FLORES, Kátia Maia. **Educação, Interculturalidade e outros debates**. Goiânia, GO: Espaço Acadêmico, 2018.

3 - KOGLIN, João Carlos de Oliveira; KOGLIN, Terena Souza da Silva. **A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso**. Revista Brasileira de Extensão Universitária, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2019v10i2.10658>. Acesso em: 16 ago. 2022.

4 - MARTINS, Adriana dos Reis; SANTOS, Bárbara Tavares; SILVA, Renata Patrícia da. **Poéticas do isolamento: ações artísticas em extensão**. Palmas, TO: EDUFT, 2021. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2559>. Acesso em: 16 ago. 2022.

5 - MONTIEL, Larissa Wayhs Trein; PESSÔA, Jeniffer Ribeiro; REIS, Maria das Graças Fernandes de Amorim dos. **Práticas da docência no Ensino Superior: vivenciando os três pilares da universidade - ensino, pesquisa, extensão**. Campo Grande, MS: UFMS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4673>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Estágio Supervisionado IV - Educação Não Formal

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-------------	-------------	------------	-----------------	-----------	-------

30	-	-	-	105	Obrigatória
Ementa					
Observação analítica e prática pedagógica supervisionada em Teatro em diferentes contextos de Educação Não- Formal. Mapeamento e avaliação do contexto sócio- político e cultural. Pesquisa de abordagens metodológicas para o processo de ensino-aprendizagem do Teatro nestes contextos. Planejamento e execução de projetos de intervenção pedagógica. Avaliação da prática de estágio por meio de relatórios. Elaboração de produtos técnico/ pedagógicos e científicos.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - FREIRE, Paulo. Educação e mudança . 24.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.					
2 - GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais . São Paulo, SP: Cortez, 2010.					
3 - COELHO NETTO, J. Teixeira. O Que é Ação Cultural . São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.					
Bibliografia Complementar:					
1 - FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas . São Paulo, SP: Ubu Editora, 2020.					
2 - FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa . Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1996.					
3 - GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política . São Paulo, SP: Cortez, 1999.					
4 - HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade . São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2013.					
5 - VIGANÓ, Suzana Schmidt. As regras do jogo: a ação sociocultural em teatro e o ideal democrático . São Paulo, SP: Hucitec, 2006.					

Trabalho de Conclusão de Curso					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Pesquisa, redação, editoração e submissão de trabalho de conclusão de curso a partir do projeto de pesquisa desenvolvido na disciplina Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e em consonância com o Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso vigente. Apresentação pública do Trabalho de Conclusão de Curso articulada à apresentação de portfólio de percurso formativo.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					

1 - CABRAL, Biange. et al. **Metodologias de pesquisa em Artes Cênicas**. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, 2006. Disponível em: http://portalabrace.org/impressos/1_metodologias_de_pesquisa_em_artes_cenicas.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

2 - DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

3 - DIAS, Belidson; IRWIN, Rita L. **Pesquisa Educacional Baseada em Arte: A/R/Tografia**. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2013.

Bibliografia Complementar:

1 - CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise quantitativa**. Porto Alegre, RS: Artemed, 2009.

2 - BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

3 - FIORENTINI, Dario; GERALDI, Corinta Maria Grisolia; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. **Cartografias do trabalho docente: Professor(a) – pesquisador(a)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

4 - TEIXEIRA, Elizabeth. **As tres metodologias: academica, da ciencias e da pesquisa**. 2. ed. Petropolis: Vozes, 2006.

5 - ZAMBONI, Silvio. **A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciencia**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

Optativas

Jogos Teatrais e Educação do Sensível					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Optativa
Ementa					
Jogos teatrais e outras modalidades de Jogos e brincadeiras enquanto práticas (e princípios) que promovem uma Educação dos Sentidos e do Sensível. Jogos, Teatro Pós-Dramático e Pedagogia do Jogo Teatral. Disponibilidade (e saúde) física/ corporal, mental, emocional, prazer, alegria, imaginação, memória, presença, efemeridade, improvisação, performatividades e poéticas, raciocínios cênico e sensível, autonomia, criticidade, autoestima, sentimento de pertencimento, experiência do coletivo, afeto e Amor como elementos e desdobramentos que fazem sentido e dão sentido ao jogo, à Arte e à Vida. Os processos de apreender e partilhar conhecimentos (formais e sensíveis), intervindo com consciência em múltiplos espaços e realidades através do imbricamento das dimensões sensível, lúdica, ética, artística e política dos Jogos na perspectiva de uma educação integral e libertadora. O Teatro e a Arte como jogo e sua utilização em diferentes contextos na Arte e na Educação Formal e Informal. Arte, Afeto, Sensibilidade, Subjetividade e Educação engendrando Formação e TransFormAção do indivíduo e da sociedade.					
Bibliografia					

Bibliografia Básica:

1 - MEIRA, Marly Ribeiro; PILLOTO, Silvia. **Arte, afeto e educação: a sensibilidade na ação pedagógica**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010.

2 - DUARTE JUNIOR, João-Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2000.197855>. Acesso em: 29 ago. 2022.

3 - SOARES, Carmela. **Pedagogia do jogo teatral: uma poética do efêmero: ensino do teatro na escola pública**. São Paulo, SP: Hucitec, 2010.

Bibliografia Complementar:

1 - ALVES, Rubem. **Educação dos Sentidos e mais**. Campinas, SP: Verus, 2010.

2 - SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2001.

3 - BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2008.

4 - KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos teatrais**. 7. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2009.

5 - REVERBEL, Olga. **Jogos teatrais na escola: atividades globais de expressão**. São Paulo: Scipione, 2006.

Atuação					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Optativa
Ementa					
Conceito e experimentação de ação física e suas possibilidades expressivas. Corpo-voz no diálogo com a imaginação. Treinamento de ator. O ator-criador e seus processos de investigação cênica. Conceitos e experimentações de interpretação dramática, épica e pós-dramática. Atuação em obras dramatúrgicas. Atuação como expressão de si no mundo. O ator como interventor nas realidades subjetiva e objetiva. Procedimentos e dinâmicas da cena. A cena como exercício de leitura de mundo.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BOLES LAVSKI, Richard. A arte do ator: as primeiras seis lições . São Paulo, SP: Perspectiva, 1992.					
2 - ROSENFELD, Anatol. O teatro épico . São Paulo, SP: Perspectiva, 2008.					
3 - ROUBINE, Jean-Jacques. A Arte do Ator . São Paulo, SP: Zahar, 2011.					

Bibliografia Complementar:

- 1 - ARTAUD, Antonin. **O Teatro e seu duplo**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.
- 2 - AZEVEDO, Sônia Machado. **O papel do corpo no corpo do ator**. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2008.
- 3 - LEHMANN, Hans Thies. **Teatro pós-dramático**. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2010.
- 4 - PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. 3. ed. São Paulo, SP: Perspectivas, 2008.
- 5 - SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2015.

Oficina de Música

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Optativa

Ementa

Estudo das possibilidades sonoras e musicais na criação cênica. Desenvolver o conceito de musicalidade em suas relações com o teatro: musicalidade como via na preparação do ator (escuta ativa, ritmo, articulação, dinâmica); musicalidade como materialidade cênica (música de cena, sonoplastia); musicalidade como metáfora da encenação (durações, contrapontos, texturas, orquestração). Compreensão e apropriação de parâmetros sonoros e princípios estruturais da música. Criação de exercício cênico coletivo. Prática pedagógica como componente curricular relacionando musicalidade e ensino de teatro.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

- 1 - AMALFI, Maestro Marcelo. **A macro-harmonia da música do teatro**. São Paulo, SP: Giostri, 2015.
- 2 - MALETTA, Ernani. **Atuação polifônica**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2016.
- 3 - TRAGTENBERG, Lívio. **Música de cena**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2008.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BOLAO, Oscar. **Batuque e um privilegio: a percussão na música do Rio de Janeiro para músicos, arranjadores e compositores**. 3. ed. Rio de Janeiro, c2003.
- 2 - BOULEZ, Pierre. **A música hoje**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- 3 - FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **Ciranda de sons: práticas criativas em educação musical**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788568334607>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- 4 - SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente**. São Paulo, SP: Moderna, 1999.

5 - GROUT, Donald J. **Historia da musica ocidental**. 4. ed. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2007.

Dança, Criação e Corporeidade					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Optativa
Ementa					
Consciência do corpo em diferentes dinâmicas de movimento. Condição corporal relacionada à dança. Técnicas de dança moderna e Contemporânea. Improvisação. Coreografia. Reconhecimento do Espaço Movimento: próprio e em relação ao ambiente. Ritmo. Expressividade. Comunicabilidade. Interação corpo-espaco-movimento. Estudo e treinamento dos elementos corporais e expressivos como fomentadores de ensino do movimento para as artes da cena. Corporeidades, ações estéticas e movimentos expressivos no Ensino de Teatro.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - AZEVEDO, Sônia Machado. O papel do corpo no corpo do ator . 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2008.					
2 - SILVA, Isamara da Cunha e. O Teatro e a Dança na Educação Infantil . Arraias-TO: Universidade Federal do Tocantins, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/11612/2095 . Acesso em: 17 ago. 2022.					
3 - LABAN, Rudolf. Domínio do movimento . 5.ed. Sao Paulo: Summus, 1978.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BASTOS, Helena. Coisas vivas: Fluxos que informam . São Paulo, SP: ECA-USP, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11606/9786588640548 . Acesso em: 17 ago. 2022.					
2 - FERNANDES, Ciane. Dança Cristal: da arte do movimento à abordagem somático-performativa . Salvador, BA: EDUFBA, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786556300832 . Acesso em: 17 ago. 2022.					
3 - PEREIRA, Sayonara. Dança(s), lugares e paisagens: escritos cênicos dos pesquisadores do LAPETT . Coleção PPGAC ECA USP. São Paulo, SP: ECA-USP, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11606/9786588640500 . Acesso em: 27 ago. 2022.					
4 - O teatro do corpo manifesto: teatro físico . São Paulo: Perspectiva, 2008.					
5 - SOUSA, Karina Almeida de. Corpo, Transnacionalismo negro e as políticas de patrimonialização: as práticas expressivas culturais negras e o circuito afrodiaspórico . Tese (Doutorado em Sociologia). São Carlos, SP, 2020. Disponível em: http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2967 . Acesso em: 27 ago. 2022.					

Poéticas do Ator					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Optativa
Ementa					
Abordagem, a diferenciação e a reflexão de diferentes poéticas teatrais voltadas para a formação do ator que auxiliem a prática pedagógica. A evolução da poética do ator pela perspectiva da encenação moderna e contemporânea. O trabalho do ator sobre si mesmo: memória, ação, imaginação e silêncio. Polo artificial e polo orgânico: os principais diretores-pedagogos do século XX e seus esforços para a formação do aluno-ator. Prática como componente curricular: apresentações públicas de exercício cênico e mediação em sala de espetáculo.					
Bibliografia					
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - BONFITTO, Matteo. O ator compositor. São Paulo, SP: Perspectiva, 2002.</p> <p>2 - ROUBINE, Jean-Jacques. A Arte do Ator. São Paulo, SP: Zahar, 2011.</p> <p>3 - O trabalho do ator: diário de um aluno. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2017.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - BARBA, Eugenio; SAVARESE, Nicola. A arte secreta do ator: Dicionário de antropologia teatral. São Paulo, SP: Hucitec, 1995.</p> <p>2 - CARLSON, Marvin. Teorias do teatro: estudo histórico-crítico dos gregos à atualidade. São Paulo, SP: UNESP, c1995.</p> <p>3 - COPEAU, Jacques. Apelos. São Paulo, SP: Perspectiva, 2013.</p> <p>4 - PAVIS, Patrice. Dicionario de teatro. 3. ed. Sao Paulo, SP: Perspectivas, 2008.</p> <p>5 - ROUBINE, Jean-Jacques. A linguagem da encenação teatral. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.</p>					

Improvisação, Ensino e Prática de Teatro					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	15	-	75	Optativa
Ementa					
Elementos geradores e naturezas da improvisação. Improvisação em diferentes estéticas teatrais. Improvisação, teatro e diálogo com outras linguagens artísticas. Improvisação e experiência de temas geradores da cena. Improvisação, ludicidade, jogo, imaginário e construção de conhecimento. Improvisação, alteridade, (auto)poética, subjetividade e educação. Improvisação e criatividade. Improvisação e metodologias do ensino de teatro.					

Improvisação, experiência e (des)metodologia no ensino de teatro. Pesquisa poética dos temas em estudo e organização estética em forma de montagem cênica.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BOGART, Anne. **O livro dos Viewpoints: um guia prático para viewpoints e composição**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2019.

2 - DULLIN, Charles. **Improvisação**. v. 1 n. 18. Florianópolis, SC: Urdimento Revista de Estudos em Artes Cênicas, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1414573101182012171>. Acesso em: 26 ago. 2022.

3 - **Teatralidade e narrativa: conhecimento e construção de sentido em experiências criativas**. Palmas, TO: EDUFT, 2016.

Bibliografia Complementar:

1 - BERSELLI, Marcia; ISAACSSON, Marta. **O contato no processo de criação do ator: considerações a partir de relações entre Stanislavski, Grotowski e Boal e o Contato Improvisação**. 21. Porto Alegre, RS: Revista Cena, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2236-3254.67501>. Acesso em: 26 ago. 2022.

2 - ARAUJO, Hanna; CARNEIRO, Leonel Martins. **Experiências de formação em artes na Amazônia**. Rio Branco, AC: Stricto Sensu, 2021. Disponível em: <https://sseditora.com.br/wp-content/uploads/experiencias-de-formacao-em-artes-na-amazonia.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

3 - CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1991.

4 - COURTNEY, Richard. **Jogo, teatro & pensamento: as bases intelectuais do teatro na educação**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1968.

5 - SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2015.

3.6 - Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares são elencados a partir das competências discriminadas no perfil profissional do egresso. São, ainda, conformes às políticas institucionais da Universidade Federal do Tocantins e aos objetos de conhecimento previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Teatro e à BNC-Formação. Está previsto um grau de flexibilização curricular que permite ao corpo docente e aos estudantes moldarem parcialmente o percurso formativo, de acordo com interesses específicos e demandas sociais pontuais.

Estão contemplados os programas de formação e o atendimento às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Isso dá-se por vezes de modo que

esses temas centralizam a estruturação dos componentes curriculares, como no caso do componente Relações Étnico-Raciais e Práticas Cênicas; e por vezes de modo que esses temas atravessam transversalmente os componentes, como nos casos de Recepção e Mediação Teatral, que inclui conteúdos de Direitos Humanos na audiência do espetáculo teatral; e dos componentes do núcleo de Práticas Pedagógicas Teatrais, que incorporam reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto do Idoso.

As Ações Curriculares de Extensão garantem o espaço da metodologia extensionista, fundada em radical articulação teoria-prática em contextos comunitários, cujos projetos estruturam-se anualmente a partir da identificação das demandas da população com a qual o curso mantém relações extensionistas.

Os critérios de atualização da área também norteiam os conteúdos apresentados, em atendimento às diretrizes curriculares nacionais mais recentes, particularmente a Resolução CNE/CP n. 2 de 20 de dezembro de 2019; revisão de ementas e formulação de planos de ensino em sintonia com produções bibliográficas e artísticas recentes, relevantes e disponíveis.

O diferencial do Curso dentro da área profissional é a formação em diálogo com os conceitos teóricos, temas e vivências pertinentes à cultura local e à formação socialmente referenciada, proporcionadas pela concepção da estrutura e dos conteúdos curriculares. A transversalidade das práticas pedagógicas e das ações curriculares de extensão permitem a constante conexão entre conteúdos “teóricos” e “práticos”, bem como a compreensão da relevância dos conteúdos curriculares para o exercício profissional e para a transformação positiva da realidade.

3.6.1 - Matriz formativa

A matriz formativa visa, em conformidade com as políticas institucionais da UFT, a passagem de uma aprendizagem linear e progressiva para uma educação em rede, sendo tal educação baseada nas competências que norteiam a formação de professores conforme as diretrizes curriculares nacionais - que, por sua vez, fundamentam as competências delineadas para o perfil do egresso.

No Curso de Licenciatura em Teatro essa concepção é implementada pela estrutura curricular em Núcleos, os quais articulam os componentes curriculares, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, bem como os principais aspectos do processo formativo, ao longo de todo o currículo.

Seguindo esta concepção, o Núcleo de Formação Geral articula conteúdos teórico-práticos e ações curriculares de extensão. Por sua vez, os Núcleos Práticas da Cena, Teoria Teatral e Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral articulam conteúdos curriculares teórico-práticos, a prática pedagógica como componente curricular e as ações curriculares de extensão. Deste modo, os diferentes conjuntos de competências e conteúdos curriculares que compõem a estrutura curricular dialogam com o exercício docente e a concepção de conhecimento socialmente referenciado.

Essa transversalidade proporciona experiências e instrumentos para que o profissional em formação encontre oportunidades em meio à complexidade do mundo do trabalho atual e, sobretudo, que transforme a sua realidade.

3.6.2 - Flexibilização curricular

A flexibilização curricular ocorre em diferentes graus, ora facultando ampla autonomia ao

estudante, ora ocasionando processos de gestão pedagógica compartilhada e interação dialógica com a sociedade. Ela é garantida no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro da UFT sem prejuízo às competências definidas nas diretrizes curriculares nacionais para formação de professores e para cursos superiores de Teatro, graças à Estrutura Curricular.

A flexibilização é implementada por três meios distintos:

- * Atividades complementares: meio mais flexível, que permite ao estudante agregar diversos tipos de atividades de ensino, pesquisa e extensão ao seu processo formativo, durante o período de vínculo ao Curso. O estudante tem autonomia e protagonismo, respeitados o regulamento próprio e a validação documental das atividades realizadas.

- * Disciplinas eletivas: aqui compreendidas como grupo de disciplinas de escolha restrita, presentes especificamente no Núcleo de Práticas da Cena. As disciplinas eletivas permitem adequações na construção das ofertas para cada turma, mediante o diálogo entre docentes e discentes, por meio do Núcleo Docente Estruturante e do Centro Acadêmico, ou outros órgãos de representação estudantil.

- * Componentes curriculares de extensão (CCEx): embora tratem-se de componentes curriculares obrigatórias, as CCEx são o espaço de implementação das ações curriculares de extensão, as quais, por sua natureza, são realizadas junto à comunidade. Assim, a dinâmica da prática extensionista irá proporcionar que as competências previstas no processo formativo sejam construídas em diferentes contextos de aprendizagem.

3.6.3 - Objetos de conhecimento

Os objetos de conhecimento articulam-se diretamente às sete competências preconizadas para o perfil do egresso. Contemplam os conteúdos previstos na Resolução CNE/CES nº 4, de 8 de março de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro), as habilidades prescritas pela Resolução CNE/CP n. 2 de 20 de dezembro de 2019 (BNC-Formação) e orientam-se à promoção de aptidão e perícia em práticas de ensino que mobilizem as competências, objetos de conhecimento e habilidades propostas na Base Nacional Comum Curricular. Integram as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão da UFT, associando as especificidades do contexto local e regional e favorecendo o aprendizado em rede, pautado no conhecimento socialmente referenciado e na complexidade das demandas sociais e do mundo do trabalho.

Os objetos de conhecimento abrangem conteúdos, conceitos e processos que possibilitam trabalho interdisciplinar. Estão descritos por núcleos como desdobramento das Competências previstas no Perfil do Egresso. A distinção tem o objetivo de destacar relações, mas os objetos não estão encerrados em um único Núcleo, assim como não se relacionam exclusivamente com uma única competência:

Núcleo de Formação Geral

- * Política, gestão e legislação educacional; história da educação; democracia; direito à educação; formas de participação social (Competência 1);

- * Tecnologias educacionais; objetivos de aprendizagem; planejamento de ensino; sequenciação de conteúdos curriculares; recursos pedagógicos; gestão de ambientes de aprendizagem; psicologia da aprendizagem (Competências 2 e 3);

- * Matrizes estéticas culturais; patrimônio cultural; processos identitários (Competência 6);

* Entendimento e possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade (Transversais);

* Pensamento ocidental; Desenvolvimento humano; Consciência socioambiental e consumo responsável, em âmbito local, regional e global; conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem; Respeito à diversidade e à pluralidade de ideias e posições; Processos de produção e negociação de sentidos nas práticas culturais; universo digital, campo da ciência, campo da cultura, campo do trabalho, campo da vida social, campo da vida coletiva (Transversais).

Núcleo de Práticas da Cena

* Contextos e práticas do Teatro e outras linguagens artísticas; cotidiano e postura profissional no Teatro; elementos da linguagem teatral e de outras linguagens artísticas; elementos técnicos da cena; processos de criação no Teatro e em outras linguagens artísticas; materialidades; corporeidades; musicalidades; espacialidades; arte e tecnologia; sistemas da linguagem teatral e de outras linguagens; produção individual e produção coletiva e/ ou colaborativa (Competência 4).

* Elementos de linguagem das práticas cênicas não-europeias (Competência 6).

* Processos de produção e montagem (Competência 7).

Núcleo de Teoria Teatral

* Contextos e práticas do Teatro e outras linguagens artísticas; Crítica cultural e crítica teatral; a linguagem como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso; apreciação, significação e expressão; inserção cultural das práticas de leitura (Competências 2, 4 e 5);

Núcleo de Práticas Pedagógicas

* Conhecimento pedagógico do conteúdo; pedagogias do Teatro; criação no ensino de Teatro; pesquisa no ensino de Teatro; metodologias de ensino de Teatro; elementos técnicos docentes do professor de Teatro; elementos da linguagem no ensino de Teatro; avaliação no ensino de Teatro; pessoas no ensino de Teatro; afetos no ensino de Teatro; habilidades e objetos do conhecimento da linguagem na BNCC (Competências 2, 3 e 4).

Atividades Complementares

* Projeto de formação profissional; avaliação da pertinência e relevância da participação em eventos de formação profissional; aprendizagem ao longo da vida; carreira (Competências 5 e 7).

Trabalho de Conclusão de Curso

* Metodologia de pesquisa; pesquisa científica; pesquisa em educação; pesquisa em arte; pesquisa educacional baseada em arte (Competência 5);

Núcleo de Estágio Supervisionado

* Ambiente escolar; escola e família; comunidade escolar; política e gestão escolar (Competência 1);

- * Planejamento pedagógico; cotidiano do ensino; práticas de ensino; documentação do ensino (Competência 2);
- * Avaliação do ensino; avaliação diagnóstica, somativa e formativa (Competência 3);
- * Autoavaliação (Competência 5);
- * Análise de contexto (Competência 6);
- * Mundo do trabalho (Competência 7).

3.6.4 - Programas de formação

A matriz formativa do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins prevê espaços formativos relativos às políticas de educação ambiental, de ações afirmativas, de educação em direitos humanos, de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme legislação.

Educação ambiental

Na perspectiva de inserção da Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11) o curso propõe o exercício da discussão, reflexão e compreensão, de modo crítico, das diversas dimensões da realidade da natureza, cultura e sociedade, em especial da Amazônia Legal, nas suas determinações sociais, culturais, comportamentais, ecológicas, éticas e legais. A questão ambiental e a educação, considerando a relação sociedade-natureza, visam à construção do conhecimento e a prática pedagógica escolar, fomentando a discussão sobre as políticas ambientais nos contextos nacional e internacional, bem como as diretrizes para a educação ambiental no contexto da educação brasileira e de seu currículo escolar. Focando assim a necessidade de uma ética para o futuro, uma ética ambiental, desenvolvimento tecnológico e limites éticos. Desta forma, as questões ambientais são contempladas de forma transversal na matriz curricular, e presente de forma específica na disciplina optativa Conhecimento e Realidade Socioambiental.

Educação em direitos humanos

Em seu exercício contínuo de formação ampliada, o curso aborda questões e fomenta discussão sobre diversos aspectos sócio-educacionais, tais como fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, questões de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Essas temáticas são abordadas as seguintes disciplinas: Filosofia da Educação; Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem; Sociedade, Cultura e Educação; História da Arte; Arte Brasileira; Currículo, Política e Gestão Educacional, Recepção e Mediação Teatrais; Política e Gestão Educacional; Educação e Tecnologias Contemporâneas; Teatro Mundial I, II, III; Teatro Brasileiro; Estágios Supervisionados; Práticas Cênicas na Rua e Arte Pública e o campo da Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral.

O curso de Licenciatura em Teatro, por entender que a Educação só se torna efetiva quando promove mudança e transformação social, também considera a Resolução n.1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. O curso de Licenciatura em Teatro fundamenta-se, dessa forma, nos princípios citados no Artigo 3º da referida resolução, a saber:

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na Educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII. sustentabilidade socioambiental.

No documento “Subsídios para a elaboração de proposta de Diretrizes Curriculares Gerais para as Licenciaturas”, que atende à solicitação da Secretaria de Ensino Superior - SESu - e se insere no conjunto das ações de articulação demandadas pelo Projeto Estratégico Integrador “Flexibilização Curricular no Ensino Superior/99”, coordenado pela SESu, encontram-se pressupostos fundamentais para atuação profissional do licenciado. Entre eles, o de que o professor deverá exercer uma atividade profissional de natureza pública (que diz respeito a toda a sociedade), uma prática compartilhada que terá dimensão coletiva e pessoal e que implicará simultaneamente em autonomia e responsabilidade. Isto é o que se espera do profissional formado em Licenciatura em Teatro. Para tal o perfil do egresso encontra-se em consonância com Parecer CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo. O parecer CNE/CES nº 195/2003, aprovado em 5 de agosto de 2003 que aprova as diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música, Dança, Teatro e Design e a Resolução CNE/CES nº 4, de 8 de março de 2004 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e dá outras providências.

Educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

O presente PPC observa a legislação que trata das relações étnico-raciais na educação (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; Decreto 6.872/2009; Parecer CNE/CP 03/2004 e Resolução CNE/CP 01/2004). Entenda-se como o argumento mais incisivo para inclusão da temática nos Cursos de Graduação em Teatro o Art. 1º da Resolução CNE/CP 01, de 17 de junho de 2004, onde diz:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

O reconhecimento efetivo da contribuição cultural dos africanos e também dos indígenas nos marcos regulamentares acima mencionados mostra-se como uma atividade indispensável. Mas, o entendimento desta contribuição envolve uma abordagem cuidadosa que pretenda superar

etnocentrismo e, sobretudo, deve ampliar seu escopo para os demais grupos étnicos, minoritários ou não, presentes em nossa sociedade, tendo-se sempre a preocupação de tratar todos como sujeitos históricos igualmente importantes para a formação de nossa sociedade. Ressalta-se que na presente proposta pedagógica esta resolução está contemplada nas disciplinas do curso, mas notadamente nas seguintes: História da Arte; Sociedade Cultura e Educação; Estudos Culturais; Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem; Arte Brasileira; Relações Étnico-raciais e Práticas Cênicas; Teatro Brasileiro; Laboratório de Formas Animadas; Estágios e grupo de disciplinas denominadas Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral.

Dessa maneira, talvez se possa, de fato, caminhar para uma percepção mais livre dos inúmeros preconceitos, discriminações e crenças infundadas que ainda grassam em muitas instâncias de nossa sociedade.

3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)

As Ações Curriculares de Extensão (ACE's) seguem as diretrizes que orientam a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária pactuadas no FORPROEX, que são: 1. Interação dialógica; 2. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; 3. Indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão; 4. Impacto na formação do estudante; 5. Impacto na transformação social.

Na Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Teatro, as Ações Curriculares de Extensão (ACE's) estão vinculadas à formação do estudante ao longo do curso, com o objetivo de promover a interação transformadora por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e com a pesquisa. Assim, a inserção das ACE's na matriz curricular se dá por meio de Componentes Curriculares de Extensão distribuídas ao longo de todo o processo formativo, as quais possuem enfoques específicos, pertinentes aos núcleos temáticos curriculares:

Grupo I - Núcleo de Formação Geral: Componente Curricular de Extensão - Arte, Sociedade e Práticas Extensionistas.

Grupo II

* Núcleo Teoria Teatral: Componente Curricular de Extensão - Escrita Dramatúrgica e Crítica Teatral em Extensão.

* Núcleo Práticas da Cena: Componentes Curriculares de Extensão - Práticas Cênicas Extensionistas I e II.

* Núcleo Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral: Componentes Curriculares de Extensão - Práticas Pedagógicas Teatrais em Extensão I e II.

O detalhamento da carga horária e períodos ideais em que estudantes participam das componentes curriculares pode ser consultado na matriz curricular deste Projeto Pedagógico. As componentes curriculares de extensão estão distribuídas a partir do terceiro semestre do Curso, sendo uma CCEx por período, com exceção do oitavo semestre, no qual há duas CCEx. A presença simultânea dessas duas componentes curriculares é uma escolha metodológica que se justifica frente ao processo formativo, considerando que essas atividades extensionistas deverão propor a relação entre práticas pedagógicas teatrais e práticas extensionistas, sendo mais apropriado abordar essa relação na etapa final da trajetória acadêmica do/a estudante.

O acompanhamento e avaliação dos discentes será realizado pelos docentes, por meio de

relatórios, registros fotográficos e audiovisuais, diários de bordo e produtos artísticos e pedagógicos, conforme plano de ensino de cada componente curricular de extensão. Os docentes deverão avaliar o envolvimento dos estudantes a partir da vivência de cada um, evidenciando, sempre que possível, a iniciativa, a proatividade, o trabalho em equipe, o cuidado com as atividades ligadas à extensão e o cuidado com as atividades relacionadas às comunidades, além da observação do trabalho da equipe para resolução de problemas e superação de imprevistos.

No que tange a frequência, o estudante deve atender o disposto na resolução nacional,

ou seja, 75% de frequência, participação nas atividades e ser considerado apto(a).

O Curso de Teatro atua nas áreas temáticas primárias de Cultura e Arte; Educação; Saúde, abordando especificamente as linhas temáticas de Artes Cênicas; Artes Integradas; Formação de Professores; Infância e Adolescência; Metodologias e estratégias de ensino / aprendizagem; Mídias- artes; Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares; Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial; Saúde humana; Terceira idade.

O público-alvo prioritário das ações curriculares de extensão do Curso de Licenciatura em Teatro será: alunos/as de Escolas Públicas, participantes de Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares; professores atuantes ou em formação; crianças e adolescentes; pessoas da terceira idade.

Os indicadores de extensão que serão monitorados pelo Curso de Licenciatura em Teatro são, especificamente quanto às ações curriculares de extensão: Público alcançado por programas e projetos, Ações de extensão dirigidas às escolas públicas; Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas; Garantia da qualidade na extensão; Estrutura organizacional de suporte à Extensão Universitária.

As ACE's valem-se da ampla experiência extensionista do curso de Licenciatura em Teatro, que vem apostando nessa vocação desde sua criação, realizando eventos de integração com a comunidade acadêmica e local mesmo quando ainda não encontrava seu corpo docente consolidado. Há projetos que vêm se desenvolvendo ininterruptamente desde 2011, tanto em caráter de promoção de cursos e eventos, como aqueles que demandam uma relação mais verticalizada com um grupo social, como é o caso do Projeto Maturidade em Cena, liderado pela Profa. Renata Patrícia da Silva.

3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares

Os aproveitamentos curriculares de disciplinas cursadas na versão anterior do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins serão feitos por meio de equivalências com disciplinas deste novo Projeto Pedagógico de Curso.

Todas as disciplinas da versão anterior possuem equivalência nesta versão. Apesar de alterações pontuais na carga horária de algumas disciplinas, todas as ementas são plenamente compatíveis e a diferença de carga horária na margem de 75%, permitindo a integralização das disciplinas por equivalência.

Todas as equivalências previstas para a implantação deste Projeto Pedagógico de Curso frente à versão imediatamente anterior são equivalências diretas, ou seja, com disciplina equivalente a somente uma disciplina. Não há equivalências mistas, ou seja, na qual uma

disciplina é equivalente a mais de uma disciplina.

Apenas as componentes curriculares de extensão, adicionadas nesta versão do PPC não possuem equivalência na versão anterior.

Equivalências Curriculares				
Período	Disciplina	Carga Horária	Equivalência	Aproveitamentos
2º Período				
2	Montagem Cênica: Práticas Vocais	75hs	"Práticas Vocais"	Integral: Ementa e conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.
3º Período				
3	Montagem Cênica: Formas Animadas	75hs	"Laboratório de Formas Animadas"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4º Período				
4	Montagem Cênica: Relações Étnico-Raciais	75hs	"Relações Étnico-Raciais e Práticas Cênicas"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5º Período				
5	Montagem Cênica: Encenação	75hs	"Encenação"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6º Período				
6	Teatro(s) de Rua e Arte Pública	75hs	"Práticas Cênicas de Rua e Arte Pública"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7º Período				
7	Montagem Cênica: Solos	75hs	"Laboratório de Criação Cênica para Solos"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.

8º Período				
8	Montagem Cênica: Processos Colaborativos	75hs	"Laboratório de Criação Cênica para Processos Colaborativos"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.
Optativas				
Optativa	Jogos Teatrais e Educação do Sensível	75hs	"Jogos Teatrais e Educação do Sensível"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.
Optativa	Atuação	75hs	"Atuação"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
Optativa	Oficina de Música	75hs	"Oficina de Música"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1º Período				
1	Recepção e Mediação Teatral	75hs	"Direitos Humanos, Recepção e Mediação Teatrais"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3º Período				
3	Teatro Brasileiro	75hs	"Teatro Brasileiro"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5º Período				
5	Teatro Mundial I	75hs	"Teatro Mundial I"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.
6º Período				
6	Teatro Mundial II	75hs	"Teatro Mundial II"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina

				é totalmente equivalente.
7º Período				
7	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	60hs	"Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6º Período				
6	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II	75hs	"Pesquisa e Prática Pedagógica Teórica II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1º Período				
1	Leitura e Produção de Textos	75hs	"Leitura e Produção de Textos Científicos"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.
1	História da Arte	75hs	"História da Arte"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Sociedade, Cultura e Educação	60hs	"Sociedade, Cultura e Educação"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Montagem Cênica: Estudos Corporais	75hs	"Estudos Corporais, Ensino e Prática do Teatro"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2º Período				
2	Estudos Culturais	75hs	"Estudos Culturais"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	Filosofia da Educação	60hs	"Filosofia da Educação"	Integral: Carga horária

				e conteúdo da disciplina totalmente equivalentes.
2	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	75hs	"Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina totalmente equivalentes.
3º Período				
3	Arte Brasileira	60hs	"Arte Brasileira"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina totalmente equivalentes.
3	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60hs	"Língua Brasileira de sinais - Libras"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina totalmente equivalentes.
4º Período				
4	Didática e Formação de Professores	75hs	"Didática e Formação de Professores"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina totalmente equivalentes.
4	Política e Gestão da Educação Brasileira	75hs	"Política e Gestão da Educação Brasileira"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina totalmente equivalentes.
4	Educação e Tecnologias Contemporâneas	60hs	"Educação e Tecnologia Contemporânea"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina totalmente equivalentes.
5º Período				
5	Estágio Supervisionado I - Observação	90hs	"Estágio Supervisionado I - Observação"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina totalmente equivalentes.

5	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I	75hs	"Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.
6º Período				
6	Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	105hs	"Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7º Período				
7	Estágio Supervisionado III - Ensino Médio	105hs	"Estágio Supervisionado III - Ensino Médio"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7	Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III	75hs	"Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
8º Período				
8	Estágio Supervisionado IV - Educação Não Formal	105hs	"Estágio Supervisionado IV - Educação não Formal"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
8	Trabalho de Conclusão de Curso	60hs	"Trabalho de Conclusão de Curso"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
Optativas				
Optativa	Dança, Criação e Corporeidade	75hs	"Dança, Criação e Corporeidade"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.
Optativa	Poéticas do Ator	75hs	"Poéticas do Ator"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.

Optativa	Improvisação, Ensino e Prática de Teatro	75hs	"Improvisação, Ensino e práticas de teatro"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.

3.8 - Migração curricular

Tendo em vista as mudanças da estrutura curricular, particularmente quanto à inserção da carga horária de creditação da extensão curricular, o processo de implantação do novo Projeto Pedagógico de Curso será majoritariamente gradativo, com inserção dos estudantes na nova matriz curricular à medida que ingressam por meio de processo seletivo.

Os estudantes vinculados à versão anterior serão informados sobre a implantação e, caso manifestem o interesse de migrar para a versão mais recente, serão iniciados os seguintes procedimentos:

- * Orientação pedagógica sobre as implicações da migração com análise individualizada das equivalências, aproveitamentos e complementações de carga horária aplicáveis;

- * Aprovação em Colegiado de Curso;

- * Solicitação à Direção de Câmpus de aprovação da migração de alunos do curso para a nova estrutura curricular, no Conselho Diretor do Câmpus;

- * Envio à Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS), com os seguintes anexos: Tabela de Equivalência de Disciplinas da versão anterior com a versão atual e Listagem dos Alunos vinculados ao curso, especificando se fizeram ou não a adesão à nova estrutura curricular do curso;

- * Elaboração da Listagem dos Alunos vinculados ao curso, especificando se fizeram ou não a adesão à nova estrutura curricular do curso;

- * Assinatura dos alunos do Termo de Ciência e Adesão à nova grade curricular;

- * Apresentação da Ata do Colegiado do Curso com aprovação da proposta de migração para nova estrutura curricular informando ainda qual o período no qual irá ocorrer a migração;

- * Apresentação da Ata de Aprovação no Conselho Diretor do Câmpus, do pedido de migração dos alunos do Curso; Emitir Certidão atestando que não haverá prejuízo para a integralização curricular dos alunos do curso no processo de migração para nova grade curricular e que a oferta das disciplinas ocorrerá normalmente para os alunos que não optarem pela migração.

No processo de migração, serão consideradas as equivalências e complementações de carga horária listadas neste Projeto Pedagógico de Curso.

3.9 - Metodologia

A metodologia adotada na organização didático-pedagógica do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins visa ao atendimento e desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de ensino- aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, coadunando-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas, especialmente no âmbito da Pedagogia Teatral.

Conforme as políticas institucionais da UFT, a excelência acadêmica desenvolvida por meio de uma educação inovadora passa pelo desafio de utilizar diferentes Metodologias de Ensino, bem como modos de ensinar e aprender situados em abordagens pedagógicas orientadas para uma formação ético- política, com formas mais flexíveis, abertas e contextualizadas aos aspectos culturais, geracionais e de acessibilidade, integrando saberes contemporâneos.

Assim, a inovação pedagógica, se caracteriza por meio de metodologias ativas fundamentadas em conceitos e práticas da área do Teatro, na medida em que as experiências artísticas proporcionam experiências formativas que abrangem informações, fatos e ideias, mas também sensações, percepções, emoções e atitudes, oportunizando ao estudante protagonismo na experiência de aprendizagem, sob o amparo e orientação do docente.

A gestão de metodologias e tecnologias educacionais contribui para o desenvolvimento de uma metodologia híbrida na qual os estudos independentes, a produção de conteúdos e as atividades pedagógicas assíncronas enriquecem o planejamento, o desenvolvimento, a gestão e a avaliação dos processos formativos.

A gestão de ambientes, materiais e ferramentas assistivas, com apoio institucional, permite a acessibilidade metodológica para estudantes com necessidades educacionais específicas.

As ações curriculares de extensão ocasionam o desenvolvimento de tecnologias sociais com impacto para participação cultural e acesso a bens simbólicos, bem como a valorização e criação de circuitos culturais e artísticos alternativos.

A formação e capacitação permanente visa à incorporação de novas metodologias de ensino, tecnologias educacionais e sua abordagem didática.

A avaliação do processo de ensino- aprendizagem, em conformidade com as políticas institucionais da UFT, visa identificar o desenvolvimento das competências, assumindo o princípio da equidade no processo formativo, em consonância com as metodologias adotadas, revelando evidências, culminâncias e sistematizações. A avaliação torna-se elemento contínuo e deve assumir também um novo paradigma, de caráter qualitativo, longitudinal e reflexivo.

As atividades de ensino- aprendizagem se diversificam em caráter básico, específico e de integração à pesquisa, à extensão e à prática pedagógica, amparadas pelas boas práticas do campo da Pedagogia do Teatro.

3.9.1 - Inovação Pedagógica

A UFT tem como política institucional de ensino e pesquisa o desenvolvimento da inovação

pedagógica, por meio do Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP), que funciona com projetos especiais de monitoria focada na realidade e necessidades dos estudantes, conforme suas áreas de formação. No Curso de Licenciatura em Teatro, até o presente momento, o Projeto de Inovação Pedagógica (PIP) conta com um/a docente, responsável pela elaboração do projeto anual, que atua como Coordenador/a de Inovação Pedagógica (CIP); mais três docentes que atuam como Colaboradores/as de Inovação Pedagógica, um/a estudante bolsista de pós-graduação que atua como Tutor/a de Inovação Pedagógica (TIP) e seis estudantes de graduação, na função de Monitores/as de Inovação Pedagógica (MIPs).

O PIP/Teatro aborda os desafios contextuais de consolidação de um Curso de Licenciatura em Teatro em uma universidade pública da região norte do Brasil que exigem, em sentido mais amplo, contrapor a desvalorização das artes e da profissão docente na sociedade. Para se posicionar frente a essa realidade, definem-se como ideais mais amplos de inovação pedagógica desta atualização de Projeto Pedagógico de Curso: construir sentidos de pertencimento; lutar por condições de permanência; fomentar a cooperação nos processos de formação; valorizar a experiência artística; valorizar a história e o papel social do Teatro e da Arte-Educação.

A partir desses ideais, a concepção de inovação pedagógica que o projeto propõe alinha-se à noção de metodologias ativas, fundamentando-se conceitualmente e metodologicamente na própria área de Teatro, na medida em que as experiências artísticas “extrapolam ainda mais o âmbito racional, para além de fatos, informações ou ideias, o campo de saber da arte abrange também sensações, percepções, sentimentos, inquietações, desejos, expressões, e tantas outras formas possíveis de fazer/pensar/sentir/viver na constituição de uma experiência em arte” (ALVES, 2021, p. 167).

O projeto pressupõe o potencial e a abrangência das experiências artísticas em seus aspectos cognitivos, críticos, subjetivos, objetivos, reflexivos, criadores, problematizadores e estéticos. Entende-se, portanto, que os processos criativos inerentes à experiência artística devem fundamentar os processos pedagógicos da arte-educação e da formação docente. “Ao aproximar o processo de criação artística do caminho de construção de uma metodologia de ensino então é possível perceber/reconhecer o investimento na potência da experiência em arte para o ato criador na educação e na formação docente” (ALVES, 2021, p. 173).

Essa concepção de experiência em arte como caminho metodológico da formação do professor de Arte coloca em pauta também a corporificação dos conhecimentos em uma perspectiva processual e transversal. O corpo não está em oposição à racionalidade, mas deve ser compreendido como unidade do ser e de suas vivências no mundo (NORONHA; BESSA-OLIVEIRA, 2019). Desse ponto de vista, o caráter sensorial e vivencial das experiências em arte potencializa e concretiza as informações e reflexões advindas dos diversos conteúdos curriculares.

Quanto à abordagem das tecnologias educacionais, a perspectiva do Teatro e das artes performativas, cujos processos criativos e pedagógicos se fundamentam prioritariamente na presença, é problematizadora: como ressignificar o uso de ferramentas digitais para potencializar experiências estéticas, pedagógicas, exercícios auto-poéticos e encontros?

O teatrólogo argentino Jorge Dubatti, ao buscar delinear o que seria a essência do teatro, trouxe à luz o duo convívio e tecnovívio. O convívio seria aquela qualidade exercida no teatro convencional que emerge do encontro territorial entre corpos presentes em um mesmo espaço físico e tempo. Já o tecnovívio, ainda de acordo com Dubatti, seria a natureza de convívio possível de termos pela mediação das tecnologias digitais de informação e comunicação, caracterizada pela não-territorialidade e não-materialidade. Após a experiência de isolamento social induzida pela COVID-19, Dubatti (2020) posicionou-se: sendo as três bases do teatro o

Convívio, a poiesis e a expectativa e estando o convívio impedido pelo isolamento, ainda podemos produzir uma arte em que a poiesis e a expectativa se façam presentes, porém em contexto de tecnovívio. Entre essas artes não haveria identidade, nem disputa, nem hierarquia de valores ou etapas, mas apenas diferença.

As diferenças entre convívio e tecnovívio situam nossas inquietações e reflexões sobre contextos, possibilidades e limitações do fazer artístico e pedagógica a partir da experiência da contingência pandêmica e, em sentido mais amplo, de um sociedade na qual as interações remotas, mediadas por tecnologias síncronas e assíncronas, se tornam cada vez mais comuns e incentivadas.

Assim, considerando o fazer artístico-teatral e as concepções pedagógicas inseridas em sua perspectiva, a abordagem das ferramentas tecnológicas a partir de uma ênfase sobre o diálogo e sobre a flexibilidade pode contribuir para fomentar a autonomia do aluno e o exercício dessa autonomia para concretização do processo formativo. Nesse contexto, há espaço para um trabalho de planejamento e criatividade constantes, a fim de construir alternativas pertinentes a esta área de conhecimento e contexto concreto de ensino e aprendizagem.

Assim, entendemos que, no contexto deste projeto pedagógico, as experiências artísticas e suas reverberações fundamentam a inovação pedagógica, a relação teoria e prática (práxis), o respeito ao outro e às culturas e a utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação no âmbito do processo ensino-aprendizagem.

Com base nestas discussões e concepções, o PIP/Teatro, de acordo com os projetos anuais, propõe uma série de ações que fomentam a inovação pedagógica, tais como: atendimentos focados em necessidades específicas (como planejamento e documentação de estágio), criação de conteúdos informativos sobre a vida acadêmica, criação de objetos virtuais de aprendizagem (podcasts, vídeos), criação de cenas e performances como metodologia ativa de monitoria, organização e realização de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, produção de reflexão crítica sobre inovação pedagógica no contexto da Licenciatura em Teatro.

3.9.2 - Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais

O Curso de Licenciatura em Teatro utiliza salas de aula virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Universitário de Palmas, disponível em <<https://ava.uft.edu.br/palmas/login/index.php> [<https://ava.uft.edu.br/palmas/login/index.php>]>. As salas virtuais são utilizadas como suporte às atividades de ensino, proporcionando que sejam disponibilizados e compartilhados internamente conteúdos multimídia e repositório digital de áudios, imagens, vídeos e textos, fruto da curadoria docente e da produção autoral de docentes e discentes do Curso. Além disso, proporcionam o desenvolvimento de uma metodologia híbrida na qual os estudos independentes, a produção de conteúdos e as atividades pedagógicas assíncronas enriquecem o planejamento, o desenvolvimento, a gestão e a avaliação dos processos formativos.

A partir das experiências de gestão pedagógica, ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas antes e durante o período pandêmico, o Curso de Teatro passou a apropriar-se de maneira mais intensa e versátil das tecnologias aplicadas à inovação pedagógica e ao desenvolvimento de conteúdos multimídia que extrapolam o espaço das salas virtuais e ambientes de aprendizagem e passou a produzir conteúdos disponibilizados para o público em geral.

Além de diversas iniciativas de docentes e estudantes, ficam deste período como plataformas permanentes: 1- perfil na rede social Instagram <@teatrouftoficial>, com divulgação de ações do Curso e difusão de informações para membros da comunidade acadêmica e sociedade em

geral; 2- canal TeatroUFT na plataforma de vídeos YouTube, com vídeos institucionais, eventos artísticos e acadêmicos online, registro de produções artísticas e conteúdos multimídia; 3- podcast Entreatos, disponível nas plataformas de áudio, com material didático sobre referências fundamentais na formação do licenciando em Teatro; 4 - perfil na rede LinkTree, com disponibilização de uma série de links para acesso a informações atualizadas do curso.

3.9.3 - Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas

A Universidade Federal do Tocantins utiliza objetos digitais em ambiente virtual, materiais e ferramentas para o desenvolvimento de uma educação assistiva pautada em metodologias e tecnologias pedagógicas eficazes, efetivas, relevantes e eficientes. Esse processo é mediado pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade que coordena e dá suporte às ações do Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva instituído por meio da Resolução Nº 03 de 25 de Fevereiro de 2015.

Em todos os câmpus da UFT, há equipes multifuncionais que, direta ou indiretamente, apoiam, acolhem, orientam e dão assistência às pessoas com deficiência que ingressam na Universidade. Em todas as unidades, por exemplo, estão sendo implantadas Seções de Acessibilidade Informais (SAIs), que possibilitam melhor acesso das pessoas com deficiência às bibliotecas universitárias, por meio do Sistema de Bibliotecas (Sisbib).

As SAIs objetivam organizar um espaço nas bibliotecas para Tecnologias Assistivas (Leitores Autônomos, Impressoras Braille, Linha Braille, Desktops Adaptados, Leitores de Telas, Lupas para Baixa-Visão, entre outros), acervo especializado em Braille, formato digital acessível.

No Curso de Licenciatura em Teatro, adota-se a prática da elaboração do Plano de Ensino e Aprendizagem em Teatro Individualizado em componentes curriculares nas quais se identifica estudante com necessidade educacional específica, quando este estudante manifesta aceite em realizá-lo. O Plano de Ensino e Aprendizagem em Teatro Individualizado do curso de Licenciatura em Teatro foi desenvolvido a partir das melhores práticas da área da Educação Especial, com apoio de profissional especialista em acessibilidade cultural. Não se trata da mesma ferramenta utilizada pelos profissionais especializados em atendimento educacional de pessoas com deficiência ou neurodivergentes, mas de um instrumento específico orientado à linguagem teatral.

3.9.4 - Tecnologias Sociais

As Ações Curriculares de Extensão permitem que o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro implemente processos, serviços, produção e técnicas aplicadas a problemas sociais com metodologias de ensino junto à comunidade, por meio de propostas inovadoras que promovem a inclusão socioproductiva.

Nas Componentes Curriculares de Extensão, o processo formativo é desenvolvido por meio de uma metodologia extensionista que se pauta pela interação dialógica com a sociedade, pela interdisciplinaridade e interprofissionalidade na realização de intervenções práticas, pela indissociabilidade das ações de extensão com o processo formativo mais amplo que inclui ensino e pesquisa, pelo impacto na formação cidadã e profissional do estudante e pelo impacto e transformação social ocasionados pela inter-relação do Curso com setores da sociedade.

Nesse contexto, temas, saberes e fazeres da cultura e da arte são tomados como metodologia de interação dialógica e construção coletiva, concretizando-se em ações como cursos, oficinas, vivências culturais e produções artísticas. Os resultados esperados são o

acesso à participação cultural e a bens simbólicos, bem como a valorização e criação de circuitos culturais e artísticos alternativos.

3.9.5 - Formação e Capacitação Permanente

A Universidade Federal do Tocantins tem como política institucional assumir uma prática de formação e capacitação permanente de seus quadros docentes e técnicos, visando à incorporação de metodologias de ensino e elementos tecnológicos nos componentes curriculares. Essa prática se alinha a um dos princípios de inovação pedagógica que norteiam a instituição, a Lei da Inovação, que consiste em monitorar o desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica por meio de ecossistemas de inovação com cooperação entre a UFT e as demais instituições públicas e privadas da sociedade civil organizada, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do Brasil.

No Curso de Licenciatura em Teatro, essa cooperação fica evidenciada em produções bibliográficas que apresentam como artistas-pesquisadores que vivem e trabalham na região amazônica vêm compreendendo as relações entre formas de arte, mídias e tecnologias digitais, seja em seu contexto imediato, seja quando em deslocamento por outras paisagens. A vivência dos fazeres artísticos e universitários na amazônia brasileira é a lente pela qual esses autores olham e interpretam suas produções e, eventualmente, as de outrem - inclusive produções de caráter artístico-pedagógico, irremediavelmente associadas às práticas criativas e investigativas quando se tratam de artistas-pesquisadores (NARDIM; FERREIRA, 2020).

A Política de Capacitação Docente da Instituição, com apoio fundamental da CAPES, permitiu um aumento na criação de grupos de pesquisa que se consolidaram e fomentaram a produção de conhecimento. Os docentes do Curso de Licenciatura em Teatro integram grupos de pesquisa consolidados o que fundamentou a criação da Especialização lato sensu em Arte e Educação Contemporânea, bem como a atuação de alguns docentes em programas de pós-graduação stricto sensu da UFT.

Considerando as diversas frentes que envolvem a formação e capacitação permanente dos corpos docente e técnico-administrativo, a instituição tem entre suas metas a identificação de demandas e oferta interna de capacitação em aspectos como tecnologia, inovação, ações afirmativas e vulnerabilidade social, gestão e governança.

Essa política é operacionalizada por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (institucional) e do Plano de Qualificação e Formação Docente (Colegiado de Curso), que prevêem critérios, prazos e escalonamento inclusive para afastamentos de docentes e técnicos para formação e capacitação.

A instituição conta ainda com o Projeto Servidor Multiplicador, que tem por objetivo angariar propostas junto aos servidores com a finalidade de promover a capacitação técnica e administrativa dos mesmos e melhoria nos níveis de produtividade, qualidade e satisfação dos usuários, estabelecendo um clima de confiança, cooperação e humanização das ações institucionais. Este projeto desenvolveu-se a partir do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (2006) e integrado pelo Programa de Gestão de Competência, conforme previsto no artigo 24 da Lei 11.091, de 13/01/2005. Professores e técnicos do Curso de Licenciatura em Teatro participam deste projeto como ministrantes de oficina e como profissionais em formação.

Além disso, já na vigência do atual PDI foi instituído o Programa de Formação Docente

Continuada (PROFOR), concebido como um programa permanente, o PROFOR pretende contribuir para a difusão de uma prática pedagógica reflexiva, a partir da construção de um diálogo aberto e profícuo entre docentes, acadêmicos e a gestão do ensino superior na UFT. Docentes do curso de Licenciatura em Teatro da UFT participam do PROFOR como ministrantes e como profissionais em formação, inclusive escrevendo para publicações editadas pelo programa.

3.9.6 - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

Conforme Resolução CNE/CES 04/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Teatro, Art. 2º alínea e, o Projeto Pedagógico deverá explicitar a forma de avaliação dos discentes. Os processos avaliativos do curso de Licenciatura em Teatro organizam-se de acordo com os Regimentos Geral e Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, em especial ao Capítulo IV do Regimento Acadêmico, referente ao rendimento escolar, seção 1, “da verificação de aproveitamento”.

Adicionalmente ao que instrui a referida seção, ao estudante do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins será solicitada a composição de portfólio e/ou memorial formativo durante todo o seu processo de formação, tendo em vista a avaliação continuada e a contribuição discente também sequencial e progressiva na avaliação periódica do projeto pedagógico. Atualmente, o estudante dá corpo a um portfólio durante o componente Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, ocasião em que esse processo é utilizado como fundamento para a delimitação de tema e problema do vindouro projeto de TCC.

A avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

A avaliação do aluno nesses eixos contempla uma abordagem interdisciplinar. Recomenda-se que sejam previstas atividades diversas durante a oferta nos núcleos, com a participação de todos os professores envolvidos, com o intuito de promover um debate mais ampliado da temática. O processo avaliativo ocorrerá de forma processual e continuada abrangendo o conjunto dos componentes curriculares. Ou seja, será previsto, que parte da nota referir-se-á ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar.

A avaliação é um aspecto fundamental e inovador do processo de ensino aprendizagem. A avaliação formativa é a base do processo ensino-aprendizagem, pautado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está na avaliação da aquisição de conhecimento e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino-aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/comportamentos.

A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo que se articulam no mundo da escola, situados

em um contexto construído, que, efetivamente, constroem o currículo. As questões “como”, “o quê” e “por quê”, “para quem” se tornam fundamentais para o entendimento do currículo, uma vez que levam em conta a forma de “ser” e de “estar” no mundo dos alunos.

Das avaliações e dos critérios de aprovação

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins (2004), a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do rendimento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades, competências, valores e atitudes exigidas para o exercício profissional e científico. O rendimento escolar é avaliado por meio dos resultados obtidos em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

A cada verificação de rendimento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de rendimento.

3.9.7 - Atividades de Ensino-Aprendizagem

No Curso de Licenciatura em Teatro da UFT, as atividades de ensino-aprendizagem são pautadas pelos diversos aspectos do processo formativo, incluindo estudos teóricos, práticas e vivências artísticas, reflexões e intervenções pedagógicas. De modo geral, prioriza metodologias artísticas ativas calcadas na pedagogia teatral, no fazer artístico e em suas práticas de ensino.

Atividades básicas de ensino-aprendizagem

As atividades básicas de ensino-aprendizagem assumem a sala de aula como espaço de acolhimento e construções coletivas, o papel do docente como mediador e orientador, o estudo de referências bibliográficas e artísticas, a valorização das diferenças e o espaço para debates.

Atividades específicas de ensino-aprendizagem

As atividades específicas de ensino-aprendizagem assumem as práticas, saberes, técnicas e processos do fazer teatral e da pedagogia teatral como fundamento para o desenvolvimento de metodologias ativas, nas quais o estudante é protagonista da construção de conhecimento, por meio da criatividade, da inovação e da autoralidade.

Atividades de ensino-aprendizagem integradas à pesquisa

Parte das atividades de ensino-aprendizagem se integram ao processo de formação em metodologia de pesquisa; pesquisa científica; pesquisa em educação; pesquisa em arte; pesquisa educacional baseada em arte, por meio da elaboração de diários de bordo de processos artístico-pedagógicos, resumos, resenhas críticas, revisões bibliográficas, instrumentos de pesquisa, análises e discussões, resumos expandidos, relatórios e memoriais; e do projeto de trabalho de conclusão de curso, finalizado como artigo ou monografia apresentado publicamente.

Atividades de ensino-aprendizagem integradas à extensão

Parte das atividades de ensino-aprendizagem se integram às práticas extensionistas, sendo

pautadas pela interação dialógica e pela aproximação com a comunidade externa: levantamento de demandas sociais nos campos da educação e da cultura; rodas de conversa com representantes da comunidade; processos artístico-pedagógicos desenvolvidos junto à comunidade; apresentações artísticas em diversos espaços; organização, realização e avaliação de eventos de caráter cultural, artístico e formativo junto à comunidade.

Atividades práticas de ensino-aprendizagem

Parte das atividades de ensino-aprendizagem se integram à prática como componente curricular, que se volta para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições educacionais e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico. Nesse contexto, é trabalhado prioritariamente o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC), de acordo com a Resolução CNE/CP n. 2 de 20 de dezembro de 2019 (BNC-Formação).

3.10 - Estágio Curricular Supervisionado

Em atendimento à legislação pertinente, o Estágio Curricular Supervisionado está contemplado no projeto pedagógico do curso e integra o percurso formativo do licenciando em Teatro na UFT. O estágio é um componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura, como disposto na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Na Universidade Federal do Tocantins os estágios obrigatório e não-obrigatório estão regulamentados pela Resolução nº 26, de 11 DE agosto de 2021 – CONSEPE/UFT, que dispõe acerca do conceito, modalidades, operacionalização, estabelecimento de convênios, campos de estágio, formalização, aproveitamento de carga horária e competência das partes envolvidas na realização do estágio.

E, ainda, de acordo com a Resolução CNE/ CES n. 4, de 8 de março de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro), Art. 7, § 3, o Curso possui ainda Regulamento de Estágio, apresentado como anexo a este Projeto Pedagógico de Curso, que contém os critérios, procedimentos e mecanismos para avaliação do Estágio Curricular Supervisionado.

Dispõe a BNC-Formação que os Cursos de Licenciatura, organizados em áreas específicas, deverão conter em sua estrutura curricular obrigatória 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado obrigatório, na área de formação e atuação na educação básica e não-formal. No curso de Licenciatura em Teatro, a carga horária encontra-se distribuída em quatro componentes curriculares: Estágio Supervisionado I – Ensino Fundamental I; Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental II; Estágio Supervisionado III - Ensino Médio; Estágio Supervisionado IV - Educação Não-Formal. Cada componente de Estágio Obrigatório possui carga horária teórica e carga horária de prática como estágio. A carga horária teórica de estágio é composta por atividades propostas pelo professor orientador de estágio dentro da IES. A carga horária prática é composta por atividades realizadas junto aos campos de estágio obrigatório sob acompanhamento do professor-supervisor e também do professor-orientador da IES.

Os Estágios Obrigatórios do Curso de Licenciatura em Teatro na Educação Formal têm como campos de atuação a Educação Básica, onde as atividades se desenvolvem em instituições escolares do Ensino Fundamental e Médio nos âmbitos Municipais, Estaduais e na rede privada.

O estágio curricular obrigatório na Educação Não- Formal propõe que as atividades se desenvolvam junto a instituições públicas ou privadas, com notório reconhecimento no atendimento a diferentes públicos e extratos comunitários, ou seja, associações, organizações ou órgãos, com ou sem fins lucrativos, de atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiências físicas, auditivas e/ ou visuais, pessoas padecendo de doenças, abrigos, hospitais, presídios, casas de passagem, associações de bairro, entre outros que forem julgados oportunos pelos professores orientadores do Estágio Obrigatório. Para realização do Estágio Curricular Obrigatório e não-obrigatório, é requisito que as instituições e/ ou empresas concedentes do estágio possuam convênio vigente firmado com a UFT.

A prática do estágio na Educação Formal e Não-Formal possibilita ao estudante a articulação dos estudos realizados dentro da Universidade com o cotidiano das unidades concedentes, bem como a troca de saberes junto aos profissionais que atuam nestes espaços. Ao longo do estágio, o estudante tem a oportunidade de conhecer a realidade em que se dará sua prática profissional e diante do contexto em que se encontra vai construindo sua prática pedagógica, articulando a experiência no cotidiano escolar à pesquisas teórico- práticas e avaliações contínuas acerca do exercício da docência em Teatro. A partir dessas experiências surgem novas pesquisas, projetos e produtos didáticos que fortalecem o lugar do estágio como pesquisa e práxis docente. Logo, a prática pedagógica realizada no Estágio Curricular Obrigatório dentro e fora da Educação Básica contribui significativamente na preparação profissional do licenciado em teatro para o mundo do trabalho, uma vez que é dentro da prática de estágio que ocorre a formação dentro da profissão.

3.11 - Atividades complementares

As atividades complementares compõem o currículo flexível do curso de Licenciatura em Teatro. A integralização das atividades complementares do curso segue as diretrizes estabelecidas na Resolução CONSEPE nº 009/2005, que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão que são validadas na UFT:

Ensino

AC101 – Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por disciplina)

AC102 – Atividades de monitoria; (por semestre)

AC103 – Organizar e ministrar mini-cursos (por mini-curso)

AC104 – Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso)

AC105 – Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso)

Pesquisa

AC201 – Livro Publicado

AC202 – Capítulo de Livro

AC203 – Projetos de Iniciação Científica

AC204 – Projetos de Pesquisa Institucionais

AC205 – Artigo publicado como autor, (periódico com conselho editorial)

AC206 – Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial)

AC207 – Artigo completo publicado em anais como autor;

AC208 – Artigo completo publicado em anais como co-autor;

AC209 – Resumo em anais

AC210 – Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos

Extensão

AC301 – Autoria e execução de projetos

AC302 – Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.); evento)

AC303 – Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc); (por participação)

AC304 – Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc)

AC305 – Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc); apresentação)

AC306 – Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc)

AC307 – Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc)

AC308 – Participação em oficinas

AC309 – Visitas técnicas

AC310 – Estágios extracurriculares; (cada 80 horas)

AC311 – Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc); semestre)

AC312 – Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs, etc);

AC401 – Outras Atividades

Para integralização curricular das atividades complementares, é responsabilidade do/ a estudante fazer a solicitação via Protocolo Acadêmico, anexando certificados e demais documentos comprobatórios. Deve-se dar preferência pelo cumprimento das atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão ofertadas pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro e áreas e instituições afins ao perfil profissional do egresso estabelecido neste projeto pedagógico.

A avaliação da documentação será feita pelo Núcleo Docente Estruturante, sendo verificada e

encaminhada para a Secretaria Acadêmica pela Coordenação do Curso.

No âmbito do Curso de Licenciatura em Teatro, as atividades artísticas análogas às atividades acadêmicas previstas na Resolução CONSEPE nº 009/2005 são igualmente consideradas como atividades complementares válidas.

Considerando as atualizações de Projeto Pedagógico do Curso, algumas disciplinas das versões 2009/2 e 2019/2 foram excluídas e não têm equivalência na versão atual. Elas poderão ser aproveitadas como Atividades Complementares (AC101), até o limite estabelecido em regulamento próprio. O estudante que migre de versões anteriores do PPC para esta poderá realizar a solicitação no momento em que julgar oportuno, respeitado o calendário acadêmico.

3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui item de realização obrigatória para a integralização curricular do curso de Licenciatura em Teatro da UFT. Visa a possibilitar a integração reflexiva dos conhecimentos em teatro, artes cênicas e suas pedagogias, experimentados e apreendidos ao longo do curso. Também objetiva propiciar ao discente uma iniciação íntegra no contexto da pesquisa científico-artística, sendo o artigo o resultado deste processo.

O trabalho, sendo prioritariamente artigo, contando com o mínimo de 25 páginas e o máximo 40 páginas, compõe-se por duas etapas: a primeira, redação de projeto de pesquisa e atribuição de professor orientador, acontece no contexto do componente curricular “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso”. Para matricular-se em tal componente, o discente deve ter cumprido carga horária mínima de 80% do total do curso. Já para a segunda etapa, desenvolvimento de pesquisa, redação e edição de texto final e apresentação pública, o discente deverá matricular-se em “Trabalho de Conclusão de Curso” e realizar apresentação pública.

As diretrizes para o processo de orientação, elaboração e apresentação do TCC encontram-se detalhadas no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso, em anexo.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está institucionalizado e considera carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, bem como depósito e disponibilização em repositório digital institucional, disponível em <<https://repositorio.uft.edu.br/>>.

3.13 - Internacionalização

A Coordenação de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins é responsável pelo fortalecimento, retomada e expansão de acordos internacionais bilaterais e multilaterais, ou seja, esse departamento é responsável por tudo que envolve qualquer processo de internacionalização da universidade.

A Coordenação de Relações Internacionais mantém contato com os ministérios da educação e das Relações Exteriores do Brasil e das instituições parceiras e também representa a UFT em assuntos referentes à internacionalização das Instituições Federais de ensino.

Existem vários projetos realizados pela Coordenação de Relações Internacionais como:

atração de estudantes internacionais, UFT Brastestes que há oferta e certificação do Curso de Português para estrangeiros e/ou Língua Adicional, o GAE- Grupo de Apoio a Estrangeiros, o Projeto Amigo Internacional em parceria com a Universidade da Maturidade-UMA e o Projeto Idiomas sem Fronteiras, parcerias com professores pesquisadores, programas de graduação e pós-graduação, institutos e núcleos fundamentais para o desenvolvimento das atividades da Relinter. Um exemplo é a parceria com o Centro de Idiomas da UFT, que potencializa a universidade como incentivadora e provedora de conhecimentos extra acadêmicos, através de uma gama de projetos unificados.

O Núcleo Docente Estruturante e a Coordenação do Curso de Teatro acompanham as iniciativas e editais da Coordenação de Relações Internacionais, orientando estudantes a complementarem sua formação por meio do estudo de línguas estrangeiras e da participação em programas de intercâmbio. Os cursos de língua estrangeira podem ser computados para integralização curricular por meio das Atividades Complementares. Os estudantes intercambistas contam com plano pedagógico elaborado previamente para aproveitamento dos estudos realizados em instituição estrangeira. Além disso, docentes do Curso de Teatro interagem com redes de pesquisa internacionais de acordo com linhas, temáticas e projetos desenvolvidos pontualmente.

3.14 - Políticas de apoio aos discentes

A Política de Assistência Estudantil da UFT é gerida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest), em articulação com as demais Pró-Reitorias afins, e constitui-se num conjunto de ações voltadas para a promoção do acesso, permanência, acompanhamento e êxito dos(as) estudantes de graduação da UFT, na perspectiva da inclusão social, produção do conhecimento, melhoria do desempenho escolar, qualidade de vida e democratização do ensino.

Além disso, busca identificar necessidades e propor programas de apoio à comunidade universitária, que assegurem aos(as) estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso acadêmico, contribuindo para a redução da evasão e do desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou dificuldades de aprendizagem.

Os programas de assistência estudantil da Proest são ofertados por meio de editais. O primeiro passo que o(a) estudante deve dar para participar dos programas é submeter a documentação exigida para análise socioeconômica, na Plataforma do Cadastro Unificado de Bolsa e Auxílios (Cubo), realizada no Programa de Indicadores Sociais (Piso). O setor de assistência estudantil analisa a documentação e emite parecer. Após análise socioeconômica deferida, os(as) estudantes poderão se inscrever aos editais para concorrer aos auxílios, conforme critérios de cada edital, publicados na página da Proest: <https://ww2.uft.edu.br/proest>.

3.15 - Políticas de extensão

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), dispõe da Política de Extensão - Resolução nº 05, de 2 de setembro de 2020, com o intuito de ancorar as ações de extensão.

Para os fins da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, de acordo com

a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, Art. 4º, “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Neste sentido, ressaltamos a relevância da normativa no tange a creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da universidade para o fortalecimento do processo formativo dos estudantes e toda a comunidade acadêmica, sendo que a inserção curricular das ações de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFT tem como objetivos:

I - ampliar e consolidar o exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando a dimensão acadêmica da extensão na formação dos estudantes;

II - aproximar e relacionar conhecimentos populares e científicos, por meio de ações acadêmicas que articulem a Universidade com os modos de vida das comunidades e

grupos sociais;

III - estimular a formação em extensão no processo educativo e formação cidadã dos estudantes, proporcionando desenvolvimento profissional integral, interprofissional e

interdisciplinar, alinhado às necessidades da sociedade;

IV - fortalecer a política de responsabilidade social da Universidade preconizado

no PDI.

O processo de implantação da creditação da extensão nos currículos de graduação da Universidade Federal do Tocantins teve início em 2017, com o I Encontro de Creditação. Cabe às Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão propor programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada para as ações de extensão.

3.16 - Políticas de pesquisa

A missão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propesq) é apoiar os processos inerentes à pesquisa e à pós-graduação, objetivando proporcionar a produção do conhecimento científico como base indutora das problemáticas regionais, em especial daquelas voltadas para a Amazônia Legal, sem, contudo, a perda do caráter universal do conhecimento. Tem como principais eixos norteadores:

I. Melhoria e ampliação da iniciação científica (Pibic);

II. Fortalecimento e expansão da pós-graduação Stricto Sensu;

III. Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT;

IV. Promoção de Capacitação pessoal docente e de técnico-administrativos;

V. Apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC);

VI. Implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-

graduação, como integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e projetos;

VII. Tradução de artigos;

A Propesq divide-se em Diretoria de Pós-Graduação, Diretoria de Pesquisa, Coordenadoria de Projetos e Coordenadoria-Geral do Programa de Iniciação Científica (Pibic).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. Volta-se para o aluno de graduação, servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegiando a participação ativa de alunos com bom rendimento acadêmico em projetos de pesquisa com mérito científico e orientação individualizada e continuada.

Os projetos devem culminar em um trabalho final avaliado e valorizado, com retorno imediato ao bolsista, com vistas à continuidade de sua formação, em especial na pós-graduação.

Considerando que o número de bolsas é sempre inferior à demanda qualificada no país, e também no Tocantins, a Propesq instituiu o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (Pivic), que contempla alunos e professores que tiveram seus projetos aprovados por mérito, pelo comitê científico do Pibic, mas que não foram contemplados com bolsa. Assim, os mesmos poderão participar ativamente do projeto de pesquisa do professor orientador, de forma institucional.

3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade

O direito da pessoa com deficiência à educação, com base em igualdade com as demais pessoas, é garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e reiterado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), entre outros documentos nacionais e internacionais. No contexto de promoção da Educação Inclusiva no Brasil, o crescimento de matrícula de estudantes com deficiência na Educação Superior é uma realidade. Porém, além do direito irrefutável à matrícula, busca-se atualmente a garantia do prosseguimento e do sucesso nos estudos superiores desses estudantes.

A UFT assume o compromisso com a inclusão ao criar a Comissão de Acessibilidade atendendo a todos os câmpus e cursos. Ressaltamos que a missão da UFT prevê para a Política de Inclusão a acessibilidade em suas variadas dimensões, são elas:

* **Acessibilidade:** “Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei nº 13.146/2015 – Art. 3º, inciso I).

* **Acessibilidade atitudinal:** ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

* **Acessibilidade comunicacional:** ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador

com leitor de tela, etc.

* **Acessibilidade digital:** ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

* **Acessibilidade Instrumental:** ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc.

* **Acessibilidade metodológica:** ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), dentre outras.

3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

Ações institucionais

Em 2003, quando do início de suas atividades, a UFT herdou a maior parte da estrutura física e administrativa da Universidade do Tocantins (Unitins). Como houve uma transformação significativa de personalidade jurídica e cultura institucional, as inúmeras dificuldades observadas nos primeiros anos de adaptação a um novo contexto foram inevitáveis. Com a realização dos primeiros concursos, seja para docentes, seja para técnicos administrativos, a UFT foi gradualmente promovendo sua expansão, ao mesmo tempo em que construía e amadurecia seus processos internos.

Nos últimos anos, é perceptível o avanço no alinhamento entre os processos de avaliação e de gestão. Para além do Sistema de Informações para o Ensino (SIE), a criação e implementação de sistemas informatizados em setores-chave da gestão administrativa e acadêmica, tais como o processo de matrícula em disciplinas, reserva de veículos e espaços para aulas e eventos, gerenciamento de projetos, o cadastro unificado de bolsas e auxílios (CUBO), além do sistema de gestão Naus, responsável por monitorar o desenvolvimento das ações do PDI, segundo as unidades gestoras da UFT.

Neste contexto, destacam-se os trabalhos dos setores de Auditoria Interna – no sentido de controlar e fiscalizar o adequado cumprimento dos fluxos e procedimentos – e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) – com vistas a evidenciar os resultados dos processos de avaliação interna, a fim de possibilitar a adoção de ações comprometidas com a melhoria institucional.

No que tange ao trabalho da CPA, os resultados das avaliações internas são encaminhados à gestão superior via relatórios periódicos, cujo principal documento é o Relatório de Avaliação Institucional, produzido anualmente. Estes relatórios são compartilhados com a comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos), a fim de divulgar não apenas o modo como a UFT é avaliada, mas de que forma avançar nos eixos e dimensões estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Os mencionados sistemas, em constante desenvolvimento, revelam não apenas o esforço da gestão em atender às demandas apontadas pelo processo de avaliação interna, mas também das necessidades da própria sociedade. Assim, para que a evolução institucional seja permanente, faz-se mister estimular a observação crítica, a vivência, o permanente debate, a soma de experiências e a

diversidade de ideias e atores, na perspectiva de que a universidade (trans)forma e é (trans)formada.

Ações do Colegiado de Curso

A avaliação global e periódica do Projeto Pedagógico de Curso é aqui considerada como um dispositivo que proporciona indicadores para a superação das deficiências que se apresentem de modo massivo ou coletivo ao longo dos processos de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma prática de reflexão conjunta entre docentes, com particular participação daqueles integrantes do Núcleo Docente Estruturante, discentes e técnicos, com convite estendido também aos egressos. Em articulação, essa comunidade refletirá sobre os conhecimentos, as habilidades, valores, atitudes e modos de fazer implicados em suas relações, assim como naquelas que estabelecem com a sociedade como um todo.

Tendo em vista a legislação vigente no que refere às Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, propõe-se que a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e a revisão periódica do projeto pedagógico de curso integrem o currículo do licenciando, ao qual será solicitada participação ativa no processo, por meio de realização de evento do tipo Seminário de Avaliação Pedagógica, passível de aproveitamento para carga horária de atividades complementares.

Nesta avaliação espera-se que a comunidade reflita acerca dos princípios norteadores do PPC estabelecidos no marco referencial, estendendo-se aos objetivos, perfil do egresso, competências e habilidades, estrutura curricular, corpo docente, discentes e infra-estrutura e outros. São visados o redimensionamento do processo ensino-aprendizagem, o desenvolvimento e a flexibilização do currículo e a sólida formação do licenciado, observando-se os princípios de inovação em coerência com os princípios da universidade e seu Projeto Político Institucional, de modo a contribuir para a formação de profissionais competentes, críticos, éticos e motivados com a escolha do curso e carreira.

A partir de tais reflexões, espera-se que sejam deliberadas pelo colegiado de curso alterações no projeto pedagógico que visem a adequações identificadas como necessárias.

3.18.1 - Acompanhamento de egressos

Política institucional

Ciente de que a Educação Superior deve prezar pela formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade, e de que o cumprimento de sua missão institucional vai além do momento da conclusão dos cursos de graduação por parte de seus alunos, a Universidade Federal do Tocantins tem uma genuína preocupação com a inserção dos discentes no mercado de trabalho.

Isso implica o comprometimento com a oferta de ensino de qualidade, integrado com a pesquisa e a extensão, e o desenvolvimento de políticas diversas, ainda durante a graduação, que estimulem e sejam facilitadoras do processo de profissionalização.

O objetivo é que, ao término do curso, os alunos tenham, além de condições de se inserir profissionalmente no mercado de trabalho, uma visão crítica, dinâmica e consciente do ambiente social.

Com este foco e sempre buscando aprimorar a formação oferecida aos alunos, a UFT procura desenvolver uma política de acompanhamento de egressos em conformidade com o Sinaes e

consciente de que o seu papel social e sua responsabilidade para com os alunos continuam mesmo após concluída a formação.

Tal política, no entanto, não se trata de algo pronto, mas de um conjunto de ações que vêm sendo construídas de forma flexível o suficiente para que melhorias, frutos de constantes reflexões, sejam implantadas.

O principal setor responsável pelo acompanhamento de egressos é a Diretoria de Desenvolvimento e Regulação da Graduação da Pró-Reitoria de Graduação (DDRG/Prograd).

Ações do Curso de Teatro

O acompanhamento de egressos do Curso de Teatro apoia-se na política institucional descrita acima e avança na direção de oportunizar a formação continuada por meio de duas ações principais:

- * Continuidade da participação de egressos em grupos de pesquisa e projetos de extensão;
- * Oferta da Especialização lato sensu em Arte e Educação Contemporânea.

3.19 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem

A Universidade Federal do Tocantins tem como proposta definida em seu Plano de Desenvolvimento Institucional fortalecer a política de educação à distância na universidade para que efetivamente as tecnologias educacionais sejam integradas nas práticas docentes, e que sejam estabelecidas condições para que metodologias inovadoras sejam implementadas nos cursos presenciais e a distância. Está em discussão a criação de uma Política Institucional de Educação Mediada por Tecnologias com recursos orçamentários, para além da Universidade Aberta do Brasil-UAB, visando o fortalecimento e ampliação dos programas e projetos com uso das TDIC.

Neste contexto, o Curso de Licenciatura em Teatro utiliza salas de aula virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Universitário de Palmas, disponível em <<https://ava.uft.edu.br/palmas/login/index.php>>. As salas virtuais são utilizadas como suporte às atividades de ensino, proporcionando que sejam disponibilizados e compartilhados internamente conteúdos multimídia e repositório digital de áudios, imagens, vídeos e textos, fruto da curadoria educacional e da produção autoral de docentes e discentes do Curso. Além disso, proporcionam o desenvolvimento de uma metodologia híbrida na qual os estudos independentes, a produção de conteúdos e as atividades pedagógicas assíncronas enriquecem o planejamento, o desenvolvimento, a gestão e a avaliação dos processos formativos.

3.20 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, pautam-se pela concepção do curso definida neste projeto pedagógico, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva. O

acompanhamento é realizado pelo Núcleo Docente Estruturante, pelo Colegiado de Curso e pela Coordenação de Curso, por meio de planejamento pedagógico, ações transversais e análise de dados disponíveis nos sistemas institucionais de registro e controle acadêmico.

O acompanhamento resulta em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que buscam garantir sua natureza formativa, em forma de eventos internos ou documentos gerados pelo NDE, pelo Colegiado e pela Coordenação.

Assim, promovem-se mostras e outros eventos internos, nos quais os resultados artísticos e pedagógicos dos aprendizados construídos nas disciplinas, estágios e projetos de ensino, pesquisa e extensão são socializados, contribuindo para a acumulação de boas práticas e experiências compartilhadas. Esses eventos internos caracterizam-se, portanto, como acompanhamento transversal dos processos formativos.

Adicionalmente, quando pertinente, a Coordenação disponibiliza relatórios de análise das situações de retenção e evasão, bem como outros fatores envolvendo a realidade social e acadêmica do corpo discente. Os documentos ficam disponíveis pelo site <<https://ww2.uft.edu.br/teatro>>.

A partir das interações, diálogos e análises descritas acima, o Colegiado adota ações concretas para a melhoria da aprendizagem, revisando semestralmente a construção dos planos de ensino, por meio da adaptação das atividades de ensino-aprendizagem e dos procedimentos de avaliação da aprendizagem. Essas abordagens são construídas coletivamente por meio de reuniões pedagógicas colegiadas de avaliação e planejamento semestral.

3.21 - Atividades Práticas de Ensino

Conforme a Resolução CNE/CP n. 2 de 20 de dezembro de 2019, cabe ao projeto pedagógico de curso prever o mínimo de 400 horas de prática como componente curricular a se realizar desde o início do Curso. O Parecer CNE/CP n.º 9, de 8 de maio de 2001 ressalta que “uma concepção de prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento (...) presente nos cursos de formação no momento em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional” (p. 23).

O CNE se manifesta por meio do Parecer CNE/CES n.º 15, de 2 de fevereiro de 2005, e assim se expressa:

(...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento (CNE, 2005, p. 3).

Desse modo, a prática como componente curricular, em seu sentido amplo – que não se confunde com a antiga disciplina “Prática de Ensino”, então ligada aos estágios – deve ser entendida como um conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive de

natureza acadêmica. Assim, a prática como componente curricular se volta para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições educacionais e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico.

O curso de Licenciatura em Teatro da UFT entende que as atividades caracterizadas como Prática Pedagógica como Componente Curricular estarão adequadas ao contexto e próprias ao perfil profissiográfico almejado se constando como carga horária específica acrescida às disciplinas dos Núcleos de Práticas da Cena, Teoria Teatral e Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral, conforme discriminado no ementário e na matriz curricular, todas devidamente em consonância com o caráter previsto na supracitada Resolução, nas quais a Prática Pedagógica Como Componente Curricular é elaborada, proposta e orientada pelo professor responsável, caso a caso.

Portanto, a realização da Prática Pedagógica como Componente Curricular ocorrerá durante o semestre letivo, ao longo de todo o curso. Dessa forma, os discentes contam, dentro do contexto das disciplinas, com um tempo específico para transcender a aula tradicional, buscando uma articulação com os saberes e fazeres pedagógicos.

No início de cada semestre, o professor responsável pela disciplina que contempla a carga horária de Prática Pedagógica Como Componente Curricular orientará os estudantes na realização dessa prática, entendida como a inter-relação da teoria com a realidade social, levando o discente a aprender, desde o início do curso, a pesquisar conteúdos teóricos e pedagógicos, assim como a implementar progressivamente sua prática. Os docentes devem preparar os conteúdos, estratégias e atividades semestralmente para as atividades a serem realizadas durante o semestre que corre.

As atividades darão ênfase à execução e à observação de experimentos, visando à atuação em situações contextualizadas de maneira que promovam tarefas envolvendo os acadêmicos, a saber: análise de livros didáticos de ensino fundamental e médio, materiais paradidáticos e de divulgação (coleção de lâminas, modelos, jogos, coleções temáticas, material preservado, guias, mapas, dentre outros); atividades de laboratório; mini aulas; constituição de grupos de estudos e debates sobre temas relacionados com a educação; desenvolvimento de projetos temáticos envolvendo a prática pedagógica; estudos de caso; grupos de trabalho envolvendo a prática pedagógica; palestras com estudantes que realizaram pesquisas em educação relacionadas com o ensino ou difusão do conhecimento na escola ou em espaços não escolares; palestras de professores da educação básica sobre questões importantes relativas ao conteúdo da disciplina em tela no ambiente escolar; produção de materiais didáticos, paradidáticos e de divulgação para espaços escolares e não escolares de educação; produção técnica dos estudantes; projetos práticos envolvendo os diferentes componentes curriculares do currículo escolar; resolução de situações-problema; situações simuladoras; visitas técnicas nas escolas e entidades de classes objetivando a observação detalhada do seu funcionamento e manipulação dos assuntos relacionados à gestão e à administração escolar e verificação das condições socioeconômicas da comunidade na qual a escola se insere. A carga horária da Prática Pedagógica como Componente Curricular não poderá ser utilizada como complemento à carga horária prática em sala do componente ao qual vincula-se, e não será direcionada exclusivamente como uma ampliação de sua carga horária em contexto extra-classe, mas sim será pensada, planejada, executada e avaliada em sua especificidade, ainda que em íntima relação com os conteúdos do componente curricular ao qual vincula-se.

Ao final da participação nas Práticas como Componente Curricular de componentes que contemplem com elas articulação, os estudantes registram sua participação em um Relatório Final de Prática Pedagógica Como Componente Curricular. Todos os componentes curriculares que contemplam essa articulação consideraram a nota final atribuída a esses relatórios como a parcela mínima de 30% da nota final do componente. Ao final de cada semestre letivo, o

professor responsável pela disciplina que contempla a carga-horária de Prática Pedagógica como Componente Curricular, deverá receber, ler, avaliar e oferecer retorno aos estudantes acerca de tais relatórios, atribuindo-lhes nota que será integrada à Nota Final da disciplina.

3.22 - Integração com as Redes Públicas de Ensino

A formação de professores em cursos de licenciatura deve contar com parcerias com a educação básica para o desenvolvimento de ações que envolvem diferentes áreas de conhecimento, visando um trabalho conjunto, entre a universidade e a escola, de modo a pensar em arquiteturas curriculares que qualifiquem a capacidade dos egressos em abordar temas relevantes na educação básica, compreendidos pelos distintos campos de conhecimento.

A formação continuada de professores para a Educação Básica decorre de uma concepção de desenvolvimento profissional que considera os sistemas e as redes de ensino, bem como as necessidades da escola em promover a inovação e o desenvolvimento associados ao conhecimento, à ciência e à tecnologia e o respeito ao protagonismo dos professores.

A participação do Curso de Licenciatura em Teatro na formação inicial e continuada de professores abrange dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar sobre o processo pedagógico. Sua principal finalidade é a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente dos saberes e valores.

Ao longo dos 12 anos de criação do Curso de Licenciatura em Teatro, foram desenvolvidos Seminários de Formação Docente, com o propósito de refletir sobre a Formação inicial e a formação continuada de professores de Teatro. Com as experiências obtidas, nota-se a importância da instituição de um fórum permanente de integração entre universidade e educação básica, na Universidade Federal do Tocantins, com o intuito de ser o principal canal de diálogo para a realização de ações formativas de professores que, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação, coloquem em operação novos saberes e práticas.

A integração no Curso de Licenciatura em Teatro com a rede de educação básica é efetivada sistematicamente através das disciplinas: Estágio I e II, no Ensino Fundamental e Estágio III, no Ensino Médio.

Destacam-se, ainda, os diferentes projetos de extensão, pesquisa e ensino, bem como a iniciação à docência, que visam a qualificar a formação inicial do professor de teatro, contribuir com o enriquecimento cultural e com o desenvolvimento do saber sensível junto aos estudantes e professores das instituições parceiras.

3.23 - Integração do curso com o Sistema Único de Saúde (SUS)

Na LDB 9394/96 (BRASIL, 2006) encontramos no capítulo V – da Educação Especial – no art. 58, que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação

escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais § 1º - Haverá quando necessário serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial; § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não é possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Entendemos assim, que a Lei gera a possibilidade de criação de serviços especializados, em função das condições específicas dos alunos.

Em 2005 surge a lei nº. 11.104 que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. Nesta lei a “[...] brinquedoteca é considerada como um espaço provido de brinquedos e jogos educativos destinado a estimular as crianças e seus acompanhantes a brincar.”

Como descrito na Lei o espaço da brinquedoteca nos hospitais é um espaço que busca estimular as crianças a brincar, dessa forma o profissional licenciado em teatro, possui habilidades para promover ações educativas com as crianças.

Entende-se que a brinquedoteca hospitalar deve assegurar o direito da criança brincar num espaço digno de socialização de trocas de informações, brincadeiras, leituras, internet risos e distrações, o lúdico deve estar presente. Este espaço é educativo onde se ensina/ aprende. Porém é necessário a presença do educador, sendo que esse poderá ser um professor de teatro, que atuará transformando o brincar na brinquedoteca com o objetivo principal de resgatar as brincadeiras, os jogos e o brinquedo de forma humanizada garantindo o direito das crianças e adolescentes ao lazer de forma digna.

Drauzio Viegas (2008, p.11) explicita o que é brinquedoteca: “[...] um espaço no hospital, provido de brinquedos e jogos educativos, destinados a estimular as crianças, os adolescentes e seus acompanhantes a brincar no sentido mais amplo possível e conseguir sua recuperação com uma melhor qualidade de vida.”

Dessa forma compreendemos que o professor de teatro poderá contribuir para as crianças e adolescentes. O papel do educador é resgatar o seu lado lúdico, o significado do brincar para ele, anteceder o conhecer novos repertórios, envolvendo brincadeiras e brinquedos, ressignificando sua própria aprendizagem, seu jogar, onde dá autonomia para o sujeito/ educador construir sua própria história na convivência com o outro se torna mais significativa. (NOFFS, 2000).

O Curso de Licenciatura em Teatro aborda, no Estágio IV a reflexão a respeito do ensino do teatro em outros espaços, educação não-formal, dessa forma as brinquedotecas dos hospitais tornam-se espaços para realizar a formação do professor de teatro e futuro espaço de atuação profissional.

Desde 2019 o Curso de Licenciatura integra o projeto IRIS: Internato Integrado em Saúde, um projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins que agrega sete cursos de graduação: Medicina, Enfermagem, Nutrição, Serviço Social, Psicologia, Educação Física e Teatro. O objetivo geral do projeto é envolver os acadêmicos na realidade social dos municípios, integrando-os aos profissionais da saúde, educação e assistência social na realização de ações de saúde, assistência social e educação para a comunidade junto às políticas públicas e sociais.

4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Teatro está em acordo com a Instrução Normativa CDRG/DPE/PROGRAD n. 10/2021 e com Nota Técnica de 13 de setembro de 2016, emitida pela Pró-Reitoria de Graduação da UFT, que visa a normatização do órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso de Teatro.

Assim, em atendimento às normas pertinentes, o NDE do curso de Teatro é composto por pelo menos 5 membros do corpo docente efetivo, incluindo o coordenador do curso, sendo pelo menos 60% de membros com titulação acadêmica de pós-graduação *stricto sensu* e pelo menos 20% de membros com dedicação exclusiva. O grupo é responsável pela construção da identidade do curso, pela garantia de qualidade e de cumprimento das diretrizes do perfil de egresso. Trata-se de uma organização pedagógica, renovada a cada triênio, que compreende e compromete-se com a importância da constante manutenção e adequação do projeto político pedagógico do curso. A nomeação dos membros é aprovada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura Teatro em reunião colegiada e a lista é encaminhada à Direção da Câmpus para publicação de portaria. As portarias de nomeação estão disponíveis para consulta pública.

Configurando-se como um núcleo pedagógico representativo do corpo docente do curso de Licenciatura em Teatro, O NDE se torna responsável por discutir os problemas e desafios enfrentados pelo Colegiado no cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso, bem como reconhecer possíveis caminhos de atualização periódica do projeto, ajudando professores, técnicos e alunos na construção e desenvolvimento pedagógico do curso.

Para tanto, compreende-se que a qualidade executiva do projeto pedagógico do curso necessita ser permanentemente debatida e garantida por esse grupo de professores que se organizam no NDE, com o compromisso de ser uma instância dedicada ao permanente exercício crítico e reflexivo do curso.

O NDE tem como atribuições: Elaborar, desenvolver e acompanhar implementações e estruturas referentes ao projeto pedagógico de curso; Prezar pela atualização do projeto pedagógico de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata; Encaminhar ao Colegiado do curso todas as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação; Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso; Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo; Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; Indicar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso; Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que se sejam profícuas ao

desenvolvimento das atividades do Curso; Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE do curso de Teatro será constituído por, no mínimo 5 membros, que serão eleitos pelo Colegiado do Curso, para o exercício de até três anos (prorrogáveis por igual período). O mandato poderá ser interrompido a qualquer momento, por decisão pessoal, sendo tal interrupção devidamente justificada, documentada e encaminhada à Pró-reitoria de Graduação–PROGRAD.

Os membros do NDE elegerão um Presidente da Comissão. Ao Presidente se compete: Convocar os membros para reuniões regulares (com 48h de antecedência) e extraordinárias; Presidir reuniões informando a pertinência e as pautas a serem discutidas; Votar, sendo que o seu voto terá o mesmo peso dos demais membros; Representar o NDE institucionalmente quando solicitado; Solicitar que sejam redigidas atas de todas as reuniões, por um representante do corpo docente ou do corpo administrativo; Encaminhar as recomendações, debatidas em reunião, para o colegiado do curso, Identificar as demandas existentes no âmbito acadêmico quanto ao projeto pedagógico de curso.

As reuniões do NDE deverão acontecer no intervalo máximo de dois meses, sendo necessária a presença de, no mínimo, metade mais um dos membros, para fins de votação. Além disso, todas as reuniões deverão ser documentadas em Ata.

Na Universidade Federal do Tocantins, a entrada e saída de membros do NDE é documentada por meio de portarias institucionais. A composição do NDE do Curso de Teatro e a documentação comprobatória pode ser acessada e verificada por meio do sistema eletrônico institucional NDE+, disponível em <<https://palmas.uft.edu.br/sisma/ndemais/>>.

4.2 - Corpo Docente e/ou Tutores

O corpo docente é constituído integralmente por profissionais em regime de trabalho de 40 horas com dedicação exclusiva, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, com produção bibliográfica, artística e/ou técnica constante. Todos os docentes têm formação em nível de pós-graduação stricto sensu, sendo ao menos 75% do grupo detentores do título de Doutor quando da elaboração deste texto (2022).

O regime de trabalho e a formação dos docentes, assim como possibilidades de qualificação e formação constantes promovidas por intermédio da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), registrada no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e no Plano de Qualificação e Formação Docente (PQFD), e estimuladas pelo Programa de Formação Docente Continuada (PROFOR/ UFT), possibilitam aos docentes que analisem os conteúdos e competências previstos no currículo de forma atualizada e articulada com o mundo do trabalho, abordando a relevância desses conteúdos e competências para a atuação profissional e acadêmica do discente desde a elaboração de seus Planos de Ensino semestrais, para cuja composição interpretam as ementas adaptando os componentes curriculares às contingências, como as demandas específicas de um período ou turma, as reflexões atinentes a acontecimentos recentes, a divulgação recente de resultados de pesquisas de impacto. Graças ao desenvolvimento contínuo de pesquisa e extensão de modo concomitante ao ensino, os docentes podem fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia registrada no ementário, proporcionando o acesso a conteúdos de pesquisa de

ponta produzidas em grupos de pesquisa e/ ou núcleos de pesquisa e extensão dos quais participam, seja no âmbito desta universidade, seja em universidades parceiras. Todos os docentes participam de ao menos um Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq, incluindo estudantes do curso e também docentes e acadêmicos de cursos parceiros, com os quais realizam grupos de estudo e publicações individuais ou coletivas, inclusive em parcerias entre professores do curso e entre professores e estudantes do curso - publicações que estão arroladas em seus currículos profissionais.

Quando da elaboração deste projeto (2022), o Corpo Docente contava com ao menos 60% de profissionais com experiência prévia na Educação Básica, nos componentes Educação Artística, Teatro, Arte, Música, Português e Filosofia, em escolas públicas e privadas das diversas Regiões do Brasil, o que colabora para a exposição de exemplos contextualizados nas atividades escolares e uma relação direta com a provável realidade profissional do egresso. Além dessa experiência, grande parcela do Corpo Docente também tem expertise em atividades profissionais artísticas, seja no Teatro, na Dança, na Música, na Performance e na Literatura, com reconhecimento público por meio de publicações, homenagens e inúmeros prêmios - locais, nacionais e mesmo internacionais.

O corpo docente acompanha e avalia os processos de ensino-aprendizagem dos discentes de forma coletiva por meio de constante avaliação do PPC e das avaliações processuais e contínuas promovidas no contexto dos componentes curriculares, além do diálogo com o NDE e com Centro Acadêmico do curso de Teatro - diálogo que se consolida por meio da realização semestral de Assembleias do Curso da qual participam discentes, docentes e técnicos, pela realização anual de uma Semana Pedagógica de Planejamento e de uma Reunião Anual de Avaliação. Ainda, por meio de pesquisa institucional e pesquisa acadêmica, mantém-se o contato com os egressos e afere-se sua inserção no mercado de trabalho. Quando da elaboração deste projeto (2022), ao menos 70% dos docentes tinham no mínimo 9 anos de experiência docente no Ensino Superior, dentre os quais alguns com mais de 20 anos de atuação nesta etapa. Esses docentes são líderes não apenas em grupos de pesquisa, mas também em associações científicas e profissionais, como a Federação de Arte Educadores do Brasil (FAEB), a Associação Brasileira de Pesquisa e Pós- Graduação em Artes Cênicas (ABRACE), a Associação de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP), o Conselho Municipal de Educação de Palmas, os Conselhos Municipais e Estaduais de Políticas Culturais de Palmas e do Tocantins e o Fórum Tocantinense em Defesa da Educação Pública.

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação são constantes, conduzindo a reflexões coletivas sobre mudanças na legislação como a implementação da BNCC e da BNC-Formação, bem como da inserção da curricularização da extensão na UFT. Tais processos estão registrados em atas de reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, bem como aparecem refletidos em publicações e projetos de pesquisa, inclusive de Iniciação Científica, em que a autoavaliação do curso é tematizada. Os docentes em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão fomentam o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, por meio de sua inserção em grupos de pesquisa e de extensão e em programas e projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e inovação como PIBIC, PIVIC e PIVIT (Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica), PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência), PIBEX (Programa Institucional de Bolsas de Extensão), Residência Pedagógica e Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP), nos quais os docentes do curso subdividem-se e pelos quais eventualmente rodiziam para atender com excelência e bem

articular as práticas com os elementos dos componentes curriculares.

As atividades de ensino e seus produtos artístico-culturais fortalecem a cena cultural da cidade de Palmas, bem como a formação de público e o debate aberto sobre a importância da arte e da educação através de oficinas, espetáculos e mediações culturais. Os projetos e programas nos quais os alunos atuam geram publicações coletivas e reflexivas, mas também eventos como a Mostra do Curso de Teatro (MOSCA) e o evento semestral Sala Aberta, ocasiões em que, além do público externo, todos os docentes reúnem-se para testemunhar as produções realizadas por todas as turmas do curso no semestre em questão, podendo, deste modo, avaliar de forma contínua e coletiva a totalidade dos estudantes em sua evolução.

O Curso não possui tutores.

4.3 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso

Nome	E-mail	Lattes
Adriana dos Reis Martins	adrianaarte@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4795382232840623
Barbara Tavares dos Santos	barbara.tavaresreis@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7961447295287081
Daniela Rosante Gomes	danielagomes@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4132442446023643
Gustavo Henrique Lima Ferreira	gustavohenrique@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7417670796202428
Heitor Martins Oliveira	heitor_oliveira@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2105146691371116
Juliano Casimiro de Camargo Sampaio	juliano.casimiro@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3311297887691146
Karina Ribeiro Yamamoto	karinayamamoto@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9072728015685288
Katia Maia Flores Barros	katia@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0706564533129920
Marcial de Asevedo	marcial@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0231564680818

		648
Noeci Carvalho Messias	noeci@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8189787178162250
Renata Ferreira da Silva	renataferreira@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2266344825235482
Renata Patricia da Silva	renatapatricia@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8065395488657963
Karylleila dos Santos Andrade Klinger	karylleila@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8224727509470953
Ricardo Ribeiro Malveira	ricardomalveira@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8743286250513451
Rosa Ana Gubert	anagubert@gmail.com	http://lattes.cnpq.br/8258821463713976
Roseli Bodnar	rosebodnar@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6794129931963124
Thaise Luciane Nardim	thaise@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5606280316666982
José Soares das Chagas	jsoaresdaschagas@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9881921211705297
Raquel Castilho Souza	raquelcastilho@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3356457304123848

5 - INFRAESTRUTURA

O Câmpus Universitário de Palmas, conta com um total de 17 (dezessete) cursos de graduação, 25 (vinte e cinco) cursos de pós- graduação Stricto Sensu, (11 mestrados acadêmicos, 09 mestrados profissionais e 05 doutorados) e 28 (vinte e oito) cursos de pós graduação Lato Sensu.

O Câmpus conta com um total de aproximadamente 72 (setenta e duas) salas de aula (de uso comum) gerenciadas pela Direção do Câmpus. A reserva para uso das salas de aula se dá via sistema institucional (<https://palmas.uft.edu.br/iserv/administrativo/reservas/publico/>) e pode ser realizada tanto pelo professor (atividades complementares) quanto pela coordenação de curso (ensalamento no início do semestre letivo). Todas as salas de aula são equipadas com mesa, cadeiras e equipamentos multimídia, sendo que algumas delas possuem, também, aparelho de televisão.

O Câmpus de Palmas possui, ainda, 02 (dois) laboratórios de informática de uso comum equipados com 40 computadores cada, internet e softwares instalados sob demanda pedagógica por uma equipe técnica especializada composta por técnicos em informática e analistas de sistemas.

O Câmpus de Palmas, ainda dispõe de 09 Laboratórios da Saúde Multidisciplinar gerenciados pela Direção do Câmpus por meio da Coordenação de Planejamento e Administração, os quais atendem aos cursos de Medicina, Enfermagem e Nutrição do Câmpus de Palmas e alguns cursos do Câmpus de Miracema, com plano de ocupação organizados pelo Departamento de Gestão de Laboratórios.

Dentre as infraestruturas de uso comum, o Câmpus possui os seguintes espaços: Restaurante Universitário com capacidade para atendimento de 1.200 (um mil e duzentas) refeições para almoço e 500 (quinhentas) para jantar, totalizando 1.700 (um mil e setecentas) refeições/dia; e os blocos administrativos onde estão instaladas as coordenações administrativas, as coordenações de cursos de graduação e pós-graduação, bem como a direção de câmpus. O Câmpus conta, ainda, com Centro de Práticas Integrativa e Complementares - CEPIC, que permite o atendimento à comunidade em modalidades terapêuticas previamente agendadas.

O Câmpus de Palmas ainda conta com frota de veículos para suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, sendo composta por 02 micro ônibus, 01 ambulância, 03 carros de passeio, 01 van, 03 pickups, 01 trator TL 75 R, 02 tratores de jardinagem, todos adequados às suas finalidades e com manutenções periódicas. O Câmpus de Palmas também dispõe de geradores e placas solares distribuídos e instalados em locais estratégicos, deste modo, contribuindo com a produção de energia limpa e renovável para a preservação do meio ambiente e a maximização de recursos públicos em virtude da economia com custos de energia elétrica.

No âmbito da difusão da informação e comunicação interna e externa, o Câmpus de Palmas conta com o site (<https://ww2.uft.edu.br/palmas>), Instagram Oficial (@palmasuft), WhatsApp oficial (63-3229-4520), e e-mails oficiais para a direção e vice direção do câmpus (dirpalmas@mail.uft.edu.br e vice_dir@mail.uft.edu.br), além dos e-mails e contatos específicos das coordenações administrativas, e coordenações de curso (Graduação e Pós Graduação), listados a seguir:

COORDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Direção do Câmpus dirpalmas@uft.edu.br (63) 3229-4520

COPLAD - Coordenação de Planejamento e Administração admcp@uft.edu.br (63) 3229-4840

CORDAC - Coordenação Acadêmica cordacpalmas@uft.edu.br (63) 3229-4882

COGEP - Coordenação de Gestão de Pessoas rhpalmas@uft.edu.br (63) 3229-4582

COEST - Coordenação de Estágio e Assistência Estudantil coestpalmas@uft.edu.br (63) 3229-4994

COORDENAÇÕES DE CURSOS - GRADUAÇÃO

Administração admpalmas@uft.edu.br (63) 3229-4590

Arquitetura e Urbanismo arqpalmas@uft.edu.br (63) 3229-4594

Ciências Contábeis contpalmas@uft.edu.br (63) 3229-4597

Ciências Econômicas ecopalmas@uft.edu.br (63) 3229-4526

Ciência da Computação comppalmas@uft.edu.br (63) 3229-4527

Direito direitopalmas@uft.edu.br (63) 3229-4524

Enfermagem enfermagem@uft.edu.br (63) 3229-4818

Engenharia de Alimentos engalimentospalmas@uft.edu.br (63) 3229-4595

Engenharia Ambiental engambientalpalmas@uft.edu.br (63) 3229-4521

Engenharia Civil civil@uft.edu.br (63) 3229-4719

Engenharia Elétrica eletrica@uft.edu.br (63) 3229-4723

Filosofia filosofia@uft.edu.br (63) 3229-4721

Jornalismo jornalismo@uft.edu.br (63) 3229-4525

Medicina medicina@uft.edu.br (63) 3229-4658

Nutrição nutricao@uft.edu.br (63) 3229-4700

Pedagogia pedpalmas@uft.edu.br (63) 3229-4596

Teatro teatro@uft.edu.br (63) 3229-4755

COORDENAÇÕES DE CURSO - PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Mestrado - Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Agroenergia Digital (PPGA)
pgagroenergia@uft.edu.br (63) 3229-4774

Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BIONORTE) bionorte@uft.edu.br (63) 3229-4757

Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologia de Alimentos (PPGCTA)
mestradoalimentos@uft.edu.br (63) 3229-4805

Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS)
mprofisaude@uft.edu.br (63) 3229-4687

Mestrado e Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (CIAMB)
pgciamb@uft.edu.br (63) 3229-4177

Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom)
ppgcom@uft.edu.br (63) 3229-4616

Mestrado e Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)
pgdra@uft.edu.br (63) 3229-4724

Mestrado e Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

ppgedu@uft.edu.br (63) 3229-4201

Mestrado - Programa de Pós- Graduação em Ensino em Ciência e Saúde (PPGECS)
ppgecs@mail.uft.edu.br (63) 3229-4687

Mestrado e Doutorado - Programa de Pós- Graduação em Modelagem Computacional de Sistemas (PPGMCS) ppgmcs@uft.edu.br (63) 3229-4806

Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede (PROFIAP) profiap@uft.edu.br (63) 3229-4511

Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental (PPGEA) mpea@uft.edu.br (63) 3229-4727/4730

Mestrado Profissional em Filosofia em Rede (PROFil) pimenta@uft.edu.br (63) 3229-4721

Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (GESPOL) gespol@uft.edu.br (63) 3229-4660

Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFIMAT) profmat.palmas@gmail.com (63) 3229-4799

Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH) - Esmat ppgpjd@uft.edu.br (63) 3218-4247

Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFINIT) profnituft@gmail.com (63) 98402-8033

Mestrado- Profissional em Saúde da Família – ProfSaúde profsaude@uft.edu.br (63) 3229-4012

Mestrado - Profissional em Educação eduprof@uft.edu.br (63) 3229-4201

5.1 - Infraestrutura do câmpus

5.1.1 - Sala de Direção do câmpus

A sala da direção do Câmpus de Palmas, localizada no bloco Bala II, possui um espaço amplo, composto pela ante sala, onde fica localizada a recepção, e duas salas onde atuam o diretor(a) e o vice- diretor(a) do Câmpus. Todas as salas são climatizadas, iluminadas e equipadas com mobiliário e itens de escritório, bem como televisão e internet a cabo e sem fio. Em ambas as salas, direção e vice- direção, há espaço e uma mesa para reuniões coletivas, onde há atendimento à comunidade em geral, acadêmica e administrativa (docentes, discentes e técnicos administrativos) e visitantes externos.

5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes

O Câmpus Universitário de Palmas conta com um total de 17 (dezessete) cursos de graduação, sendo disponibilizada uma sala para cada coordenação, associada ainda a uma sala

administrativa que comporta o(a) secretário(a) do curso.

Cada sala da coordenação é devidamente iluminada e equipada com mobiliário e itens de escritório privativos que permitem a guarda de materiais e documentos com segurança, bem como computadores e internet a cabo e sem fio. Os computadores são acoplados a estabilizadores e/ou nobreaks como garantia de conservação do equipamento. Não obstante, o espaço destinado à sala de coordenação é amplo e permite o atendimento a alunos com privacidade.

Os docentes em dedicação exclusiva do Câmpus de Palmas, que correspondem a 75% do quadro de professores, em sua ampla maioria, possuem gabinete de uso individual ou em divisão de até 3 docentes. Não obstante, o Câmpus dispõe de salas utilizadas, também, por docentes que atuam em tempo parcial. As salas docentes contam com mobiliário para guarda de material com segurança, ar-condicionado, iluminação apropriada, computadores de uso individual e/ou coletivo. Como suporte ao docente o Câmpus conta com a central de cópias e impressão, onde cada professor possui uma cota para reprografia e scanner.

Cada docente possui autonomia para reserva de salas de reunião, auditórios e salas de aula para desenvolvimento de atividades pedagógicas ou administrativas que forem necessárias. Não obstante, em todos os blocos onde estão localizados os gabinetes docentes, há, também, banheiros amplos e com espaço destinado à pessoa com deficiência física.

5.1.3 - Salas de aula

O câmpus de Palmas conta com um total de aproximadamente 76 (setenta e seis) salas de aula (de uso comum) gerenciadas pela Coordenação Acadêmica do Câmpus. A reserva para uso das salas de aula se dá via sistema institucional (<https://palmas.uft.edu.br/iserv/administrativo/reservas/publico/>) e pode ser realizada tanto pelo professor (atividades complementares), quanto pelos representantes dos Centros Acadêmicos. Não obstante, ao início de cada semestre é realizado o ensalamento pela coordenação de curso para o semestre letivo.

Todas as salas de aula do Câmpus são equipadas com mesa - na sua maioria de uso individual, mas também há salas com mesas coletivas, cadeiras e equipamentos multimídia, painel retrátil, quadro branco, e algumas delas possuem, também, aparelho de televisão ou data shows. Não obstante as salas são devidamente iluminadas, climatizadas e possuem internet sem fio e a cabo. Adicionalmente, todos os blocos de aula possuem banheiros amplos, com espaço destinado às pessoas com deficiência e itens de higiene pessoal repostos periodicamente.

O espaço físico da ampla maioria das salas comporta em média 43 alunos com espaço amplo para proporcionar experiências diferenciadas de acordo com o planejamento pedagógico dos cursos. Não obstante, a direção dispõe de lousas digitais, utilizadas sob reserva dos cursos.

5.1.4 - Instalações Administrativas

O Câmpus de Palmas conta com a seguinte estrutura administrativa além da Direção de Câmpus: Coordenação de Planejamento de Administração, Coordenação de Infraestrutura, Coordenação Acadêmica, Coordenação de Gestão de Pessoas, Coordenação de Estágio e Assistência Estudantil, às quais têm por competências supervisionar e coordenar, no âmbito da unidade correspondente, às atividades de organização e modernização administrativa, infraestrutura, de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de gestão de pessoas, de serviços

gerais, bem como serviços acadêmicos e de apoio à assistência estudantil. Todas as coordenações possuem um servidor responsável como coordenador e chefes das subunidades administrativas que atendem à demanda administrativa, acadêmica, pedagógica e estudantil do Câmpus, conforme informações que podem ser obtidas nos contatos fornecidos acima e pelo site ([https:// ww2.uft.edu.br/ palmas](https://ww2.uft.edu.br/palmas)). Os setores administrativos do Câmpus de Palmas se concentram, em sua ampla maioria, nos blocos Bala I e Bala II, abrangendo cerca de 70 salas administrativas, onde está lotada a maioria do corpo técnico que desenvolve atividades atreladas à direção, administração, planejamento, secretaria das coordenações, secretaria acadêmica, recursos humanos, protocolo, almoxarifado, dentre outras. Todas as salas administrativas são equipadas com computadores, impressoras centrais, internet a cabo e sem fio, scanners e demais mobiliários e itens de escritório que possibilitam o desenvolvimento de variadas tarefas. O espaço físico dos setores permite o atendimento ao usuário com conforto, havendo, ainda, salas que permitem o atendimento privativo, se necessário. Adicionalmente, todos os blocos administrativos possuem banheiros amplos, com espaço destinado às pessoas com deficiência e itens de higiene pessoal repostos periodicamente.

5.1.5 - Estacionamento

Cada bloco do Câmpus de Palmas possui seu estacionamento próprio, sendo os blocos de aula os que contêm mais de um estacionamento no seu entorno, com amplitude para comportar um número maior de usuários. Todos os estacionamentos estão devidamente sinalizados e com espaçamento exigido pela legislação vigente e dispõe dos espaços destinados a idosos e pessoas com deficiência.

5.1.6 - Acessibilidade

O Câmpus de Palmas conta com a Coordenação de Estágio e Assistência estudantil (COEST) que é responsável por oferecer apoio ao estudante universitário do Câmpus em suas necessidades e especificidades no acolhimento, acompanhamento e orientação, por meio de atendimento qualificado e especializado, de forma individual e coletiva, proporcionando condições de permanência e conclusão.

Dentre os setores de atendimento vinculados à COEST está o Serviço de Apoio Social, Pedagógico e Psicológico (SASPP). O SASPP conta com uma equipe multidisciplinar composta por pedagogas e psicólogas que realizam atendimento aos alunos, professores e comunidade, no intuito de orientar, informar e direcionar, inclusive, práticas pedagógicas específicas direcionados a pessoa com deficiência.

A COEST ainda dispõe da Central de Acessibilidade e Educação Inclusiva (CAEI), composta por Pedagogo, Assistente em Administração e Intérprete de Libras. O CAEI está estruturado com computadores adaptados; audiodescrição em vídeos pedagógicos; Leitor digital; Lupas Eletrônicas; Máquinas Braille; Cadeira de rodas para uso no Câmpus. Ofertando o atendimento e acompanhamento aos acadêmicos com demandas de necessidade educacionais especiais; adaptações de materiais didáticos e pedagógicos; disponibilidade de tecnologias assistivas; Interpretação em Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS em aulas, eventos e em produção de vídeos informativos, de divulgação e promoção da UFT; bem como, orientações aos docentes referente às demandas do acadêmico, de modo a promover a inclusão; Interpretação em Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS em aulas, eventos e em produção de vídeos informativos, de divulgação e promoção da UFT.

O Câmpus de Palmas conta com banheiros com espaço destinado à pessoa com deficiência, sinalização tátil nas passarelas e um mapa tátil de identificação dos espaços do Câmpus. Os

blocos que possuem mais de um andar possuem elevadores e/ou rampas de acesso. Não obstante, a biblioteca do Câmpus possui equipamentos especiais para leitura e consulta de pessoas com deficiência visual.

5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais

A infraestrutura do Câmpus conta com dois laboratórios de informática equipados com computadores, internet a cabo e sem fio e softwares de edição, dentre outros softwares específicos demandados pelos cursos. Não obstante o Câmpus dispõe de tablets, switch, roteadores, Aps wifi e infraestrutura avançada de rede.

O Câmpus de Palmas possui, ainda, lousas digitais, Datashow em todas as salas de aula e algumas unidades reserva para reposição, painéis retráteis, televisores instalados em diversos ambientes e equipamento completo de videoconferência instalados em uma sala específica para eventos e aulas que demandem o uso da teleconferência e/ou webconferência. Não obstante, há no Câmpus laboratórios específicos, de gerência dos cursos, que comportam workstations avançadas, impressoras 3D, drones e equipamentos de monitoramento remoto.

O Câmpus de Palmas conta com plataforma de serviços (<https://palmas.uft.edu.br/sisma/>) onde os servidores, coordenadores, discentes e comunidade externa podem ter acesso a diversos serviços disponíveis no Câmpus, tais como: processos seletivos, eventos, reserva de recursos, suporte a matrícula, cadastros em geral, folha de ponto de docentes, solicitação de materiais de consumo e serviços gerais. A plataforma é alimentada pela equipe de tecnologia da informação do Câmpus e possui, também, link para outros sistemas institucionais importantes.

5.1.8 - Biblioteca

A Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Palmas, Professor José Torquato Carolino, como parte integrante do desenvolvimento do ensino aprendizagem e como centro de informações, incentiva e assessora tecnicamente o corpo docente e discente, servidores técnicos administrativos e a comunidade local quanto à utilização do acervo bibliográfico e dos recursos informacionais existentes. Sua inauguração ocorreu em 16/03/2011, sendo o prédio projetado e construído estritamente para essa finalidade; com a estrutura em concreto armado, as fachadas no corpo principal da edificação são de painéis de vidro, e a cobertura possui um grande domo de vidro que permite a incidência solar no interior do prédio.

Conforme o Relatório de Inventário (Exercício 2021), a infraestrutura da Biblioteca possui uma área total de 3.158,23 m², dividido em: térreo, 1o andar e 2o andar; dispondo de elevador, escada de emergência e rampa de acesso. Essa estrutura dispõe de 69 cabines de estudo individual; 189 mesas para estudo em grupo e 181 acentos; Sala da coordenação, Sala de processamento técnico, Setor de circulação e atendimento, Sala para seção de coleções especiais (monografias, dissertações e teses, CD's e DVD's); 10 cabines de pesquisa na internet; 3 salas de estudo em grupo com capacidade para 5 pessoas por sala, sala de vídeo com capacidade para 10 pessoas. Não obstante, a biblioteca possui equipamentos especiais para leitura e pesquisa a ser realizada por pessoas com deficiência.

O acervo está tombado, informatizado e organizado de acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD); cujos arquivos físicos estão distribuídos e disponíveis ao longo das cerca de 400 estantes de aço dupla face no 1o e 2o piso. O tipo de catalogação atende às normas do Código de Catalogação Anglo-americano (AACR2) e o acesso às estantes é livre. A biblioteca conta, ainda, com o repositório digital (<https://repositorio.uft.edu.br>) onde estão hospedadas as

monografias, teses e dissertações, entre outras informações.

No primeiro andar da biblioteca do Câmpus de Palmas está alocado o acervo das classes 000 até 699, salão de leitura com 15 mesas e 4 cadeiras por mesa, balcão de atendimento (empréstimos, devoluções e informações), área de convivência, Área administrativa da biblioteca (coordenação geral, referência e atendimento ao usuário, processamento técnico do material, informática), banheiros e bebedouros. No segundo andar está o acervo das classes 700 até 999, Seção de Periódicos, 08 computadores com Internet para pesquisas (Portal CAPES).

O processo de informatização/ modernização das bibliotecas da UFT conta com a inserção do acervo em uma base de dados Sistema Integrado de Ensino (SIE / módulo Biblioteca); esse procedimento ocorreu em todas as bibliotecas da UFT, incluindo a biblioteca do Câmpus de Palmas, com foco na criação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SIBIB/ UFT). O acervo da biblioteca conta com livros, monografias, CD, DVD entre outros materiais, totalizando 2.5899 títulos e 78.855 exemplares constantes do Sistema de gestão da Biblioteca e divididos entre as seguintes áreas: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes.

A biblioteca do Câmpus de Palmas conta, ainda, com bebedouros, banheiros com espaço específico para pessoas com deficiência, rampa de acesso e elevador, sistema de registro de usuários e mobiliário de escritório que permite o atendimento ao usuário com conforto.

5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)

A divisão do acervo constante na biblioteca do Câmpus de Palmas por área de conhecimento contempla os seguintes quantitativos que atendem ao cursos da Instituição em seus diversos componentes curriculares:

AGROPECUÁRIA E PESCA

11 títulos, 35 exemplares

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

2233 títulos, 9401 exemplares

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

802 títulos, 2952 exemplares

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

696 títulos, 3553 exemplares

CIÊNCIAS DA SAÚDE

1447 títulos, 5916 exemplares

CIÊNCIAS HUMANAS

4902 títulos, 14128 exemplares

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

11206 títulos, 29933 exemplares

ENGENHARIAS

1336 títulos, 5034 exemplares

LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

2124 títulos, 4792 exemplares

OUTROS

746 títulos, 1973 exemplares

NÃO INFORMADOS

396 1138 exemplares

Total

25899 títulos, 78855 exemplares

Fonte: Divisão de Biblioteca e Documento de Palmas. Atualizado até 05/07/2022.

O acervo conta, ainda, com revistas, monografias, dissertações e teses impressas e em repositório digital.

5.1.8.2 - Periódicos especializados

A Universidade Federal do Tocantins conta com acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um dos maiores acervos científicos virtuais a nível nacional, onde um conjunto de periódicos pode ser acessado gratuitamente pelos usuários, abrangendo revistas científicas, livros, teses, dissertações, entre outros. A instituição disponibiliza, também à base de dados da Scientific Eletronic Library Online (SciELO Brasil) com 1725 periódicos ativos, sendo 1411 a nível internacional e 314 a nível nacional atrelados a 8 (oito) grandes áreas, sendo: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; e Linguística, Letras e Artes.

A comunidade acadêmica como um todo possui, ainda, acesso ao Portal Domínio Público, que oportuniza o acesso às obras literárias, científicas e artísticas que concernem ao patrimônio cultural brasileiro e universal, liberado na forma de textos, áudio, vídeos e imagens. Dispõe também de acesso à plataforma Target GEDweb, com um sistema de gestão e documentos regulatórios, como por exemplo, as Normas ABNT. Além do Portal Saúde Baseada em Evidências (Portal SBE), uma biblioteca eletrônica com conteúdos direcionados apenas para profissionais de saúde.

Não obstante, a UFT possui um portal de periódicos próprio, ao qual os cursos do Câmpus de Palmas tem acesso livre, que contém diversas revistas com caráter interdisciplinar. Dentre essas revistas, listam-se:

* Revista Desafios é uma publicação científica trimestral da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-

Graduação da Universidade Federal do Tocantins, dirigida à produção acadêmica interdisciplinar com interesse nas áreas de: Ciências Humanas e Contemporaneidade; Saúde e Sociedade; Educação; Ciência, Tecnologia e Ciências Agrárias. Recebe artigos em fluxo contínuo e trabalha com publicação no formato contínuo. ISSN - 2359-3652.

* Revista Journal of Biotechnology and Biodiversity esta revista que publica artigos originais, artigos de revisão, estudos de caso e comunicações breves sobre os fundamentos, aplicações e gestão da biodiversidade, com o objetivo de avançar e disseminar o conhecimento em todas as áreas afins de Ciências Agrárias, Química, Biotecnologia e Biodiversidade.

* Revista Observatório é um periódico trimestral mantido pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com o Grupo de Pesquisa Democracia e Gestão Social (GEDS) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Tupã). A revista nasce internacionalizada, possuindo editores no Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal. Recebe em fluxo contínuo, textos em português, espanhol, inglês e francês para as seções artigos, dossiê temático, ensaios, entrevista, resenha e temas livres. (ISSN no 2447-4266) [Qualis 2016 - Comunicação e Informação: B2, Ensino: B2, Ciência Política e Relações Internacionais: B3, Planejamento Urbano e Regional/ Demografia: B3, Serviço Social: B3, Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo: B4, Letras/Linguística: B5].

* Revista Brasileira de Educação do Campo - RBEC, de publicação contínua, publica Artigos originais resultantes de pesquisas teóricas e/ou empíricas, revisões de literatura de pesquisa educacional, Artigos especiais de pesquisadores renomados da área ou de temas relevantes atuais para a educação, Dossiês Temáticos, Ensaios, Cartas ao Editor, Entrevistas e Resenhas de temas vinculados à Educação do Campo sob diferentes campos da pesquisa nacional e internacional, como: História da Educação do Campo; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Povos Indígenas e Educação; Formação Docente; Educação de Jovens e Adultos; Didática e Práticas Pedagógicas em Artes e Música; Arte na Educação do Campo; Interculturalidade na Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Questão Agrária e Camponato; além de temas de outras áreas do conhecimento que dialoguem com a educação do campo. Recebe artigos em fluxo contínuo. ISSN: 2525-4863 | DOI: 10.20873/uft.rbec | Qualis/CAPES 2016: B1 Ensino| B2 Educação.

* Revista EntreLetras é um periódico vinculado ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLIT/UFNT). Criada em 2010 com publicações semestrais, passou a ser quadrimestral em 2019. Recebe trabalhos originais em português, inglês, espanhol e francês a partir de chamadas para dossiês temáticos e edições aтемáticas. Organiza-se nas seções Dossiê, Temas Livres, Entrevistas, Resenhas, Ensaios e Produção Literária.

* Revista Teatro: criação e construção de conhecimento tem por foco apresentar estudos que reconheçam as especificidades do ensino e da prática de teatro em seus diferentes contextos, ao mesmo tempo em que permitam o delineamento de características comuns de sua ocorrência. Oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento. Em relação ao arquivamento, a revista utiliza o sistema LOCKSS para criar um sistema de arquivo distribuído entre as bibliotecas participantes e permite às mesmas criar arquivos permanentes da revista para a preservação e restauração.

* Revista Vertentes do Direito é uma iniciativa do Curso de Direito, da Universidade Federal do Tocantins, com interesse na divulgação de trabalhos científicos nas diversas subáreas do Direito e na construção da interdisciplinaridade. QUALIS 2016: Interdisciplinar B4, Direito B5. Prevê a publicação de trabalhos inéditos, nas seguintes modalidades: artigos científicos; ensaios

(revisões de literaturas); resenhas de obras recém-lançadas e relatos de experiências nas áreas de ensino e/ou de extensão. Está situada na plataforma Open Journal System (OJS), o que confere ao sistema de editoração maior eficiência, racionalidade e transparência. É um periódico semestral, no qual as produções científicas serão publicadas em português e em espanhol, idiomas em que podem ser apresentados os trabalhos, que serão submetidos a um corpo de pareceristas (integrantes do Conselho Editorial ou ad hoc) para avaliação do atendimento das suas normas editoriais. Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

* Revista Tocantinense de Geografia publica artigos na área de Geografia e outras áreas do conhecimento com periodização quadrimestral em fluxo contínuo de publicação. A edição 24 iniciou em maio e fecha em agosto de 2022. Conforme os artigos recebem pareceres favoráveis à publicação, são corrigidos pelos autores e editores, a revista publica.

* Revista Interdisciplinar em Ensino de Ciências e Matemática (RIEcm) é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação de Ensino de Ciências e Matemática (PPGEcm/UFT). A revista destina-se à divulgação de trabalhos originais na área de educação, ensino de ciências e educação matemática, como estudos empíricos, históricos, teóricos e conceituais, relatos de experiência profissional, resenhas, entrevistas, revisões críticas da literatura e cartas aos editores. O periódico on-line possui acesso livre e aberto. ISSN: 2764-2534

* Revista ANTÍGONA nasce da necessidade de ampliar a abrangência e atuação do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), câmpus de Porto Nacional. A revista projeta, a partir deste ano de sua criação, montar um Corpo Editorial, realizar publicações semestrais, com dossiês organizados pelos professores desse câmpus ou por professores convidados, recebendo artigos de autores nacionais e estrangeiros. O objetivo inicial é organizar a documentação necessária e alcançar sua indexação e qualificação.

* Aturá - Pan-Amazônica de Comunicação (ISSN 2526-8031) é um periódico quadrimestral, com foco na discussão acadêmica e em estudos interdisciplinares avançados no campo da Comunicação, do Jornalismo e da Educação. A revista nasce internacionalizada, possuindo editores nos países que compõem a Amazônia Legal. Recebe em fluxo contínuo, textos em português, espanhol e inglês para as seções artigos, dossiê temático, ensaios, entrevista, resenha e temas livres.

* Revista Academic Journal on Computing, Engineering and Applied Mathematics (AJCEAM) é um periódico semestral da Universidade Federal do Tocantins, Brasil, que visa proporcionar um canal de comunicação e divulgação trabalhos acadêmicos nas áreas de Ciência da Computação, Engenharia e Matemática Aplicada. Visto a necessidade de divulgação de novas pesquisas voltadas para os ramos das ciências centradas em computação e sabendo que tecnologias surgem somente com o desenvolvimento de métodos científicos sólidos e amplamente experimentados, o AJCEAM fomenta a pesquisa científica nas Ciência da Computação, Engenharia e Matemática Aplicada em sua natureza e em suas diversas especificidades.

* Arquivos Brasileiros de Educação Física é uma revista científica que publica artigos originais, revisões sistemáticas, metanálises, resenhas, ensaios clínicos, estudos de casos e cartas ao editor com temas vinculados à Educação Física. Esta tem como missão principal difundir o conhecimento na área de Educação Física com qualidade científica. Sendo a primeira revista científica na área de Educação Física do norte do Tocantins, a Arquivos Brasileiros de Educação Física tem o árduo desafio de trazer à tona o conhecimento científico no campo da Educação Física desta região, incentivando a publicação de trabalhos científicos que prezem pela ética profissional, qualidade metodológica e crescimento da área na região.

* Revista Escritas é uma revista do Curso de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), câmpus de Araguaína, que tem como meta a divulgação da produção de historiadores, e demais profissionais das áreas afins, que investigam temas relacionados às ações e representações humanas no tempo e no espaço. É um periódico semestral, de publicação on-line, que objetiva promover o debate e a circulação de textos, de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, relativos aos campos teórico, educacional, histórico e historiográfico. A Escritas oferece acesso livre e gratuito ao seu conteúdo, não cobra taxa de editoração (article processing charges -APC) ou taxa de submissão de artigos. O envio de qualquer submissão implica, automaticamente, a cessão integral dos direitos autorais à Revista Escritas após sua publicação. ISSN 2238-7188 - QUALIS - B3 (HISTÓRIA).

* Revista Interface Com duas edições anuais, acesso livre e imediato ao seu conteúdo. Esta revista tem como objetivo a publicação de resenhas de livros, artigos originais e inéditos, sobre assuntos de interesse científico da Geografia e ciências afins, que tratem das temáticas: educação, meio ambiente e desenvolvimento, respeitando os princípios da diversidade teórica, metodológica e epistemológica.

* Revista AMA - AMAZÔNIA MODERNA é uma publicação semestral, com a finalidade de divulgar e difundir artigos científicos inéditos e relevantes com pesquisadores de variadas origens sobre a Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. A pretensão da revista é estimular o debate sobre a produção arquitetônica na região por meio de artigos, sem pregar uma corrente regionalista. O recorte temporal para submissão de publicações é definido a partir do término da Belle Époque, período pouco estudado e publicado da arquitetura na Amazônia, mas imperioso na cultura urbana brasileira e latino-americana e com maior expressão da arquitetura brasileira. A revista é realizada pelo Núcleo AMA, formado por vários Grupos de Pesquisa e Laboratórios da Universidades Públicas da Amazônia Legal, que promove o SAMA – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia. O acesso à revista é livre e gratuito.

* Revista Perspectivas é um periódico eletrônico semestral especializado na divulgação de trabalhos científicos no domínio da Filosofia e Ensino de Filosofia. O seu objetivo é divulgar trabalhos inéditos em português, inglês, francês, italiano e espanhol que contribuam para o debate filosófico, sejam eles artigos, ensaios, resenhas, entrevistas e traduções. Os textos podem ser enviados conforme o formato de sua natureza, considerando as normas da revista para avaliação rigorosa dos pares, aceite, indexação e publicação. A Revista Perspectivas recebe textos de Mestres, Mestrandos, Doutores e Doutorandos.

* Revista de Patologia do Tocantins, criada em 2013, a Revista de Patologia do Tocantins é um periódico trimestral, que publica resultados de investigação na área da saúde, artigos originais, revisões de literatura, casos clínicos ou relatos de casos, comunicações breves, cartas ao editor e editoriais, sobre uma grande variedade de temas de importância para ciência da saúde. Tendo como público alvo todos os profissionais de saúde, a missão desse periódico é difundir as produções científicas que trazem algum impacto à saúde da população.

* Revista Porto das Letras é uma publicação trimestral do Programa de Pós-graduação em Letras da UFT do Câmpus de Porto Nacional. A revista tem o objetivo de divulgar artigos e resenhas inéditos da área de Literatura, Linguística e Ensino de Língua e Literatura. É voltada a pesquisadores mestres e doutores, discentes de pós-graduação e profissionais da área de Letras e Linguística e apresenta as seguintes seções: Dossiê Temático, Estudos Linguísticos, Estudos Literários, Seção Livre e Resenhas.

* A revista Espaço e Tempo Midiáticos é uma publicação multidisciplinar semestral, aberta à divulgação de artigos científicos das áreas de ciências sociais, exatas e da terra. Destina-se a estudos empíricos, históricos, teóricos e conceituais, revisões críticas, resenha de livros, entrevistas. Coordenada pelo Grupo de Pesquisa "Mídias e Territorialidades Ameaçadas", da

Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

* Revista Produção Acadêmica já possui quatro edições impressas e ISSN 1809-2756. Atualmente, a revista esta totalmente eletrônica com ISSN 2448-2757. Os trabalhos a serem encaminhado a revista deverão contemplar as linhas de pesquisas do Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários - NURBA/UFT, abrangendo também outras temáticas das ciências humanas e sociais. É uma publicação semestral com o objetivo de propalar conhecimentos pertinentes à Geografia Humana, dando atenção para os trabalhos de cunho marxista com intuito de contribuir para a formação de geógrafos e cidadãos críticos. Dessa forma, receberemos, mediante parecer, artigos, resumos, resenhas e relatos de experiências, a partir de procedimentos teórico-metodológicos da ciência geográfica.

5.1.8.3 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar

Para análise da adequação bibliográfica dos PPCs dos cursos, os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos realizam uma análise preliminar por meio do sistema de consulta ao acervo bibliográfico ([https:// sistemas.uft.edu.br/ biblioteca/ pesquisa/ pesquisar.action](https://sistemas.uft.edu.br/biblioteca/pesquisa/pesquisar.action)), atentando-se para que todos os volumes necessários estejam no acervo da biblioteca do Câmpus de Palmas. Caso haja a necessidade de atualização, os NDEs apresentam as respectivas justificativas devidamente elaboradas e apresentadas à direção de Câmpus para aquisições. Não obstante, o dimensionamento do quantitativo de exemplares segue a proporção de, no mínimo, 1 exemplar para cada 5 discentes e o uso de bibliotecas digitais e ebooks disponíveis no acervo da universidade sempre que possível. Além da checagem direta no sistema virtual de bibliotecas, um relatório consolidado é solicitado à biblioteca e emitido para confirmação do levantamento preliminar realizado pelos cursos.

Após a última revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro (PPC versão 2019/2) e mediante a política de composição dos acervos da UFT para o nosso curso e outros cursos das áreas de Arte e Educação oferecidos pela instituição, houve avanço significativo na aquisição de itens da bibliografia específica prevista nas ementas das componentes curriculares. Esse avanço pode ser caracterizado principalmente na comparação com a situação verificada pela comissão de avaliação do MEC, de 18 a 21 de maio de 2014.

No processo mais recente de avaliação e atualização, do qual resulta a presente versão do PPC, o acervo físico do Sistema de Bibliotecas da UFT (Sisbib UFT) é complementado por itens disponíveis em acervos digitais estáveis, notadamente repositórios acadêmicos nacionais e internacionais, indicados para compor as bibliografias básicas e complementares, mediante a curadoria do corpo docente. Esta ação consolida a disponibilidade e acessibilidade das referências bibliográficas utilizadas no curso.

Diante do avanço na composição do acervo físico e da integração dos acervos digitais, é seguro afirmar que o Curso encontra-se em situação favorável quanto à adequação da Bibliografia Básica e Complementar.

5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios

O Câmpus de Palmas possui o Centro Universitário de Integração entre Ciência, Cultura e Arte - CUICA que comporta confortavelmente 458 pessoas, devidamente sentadas em cadeiras acolchoadas para maior conforto. O CUICA é todo climatizado, possui um palco para eventos, formaturas e apresentações diversas, além de equipamentos de som, multimídia, projetores, microfones, mesas, púlpito. Não obstante, o prédio possui banheiros com espaço dedicado a pessoas com deficiências e equipados com itens de higiene pessoal.

O Câmpus conta, ainda, com um bloco que comporta um total de 4 anfiteatros com capacidade para até 90 pessoas cada, sendo que entre dois deles há uma porta cuja divisão é removível, podendo, então, torná-lo em um anfiteatro maior e que comporta até 180 pessoas. Os anfiteatros possuem palco para eventos, formaturas e apresentações diversas, além de equipamentos de som, multimídia, projetores, microfones e mesas. Não obstante, o prédio possui banheiros com espaço dedicado a pessoas com deficiências e equipados com itens de higiene pessoal.

Todos os auditórios/ anfiteatros podem ser reservados para uso por meio do sistema de reserva de espaços do Câmpus disponível na plataforma de serviços do Câmpus (<https://palmas.uft.edu.br/sisma/>).

5.1.10 - Laboratórios Didáticos de Ensino e de Habilidades, instalações e equipamentos

A infraestrutura do Câmpus conta com 2 laboratórios de informática (LABIN) que estão sob a supervisão exclusiva da Direção e estão disponíveis para utilização mediante reserva agendada via plataforma de serviços (<https://palmas.uft.edu.br/sisma/>), além de laboratórios didáticos específicos sob a responsabilidade dos cursos.

No que tange aos LABINs, um localizado no bloco G/Sala 04 e outro no bloco III/Sala 111A, cada um está equipado com 40 máquinas (monitor+gabinete+teclado+mouse) com acesso à internet e softwares instalados sob demanda por uma equipe técnica especializada, sendo alguns gratuitos (ex: libreoffice, octave, revit e trackmarker) e outros mediante licença estudantil (ex: autocad, revit e arcgis), além de mesas, cadeiras, iluminação e climatização apropriadas.

O Câmpus de Palmas conta, também, com laboratórios multiusuários de química e física, os quais atendem os diversos cursos do Câmpus com equipamentos específicos e material de consumo para aulas práticas previstas nos PPCs. Todos os laboratórios possuem gestão de um coordenador, designado pelos cursos, que acompanham a gestão e uso dos laboratórios. Para utilização é realizada a reserva prévia, de acordo com o horário de aulas. Não obstante, os laboratórios, tanto os vinculados aos cursos quanto os vinculados ao Câmpus diretamente, possuem equipe técnica responsável para acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Câmpus de Palmas, ainda dispõe do Departamento de Gestão de Laboratórios, no qual estão concentrados 09 Laboratórios da Saúde Multidisciplinar gerenciados pela Direção do Câmpus por meio da Coordenação de Planejamento e Administração (Museu de Morfologia; Enfermaria Modelo; Laboratório de Técnicas Cirúrgicas; Laboratório Bioquímica, Imunologia, Genética e Patologia Clínica; Laboratório de Farmacologia, Fisiologia e Biofísica; Laboratório de Microbiologia e Parasitologia; Laboratório de Citologia, Histologia e Anatomia Patológica; Laboratório de Anatomia Humana e Laboratórios Fundamentos de Enfermagem). Estes laboratórios atendem aos cursos de Medicina, Enfermagem e Nutrição do Câmpus de Palmas e alguns cursos do Câmpus de Miracema, com plano de ocupação organizados pelo Departamento de Gestão de Laboratórios. Ambos estão climatizados, possuem computadores com internet e softwares instalados sob demanda pedagógica pela equipe da TI, datas show e aparelho de TV, estão munidos com mobiliário, materiais, equipamentos, recursos e insumos conforme a prática pedagógica específica do laboratório e contam com equipe técnica especializada para suporte e apoio às atividades acadêmicas desenvolvidas nos laboratórios.

5.1.11 - Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniados

O Câmpus Universitário de Palmas possui Centro de Práticas Integrativa e Complementares -

(CEPIC) que fica situado no próprio Câmpus e possui salas para triagem e terapias específicas realizadas por agendamento. Adicionalmente, o Câmpus conta com o Ambulatório Professora Isabel Auler (Apia) localizado em um prédio externo ao Câmpus e dotado de 8 consultórios, um mini-auditório para reuniões e duas recepções. Ambos os prédios, CEPIC e APIA, estão equipados com mobiliário, itens necessários para atendimento, bem como banheiros devidamente equipados.

5.1.12 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFT (CEP-UFT), reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 3 de dezembro de 2005, é uma instância colegiada, interdisciplinar, independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, realiza a emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas, vinculada a CONEP e tem por finalidade o acompanhamento das pesquisas envolvendo seres humanos, preservando os aspectos éticos principalmente em defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa, individual ou coletivamente considerados. O CEP-UFT possui composição interdisciplinar e integrado por 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes.

O processo de submissão de projetos de pesquisa ao CEP-UFT é realizado pela Plataforma Brasil.

5.1.13 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

O Comitê de Ética no Uso de Animais (Ceua) da UFT é um órgão colegiado, de natureza técnico-científica, interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade, para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. À Comissão compete regulamentar, analisar e fiscalizar a realização de atividades envolvendo o uso científico e didático de animais.

O principal papel de uma Comissão de Ética não é o de revisão de projetos de pesquisa, mas sim o de desenvolver um trabalho educativo e de conscientização continuados, buscando permear e influenciar o comportamento das pessoas que utilizam animais em pesquisa e ensino.

Portanto, este comitê, conforme seu Regimento Interno, tem como atribuição promover a ética de toda e qualquer proposta de atividade de ensino, pesquisa e extensão que envolva, de algum modo, o uso de animais não-humanos pertencentes ao Filo Chordata, Subfilo Vertebrata como determina a Lei n.º 11.794, de 8 de outubro de 2008 e as Resoluções Normativas editadas e reformuladas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea).

5.1.14 - Área de lazer e circulação

O Câmpus de Palmas conta com uma pista oficial de atletismo com padrão internacional, certificada pela International Association of Athletics Federations (IAAF), feita com piso sintético e com as dimensões e características recomendadas pela Confederação Brasileira de Atletismo, sendo: oito raias de 400 metros, uma pista de 100 metros, duas pistas de salto com vara, duas pistas de salto triplo e extensão, duas bases para lançamento de peso, uma pista para lançamento de dardo, duas pistas para salto em altura e duas pistas para salto com vara. Essa

estrutura a torna apta para receber atletas olímpicos e paraolímpicos, e até competições internacionais. Ademais, o complexo esportivo contempla um campo gramado, que, em 2022, sediou a 2a Copa Tocantins de Futebol Society, na qual participaram 12 equipes.

Aproveitando a localização junto ao Lago de Palmas, o espaço destinado para a orla da prainha, além de possuir um píer exclusivo, que propicia apreciar o pôr do sol e a Ponte da Amizade, um dos cartões postais da cidade, tem um espaço específico devidamente equipado com quadra de vôlei de areia, quadra de basquete (3x3), bolas para jogos, mesas e bancos, onde também são desenvolvidas as atividades de Badminton e Peteca.

O Câmpus de Palmas ainda dispõe de 02 espaços físicos destinados ao funcionamento de lanchonetes. Uma lanchonete está situada em frente ao bloco III e a outra próxima à biblioteca. Ambas com 160,87 m² (cento e sessenta vírgula oitenta e sete metros quadrados) de área construída, tendo os espaços reservados para a preparação de alimentos, para a exposição e para consumo. São espaços físicos destinados por meio de Concessão Administrativa Onerosa para exploração comercial por empresa especializada no preparo e fornecimento de lanches, com o objetivo de proporcionar alimentação saudável, equilibrada e de baixo custo à comunidade da UFT. Por isso, no processo de contratação já é especificado a lista dos produtos (bebidas/frutas/lanches/refeições) obrigatórios (ex: café, sucos), opcionais (ex: açaí, picolé de frutas) e proibidos (ex: bebidas alcoólicas). O atendimento é prestado de segunda a sexta-feira, nos períodos diurno e noturno, e aos sábados no período diurno (caso exista viabilidade do funcionamento - de acordo com os horários especificados no termo de referência da licitação).

A UFT possui um canal direto com a sociedade tocantinense: a rádio universitária, inaugurada em 29/03/2016, com a missão de oferecer programação de rádio fundamentada em Educação, Cultura, Cidadania e Diversidade. Sediada em um prédio próprio, nas dependências da Instituição, com cerca de 157 m², com espaços específicos para sala de redação, audiovisual, estúdio e locução. A emissora de rádio UFT FM opera localmente na frequência 96,9 FM e pela internet (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/radio-uft-fm?view=default>), estando no ar 24h por dia.

5.1.15 - Restaurante Universitário (se houver)

O restaurante universitário do Câmpus de Palmas foi inaugurado em junho/2014 e tem por missão fornecer refeições nutricionalmente balanceadas, saborosas, de baixo custo e culturalmente apropriadas à comunidade acadêmica do câmpus de Palmas, visando apoiar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a permanência do acadêmico na universidade. A área total construída corresponde a 1.119,82 m² (metros quadrados) e contempla os seguintes espaços: Vestiários para trabalhadores do RU; Depósito de material de limpeza; Área de recebimento de gêneros e materiais diversos; Estoque seco (armazenamento de não-perecíveis) e refrigerado (sala climatizada, câmaras de resfriamento e congelamento); Áreas de pré-preparo saladas, guarnições e carnes; Área de cocção; Área administração; Áreas de higienização panelas (manual); Área de distribuição, refeitório e copa de higienização de utensílios e banheiros devidamente equipado e estruturado para acesso de pessoas com deficiência.

O restaurante é dotado de catraca eletrônica (três equipamentos) com leitura de cartões recarregáveis. Todos os alunos da instituição – estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação - recebem o cartão de acesso do restaurante que pode ser devidamente recarregado no próprio RU.

A instituição subsidia a refeição dos alunos conforme política já estabelecida e nível de vulnerabilidade socioeconômica. As refeições são produzidas por empresa terceirizada sob fiscalização de uma nutricionista. São servidas refeições dos tipos: padrão e vegetariana,

balanceadas e em condições higiênico-sanitárias adequadas, respeitando-se a cultura local e com atenção às condições socioambientais.

A distribuição das refeições é realizada no sistema de cafeteria mista, com porcionamento do prato protéico (padrão e vegetariano), sobremesa e bebidas, respeitando-se o padrão, incidências e cardápios mínimos constantes neste termo de referência. Toda produção, manuseio e fornecimento das refeições respeita a legislação vigente como requisito contratual.

O restaurante universitário do Câmpus de Palmas funciona de segunda-feira a sexta-feira nos seguintes horários: almoço: 11h - 14h e jantar: 17h30min - 19h30min. O usuário pode acessar o cardápio do restaurante por meio de aplicativo próprio conforme orientação do site institucional (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/proest/links/restaurante-universitario>).

5.2 - Infraestrutura do curso

5.2.1 - Laboratórios específicos para o curso

Os atuais laboratórios específicos do Curso de Teatro foram adaptados a partir de salas pré-existentes no Bloco B do câmpus Palmas da UFT. As instalações atendem integralmente o funcionamento das atividades práticas do Curso.

SALA 3 – LABORATÓRIO DE CENOGRAFIA E INDUMENTÁRIA: sala com cerca de 60m² e capacidade para 20 alunos, equipada com material de cenografia e com figurinos, além de armários, cadeiras, uma grande bancada central e mesa com computador, pia e torneira com água encanada. Todos estes materiais já presentes no atual espaço. Por se tratar de um espaço com material que necessita de resguardo e auxílio em sua utilização, a sala possui um servidor técnico, concursado para atuação como Técnico de Laboratório Cenógrafo. Este laboratório abriga as seguintes componentes curriculares: História da Arte (carga horária prática = 15h), Montagem Cênica: Formas Animadas (carga horária parcial) e atividades de suporte a todas as componentes curriculares do Núcleo de Práticas da Cena, notadamente as que se caracterizam como montagem cênica. O laboratório abriga ainda atividades de pesquisa e extensão da área de cenografia e indumentária. Possui espaço de trabalho, com escrivaninha e acesso à Internet, para o técnico ou para o docente coordenador do laboratório.

SALA 4 – LABORATÓRIO DE PRÁTICAS CÊNICAS I: sala com cerca de 60m² e capacidade para 20 alunos com paredes pretas, impedindo qualquer entrada de luz externa. Este laboratório abriga as seguintes componentes curriculares: Recepção e Mediação Teatral (carga horária prática = 15h); Montagem Cênica: Formas Animadas (carga horária parcial); Jogos Teatrais e Educação do Sensível (optativa); Atuação (optativa); Poéticas do Ator (optativa); Improvisação, Ensino e Prática de Teatro (optativa). O laboratório abriga ainda atividades de pesquisa e extensão da área de práticas cênicas, incluindo o suporte às componentes curriculares de extensão do Núcleo de Práticas da Cena.

SALA 5 – LABORATÓRIO DE ENCENAÇÃO: auditório do bloco, transformado em caixa preta, com cerca de 120m² e capacidade para até 60 alunos/espectadores. A sala possui paredes pretas, impedindo qualquer entrada de luz externa e gradeamento em todo espaço (com 5 varas eletrificadas para uso de iluminação cênica). Este laboratório abriga as seguintes componentes curriculares: Montagem Cênica: Estudos Corporais; Montagem Cênica: Encenação; Montagem Cênica: Solos; Montagem Cênica: Processos Colaborativos. O laboratório abriga ainda atividades de pesquisa e extensão da área de encenação e recebe os projetos de apresentação

públicas curriculares, como o evento semestral Sala Aberta.

SALA 6 – LABORATÓRIO DE PRÁTICAS CÊNICAS II: sala com cerca de 60m² e capacidade para 20 alunos com paredes brancas. Este laboratório abriga as seguintes componentes curriculares: Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral I (carga horária prática = 15h); Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral II (carga horária prática = 15h); Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III (carga horária prática = 15h). Montagem Cênica: Relações Étnico-Raciais; Teatro(s) de Rua e Arte Pública; Dança, Criação e Corporeidade (optativa); Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (carga horária parcial). O laboratório abriga ainda atividades de pesquisa e extensão da área de práticas cênicas.

SALA 7 – LABORATÓRIO DE MÚSICA E SONOPLASTIA: sala com cerca de 60m² e capacidade para 20 alunos, equipada com material de música, armários e cadeiras, já presentes no atual espaço. Possui espaço de trabalho, com escrivaninha e acesso à Internet, para um docente, coordenador do laboratório. Este laboratório abriga as seguintes componentes curriculares: Montagem Cênica: Práticas Vocais; Oficina de Música (optativa). Este laboratório também tem sido utilizado como sala multiuso para reuniões e aulas teórico- práticas, além de abrigar atividades de pesquisa e extensão da área de música e sonoplastia.

5.2.2 - Coordenação de curso

A Coordenação de Curso de Licenciatura em Teatro funciona no Bloco de Apoio Logístico e Acadêmico II, sala 13, em espaço que inclui:

- * Sala de recepção e atendimento pela secretaria de Curso;
- * Sala de trabalho e atendimento da Coordenação de Curso.

Todo o espaço conta com mobiliário de escritório, climatização e computadores com acesso à internet e aos sistemas institucionais de registro e controle acadêmico, gestão e acompanhamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5.2.3 - Bloco de salas de professores

5.2.4 - Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)

Este projeto pedagógico não prevê produção ou distribuição de material didático.

6 - REFERÊNCIAS

ALVES, D. de S. Entre experiências e criações: ensinar e aprender arte como processo de formação. Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Vitória-ES, v. 27, n. 2, p. 163-179, jul./dez. 2021.

BRASIL. Decreto n. 6.872 de 4 de junho de 2009.

BRASIL. Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Decreto n. 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

BRASIL. Lei n. 11.794, de 8 de outubro de 2008.

BRASIL. Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008.

BRASIL. Lei n. 11.104, de 21 de março de 2005.

BRASIL. Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

BRASIL. Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES n. 4/2004 de 8 de março de 2004.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 2/2019 de 20 de dezembro de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 7/2018 de 18 de dezembro de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 2/2015, de 1º de julho de 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 1/2012 de 30 de maio de 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 1/2004 de 17 de junho de 2004.

DUBATTI, J. A pandemia revelou o poder do convívio. [Entrevista concedida a] Márcio Bastos. Continente, Recife- PE, Edição #244, abril, 2021. Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/edicoes/240/ra-pandemia-revelou-o-poder-do-convivior>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

NARDIM, T. L.; FERREIRA, G. H. L. Artes e Mídias: um panorama por pesquisadores da Amazônia brasileira. EduFT, Portal de Livros da Editora, v. 1, n. 47, p. Lv47, 23 dez. 2020.

NOFFS, N. A. A brinquedoteca em construção. In: OLIVEIRA, V. de B. O brincar do nascimento aos seis anos. Petrópolis: Vozes, 2000.

NORONHA, M. M. de O; BESSA-OLIVEIRA, M. A. Corpos roubados nos saberes do ensino de Arte. Revista da FUNDARTE, Montenegro, p.417-437, ano 19, nº 37, Janeiro/Março. 2019.

SHULMAN, L. S. Knowledge and teaching: foundations of a new reform. Harvard Educational Review, v. 57, n. 1, p. 1-22, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Regimento acadêmico da Universidade Federal do

Tocantins. 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE/UFT n. 26/2021 de 11 de agosto de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE/UFT n. 14/2020 de 08 de dezembro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE/UFT n. 05/2020 de 02 de setembro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE/UFT n. 03/2015 de 25 de fevereiro de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE/UFT n. 09/2005 de 16 de dezembro de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



**REGIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS**

1. DA ESTRUTURA DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Art. 1º - O Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins, doravante denominado Curso de Teatro, faz parte do Projeto de Expansão da UFT, aprovado pelo REUNI, e atende, no que couber, suas diretrizes didáticas, pedagógicas e administrativas, até que haja resolução em contrário.

Art. 2º - O Curso de Teatro tem um Colegiado próprio.

Art 3º - O Curso de Teatro compõe-se pelos seguintes órgãos:

- I. Colegiado de Curso;
- II. Coordenação de Curso;
- III. Secretaria de Curso;
- IV. Núcleo Docente Estruturante;
- V. Coordenação de TCC;
- VI. Coordenações de Laboratórios do Curso.

Art. 4º - O Colegiado é o órgão consultivo, deliberativo e normativo do Curso de Teatro.

Parágrafo único: As deliberações do Colegiado são supremas dentro das competências designadas aos cursos na Universidade Federal do Tocantins.

Art. 5º - São membros do Colegiado:

- I. docentes efetivos do Curso de Teatro;
- II. servidores/as técnicos/as efetivos lotados no Curso de Teatro, exceto aqueles em cargo de natureza administrativa, constituindo, em número, no máximo 1/5 dos professores efetivos do curso.
- III. representantes discentes do Curso de Teatro, nos termos disciplinados pelo Art. 59 do Estatuto da UFT e Art. 36 do Regimento Geral da UFT, constituindo, em número, 1/3 dos professores efetivos do curso.

Art. 6º - O Colegiado é presidido pelo/a Coordenador/a de Curso.

Parágrafo único: A substituição do/a Coordenador/a, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, dar-se-á:

- I. pelo/a Coordenador/a Substituto/a;
- II. em caso de indisponibilidade do Coordenador/a Substituto/a, o/a professor/a com mais tempo de carreira docente na instituição atuará como presidente da Comissão Eleitoral para eleição de novo/a coordenador/a.

Art. 7º - As atas de quaisquer reuniões realizadas no contexto do Curso de Teatro, inclusive as de reuniões de Colegiado de Curso, de NDE de Curso e outras, serão lavradas por servidor/a técnico/a em função de secretariado de curso ou por professor/a designado/a para esta função quando da ausência de servidor/a técnico/a.

2. DO COLEGIADO DE CURSO

SEÇÃO I – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º - Compete ao Colegiado do Curso de Teatro:

- I. exercer, como órgão consultivo e deliberativo, as atribuições de interesse do Curso de Teatro que não forem de competência exclusiva de outros órgãos da Universidade;
- II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE os projetos pedagógicos do Curso de Teatro, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a seqüência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos, em consonância com as orientações institucionais e legais;
- III. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE, as necessárias modificações nos projetos pedagógicos e nos programas e ofertas das disciplinas, considerando as exigências da formação profissional pretendida pelos cursos;
- IV. avaliar a execução didático-pedagógica dos projetos pedagógicos, sempre objetivando a qualidade do ensino;
- V. avaliar, e aprovar e superintender os Planos de Ensino, além de fiscalizar o desempenho do ensino, das disciplinas que se incluam na organização curricular do Curso;

- VI. planejar, executar e avaliar o Plano Anual de Trabalho do Curso de Teatro;
- VII. aprovar, acompanhar e avaliar semestralmente o Plano Individual de Trabalho dos/das docentes do Curso de Teatro.
- VIII. elaborar planos pedagógicos diferenciados para atender os alunos em tratamento especial de regime domiciliar, como previsto no Regimento Acadêmico da UFT.
- IX. apreciar e deliberar sobre a necessidade e a viabilidade do oferecimento de Ofertas Especiais de disciplina, como previsto no Regimento Acadêmico da UFT.
- X. promover e deliberar sobre integração das áreas de conhecimentos e das atividades acadêmicas do Curso de Teatro;
- XI. definir os regulamentos dos estágios, de atividades pedagógicas complementares, de trabalho de conclusão de curso e de outros componentes curriculares previstos na legislação educacional;
- XII. submeter semestralmente ao conhecimento da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) proposta da lista de oferta de atividades acadêmicas, em acordo com o calendário acadêmico;
- XIII. analisar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) sobre matéria de sua competência;
- XIV. dar parecer em instância final sobre decisões de interesse do Curso de Teatro;
- XV. decidir sobre processos de revalidação de diplomas, conforme as normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- XVI. dar parecer sobre ações de Iniciação Científica e Extensão Universitária, quando de sua competência;
- XVII. propugnar para que o Curso de Teatro se mantenha atualizados;
- XVIII. constituir comissões especiais para estudo de assuntos de interesse e propostas pertinentes ao Colegiado;

- XIX. eleger entre seus membros os/as Coordenadores/as de Curso (Coordenador/a e Coordenador/a Substituto/a); Coordenadores/as de Laboratórios; Coordenadores/a de TCC e Presidente/a do NDE, conforme normativas pertinentes;
- XX. elaborar e aprovar o respectivo Plano de Qualificação e Formação Docente (PQFD) e suas alterações, submetendo-o à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- XXI. formular e aprovar anualmente o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e submetê-lo à Coordenação de Gestão de Pessoas do Câmpus, conforme calendário;
- XXII. tomar ciência da progressão funcional por titulação do docente, mediante a apresentação do título obtido de mestre ou doutor pelo solicitante;
- XXIII. aprovar em primeira instância requerimentos sobre redistribuição de docentes;
- XXIV. definir e remeter ao Conselho Diretor do Campus de Palmas a caracterização das vagas para docentes, técnicos e assistentes administrativos do Curso de Teatro;
- XXV. avaliar criteriosamente em primeira instância solicitações de afastamentos para interesse pessoal, reavaliando-as quando se fizer necessário;
- XXVI. aplicar as normas existentes visando à manutenção, no âmbito do Curso de Teatro, de um regime de trabalho que obedeça aos princípios da gestão pública;
- XXVII. decidir sobre casos concretos, aplicando as normas estabelecidas em vigência;
- XXVIII. interpretar as normas em vigência e deliberar sobre casos omissos.

SEÇÃO II – DAS REUNIÕES

Art. 9º - O Colegiado do Curso de Teatro reunir-se-á em sessões ordinárias ou extraordinárias.

Art. 10º - As reuniões de Colegiado têm por padrão a realização de maneira física, presencial, com realização no Câmpus Universitário de Palmas da Universidade Federal do Tocantins.

Parágrafo único: As reuniões de Colegiado poderão acontecer de modo remoto (virtual) após consulta realizada pelo/a Coordenador/a de Curso, por e-mail, em momento anterior à convocação da reunião em questão, em que expressem concordância com a modalidade ao menos $\frac{2}{3}$ dos membros do Colegiado.

Art. 11 - O comparecimento às reuniões do Colegiado do Curso de Teatro é obrigatório aos membros docentes e constitui a principal tarefa do docente efetivo, conforme previsto no conjunto normativo da UFT, segundo o qual a referida reunião é atividade de importância superior a aulas e outras atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 12 - As reuniões do Colegiado obedecerão ao seguinte:

- I. as reuniões do Colegiado serão públicas em relação à comunidade acadêmica, ressalvado questões que, pelas circunstâncias e/ou pela natureza, mereçam sigilo;
- II. terão direito a voz e voto os membros do Colegiado do Curso de Teatro;
- III. terão direito a voto apenas os membros efetivos do Colegiado presentes na reunião;
- IV. o Colegiado reunir-se-á, ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente quando convocados pelo/a Coordenador/a de Curso, por $\frac{1}{3}$ (um terço) absoluto de seus membros ou pelas Pró-Reitorias da UFT;
- V. às reuniões do Colegiado poderão comparecer, quando convocados ou convidados, especialistas, docentes, alunos ou membros do corpo técnico-administrativo, para fins de assessoramento ou para prestar esclarecimentos sobre assuntos que lhes forem pertinentes, desde que não acarrete ônus para a UFT;
- VI. os assistentes convidados podem ter voz durante a reunião em que participam caso não haja motivo, razão, circunstância ou contingência que indique o contrário, não se tratando, portanto, de direito garantido.

Art. 13 - A convocação das reuniões será sempre por escrito, enviada via email para o e-mail institucional dos membros do Colegiado do Curso de Teatro, com antecedência mínima de 48 horas (quarenta e oito horas), com a indicação da pauta dos assuntos a serem tratados na sessão e a natureza da reunião, se ordinária ou extraordinária.

§ 1º - Pode haver sugestão de alteração de pauta após a convocação, mas a pauta somente poderá ser definitivamente alterada, com a inclusão ou exclusão de pontos e alteração de sua ordem, na própria reunião, por deliberação do Colegiado.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão realizadas quando houver assunto urgente a tratar, sempre com pauta única, por convocação do Coordenador do Curso ou por 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado, ou pelas Pró-Reitorias da UFT.

§ 3º - A convocação de sessão extraordinária por 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado será requerida ao/à Coordenador/a do Curso de Teatro e, caso este não atenda ao pedido, os docentes poderão se reunir, lavrando ata do ocorrido.

Art. 14 - O membro titular do Colegiado que deixar de comparecer à reunião para a qual foi convocado deverá apresentar comprovante que justifique sua ausência por e-mail, ao Coordenador do Curso, no prazo máximo de 12 horas após a reunião.

Parágrafo único: O docente que faltar sem apresentar comprovante que justifique sua ausência, em acordo com as normativas vigentes, estará sujeito às sanções previstas na resolução no 12/2006 do CONSUNI.

Art. 15 - As reuniões do Colegiado serão instaladas, em primeira convocação, no horário exato para o qual foram convocadas desde que contando com a presença de 1/3 de seus membros e, em segunda convocação, 15 (quinze) minutos após, com no mínimo 04 (quatro) membros do Colegiado, incluído/a o/a Coordenador/a.

Parágrafo único: as deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros do Colegiado presentes na reunião, exceto do/a Coordenador/a, cujo voto dar-se-á apenas na ocorrência de empate, para fins de desempate (“voto de Minerva”).

Art. 16 - As reuniões do Colegiado constarão de três ou quatro partes:

- I. a primeira parte será destinada à apresentação da pauta, sendo que a inclusão, exclusão e modificação de ordem de assuntos após o registrado na Convocação só poderão ser aprovadas após apreciação e deliberação do Colegiado;
- II. a segunda parte será composta pela apresentação dos informes cujo registro na ata de reunião seja necessário;

- III. a terceira parte será composta pela a ordem do dia, destinada à discussão e votação das matérias constantes da pauta, com ou sem as alterações previstas no inciso II deste artigo;
- IV. a quarta parte, sujeita à disponibilidade de tempo, será composta por avisos e notícias dos professores aos pares (informações cujo registro em ata não seja imprescindível).

Art. 17 - Iniciada a votação, serão observados os seguintes preceitos:

- I. a votação será nominal e aberta;
- II. qualquer membro poderá fazer consignar em ata, expressamente, o seu voto;
- III. nenhum membro poderá votar nas deliberações em que esteja diretamente envolvido, ou seu cônjuge, descendentes, ascendentes ou colaterais, estes até o 3o (terceiro) grau;
- IV. o presidente da reunião somente poderá votar em caso de empate nas deliberações do Colegiado;
- V. os membros do Colegiado terão direito apenas a um (1) voto nas deliberações, não sendo permitido o voto de quem não esteja presente na reunião.

Parágrafo único: Será considerado presente na reunião aquele que estiver fisicamente presente na sala de reunião no momento de votação, em caso de reuniões presenciais, ou conectado e presente à sala virtual de reuniões de modo verificável, por meio de login e câmera aberta em sua conta institucional, em caso de reuniões remotas.

Art. 18 - Do que se passar na sessão, o/a Secretário/a do curso e/ou Assistente em Administração lotado no curso lavrará ata circunstanciada, fazendo dela constar:

- I. a natureza da reunião, o dia, a hora, o local e o nome de seu Presidente;
- II. nomes dos membros presentes e dos membros que justificaram suas respectivas ausências;
- III. relato dos informes;
- IV. discussão dos assuntos da ordem do dia, deliberações, declarações de voto e ocorrências afins;
- V. outras declarações que os membros do colegiado solicitem que conste em ata;

VI. propostas e encaminhamentos, após a ordem do dia.

Parágrafo único: A confecção da ata por parte do/da Secretário/a do curso e/ou Assistente em Administração lotado no curso deve ser considerada atividade prioritária, exceto recomendação expressa em contrário do/a Coordenador/a de Curso;

Art. 19 - Após elaboração da ata da reunião, o/a Secretário/a do curso e/ou Assistente em Administração lotado no curso encaminhará a ata por e-mail aos membros do Colegiado de Curso, comunicando o prazo de 48 horas para solicitação de correções ou contestações;

Art. 20 - Os docentes devem solicitar correções ou realizar correções à ata dentro do prazo previsto no Art. 20, respondendo ao e-mail de envio da ata com o recurso “responder para todos”, dando publicidade de sua solicitação a todos os membros do Colegiado de Curso;

Art. 21 - Findo o prazo previsto no Art. 20, o/a Secretário/a do curso e/ou Assistente em Administração lotado no curso realizará as modificações solicitadas pelos membros do Colegiado e então encaminhará a ata por e-mail a todos os membros do Colegiado para aprovação.

Art. 22 - Os membros do Colegiado devem manifestar sua aprovação ou reprovação por e-mail, em resposta ao e-mail de envio da ata finalizada, utilizando o recurso “responder para todos”, dando publicidade de sua solicitação a todos os membros do Colegiado de Curso.

Art. 23 - Os membros do Colegiado de Curso têm até 48 horas, após divulgação, para manifestar a aprovação ou reprovação da ata.

3. DA COORDENAÇÃO DO CURSO

SEÇÃO I – DO/A COORDENADOR/A

Art. 24 - A Coordenação é órgão operacional e executivo da administração do Curso de Teatro, sendo representada pelo/a Coordenador/a do Curso ou por seu/sua substituto/a.

Art. 25 - O/A Coordenador/a do Curso de Teatro será escolhido/a por eleição, por meio de voto secreto, procedida pelo Colegiado de Cursos em consonância com o calendário institucional.

Art. 26 - A eleição do/a Coordenador/a do Curso de Teatro seguirá o conjunto normativo institucional que rege a matéria.

SEÇÃO II – DAS ATRIBUIÇÕES DO/A COORDENADOR/A

Art. 27 - O/A Coordenador/a do Curso de Teatro é o representante do Cursos de Teatro, cabendo-lhe coordenar e supervisionar as atividades do Curso.

Art. 28 - Compete ao Coordenador do Curso de Teatro ou ao seu substituto em exercício da Coordenação, conforme parágrafo único do art. 2º do Regimento Geral da UFT:

- I. representar o Curso de Teatro no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- II. representar o Curso de Teatro no Conselho Diretor do Câmpus de Palmas (CONDIR);
- III. presidir os trabalhos do Colegiado de Curso de Teatro;
- IV. propor ao Diretor do Campus de Palmas a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Campus;
- V. responder, perante o CONSEPE, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do Curso de Teatro;
- VI. expedir instruções referentes ao Curso de Teatro;
- VII. representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nas normas ou objetivos fixados para o Curso de Teatro;
- VIII. convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso de Teatro;
- IX. coordenar as atividades do Colegiado do Curso de Teatro;
- X. comunicar e encaminhar todas as deliberações do Colegiado a quem de direito, para que sejam cumpridas;
- XI. adotar medidas de urgência, *ad referendum* do Colegiado do Curso de Teatro;
- XII. validar as justificativas de faltas dos docentes nas atividades administrativas e didáticas do Curso de Teatro;

- XIII. atestar a participação dos docentes em atividades de comissões, comitês e grupos de trabalhos de interesse do curso, atribuindo carga horária pertinente a estas atividades;
- XIV. solicitar aos docentes o preenchimento e entrega dos Planos de Ensino nos prazos estabelecidos;
- XV. solicitar aos docentes o preenchimento e entrega dos diários no respectivo sistema nos prazos estabelecidos, tendo em vista as determinações legais que obrigam a composição, entrega e publicização de tais documentos;
- XVI. organizar a distribuição e os horários das disciplinas nos semestres letivos com o apoio e aprovação do colegiado de curso;
- XVII. solicitar a contratação temporária de docentes, quando necessário;
- XVIII. realocar docente para o atendimento de disciplinas afins à área de formação do mesmo, quando necessário sob consulta ;
- XIX. representar e/ou delegar membros do Colegiado como representantes do Curso de Teatro em atividades internas e externas da UFT sob consulta;
- XX. requisitar ciência dos comunicados enviados por e-mail aos/às docentes;
- XXI. apresentar para o Colegiado na primeira reunião do ano ou do semestre, o calendário das reuniões ordinárias para aprovação e conhecimento.

3. DA COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 29 - A organização dos trabalhos de conclusão de curso ficará a cargo do/a Coordenador/a de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

Art. 30 - O/A Coordenador/a de TCC será, o/a docente eleito/a, preferencialmente por consenso, em reunião colegiada.

Art. 31 - O/A Coordenador/a de TCC terá mandato de 2 (dois) anos, passíveis de renovação e de interrupção pelo interesse do próprio e/ou do colegiado.

Art. 32 - São atribuições do/a Coordenador/a de TCC aquelas informadas em REGULAMENTO específico da atividade, desenvolvido, revisto, aprovado e publicizado pelo colegiado com a periodicidade que se fizer necessária.

4. DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE

Art. 33 - A representação dos discentes do curso de Licenciatura em Teatro corresponderá a um quinto do número de docentes efetivos no Colegiado do Curso de Teatro, conforme previsto no Art. 36, Parágrafo Único, do Regimento Geral da UFT.

§ 1º - O Colegiado do Curso de Teatro estimulará e apoiará a criação e manutenção do do Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em Teatro, cabendo aos estudantes sua regularização e gestão.

§ 2º - Cabe aos membros da chapa eleita para o Centro Acadêmico a indicação dos representantes estudantis que comporão o colegiado, enviando à coordenação de curso o nome e número de matrícula dos designados.

5. DO/A SECRETÁRIO/A DO CURSO E/OU SERVIDOR TÉCNICO ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO LOTADO NO CURSO E/OU SECRETARIA E/OU COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 34 - Compete ao/à servidor/a:

- I. realizar as atribuições designadas pelo/a Coordenador/a do Curso de Teatro;
- II. elaborar e enviar por e-mail, segundo instruções do/a Coordenador/a de Curso, a convocação das reuniões do Colegiado, conforme indicação do/a Coordenador/a;
- III. secretariar as reuniões do Colegiado de Teatro;
- IV. lavrar atas das reuniões do Colegiado;
- V. redigir ofícios, memorandos e demais documentos que traduzam as decisões tomadas pelo Colegiado;
- VI. guardar todo o material da Secretaria de Curso e manter atualizados e racionalmente organizados os respectivos registros, sejam eles físicos ou digitais, de acordo com a política de gestão de recursos e documentos da UFT;

- VII. registrar o comparecimento dos membros às reuniões e a apresentação de das comprovações que justifiquem as ausências;
- VIII. gerenciar a tramitação dos processos encaminhados ao Colegiado do Curso e pelo colegiado de curso;
- IX. gerenciar os procedimentos informatizados disponibilizados pela UFT, tais como SISMA, SEI, SIE e outros que se façam necessários à administração do Curso;
- X. executar os requerimentos dos docentes, quando autorizados pelo/a Coordenador/a do Curso;
- XI. realizar semestralmente ou conforme demanda o lançamento da oferta de disciplinas no sistema correspondente e respectivo ensalamento;
- XII. responsabilizar-se pelo atendimento ao público na Sala da Secretaria do Curso de Teatro, quando tratar-se de tema de sua competência;
- XIII. utilizar sistemas de administração e gestão de fluxos, procedimentos e processos do Curso de acordo com as orientações do/a Coordenador/a de Curso;
- XIV. não solicitar ou gozar de férias em período previsto no calendário acadêmico para lançamento de oferta, matrículas, renovação de matrículas, ajuste de matrículas e primeiras semanas de aulas, salvo expressa concordância do/a Coordenador/a de Curso;
- XV. responsabilizar-se pela administração da caixa de e-mails do curso, realizando atendimento eficiente e rápido das demandas apresentadas, certificando-se de que nenhum e-mail recebido seja deixado sem resposta adequada ou sem encaminhamento procedente por mais de 48 horas, ou outro período que venha a ser expressamente acordado, de acordo com as contingências;
- XVI. outras atribuições poderão ser designadas de acordo com os entendimentos e práticas institucionais em vigor, em respeito à descrição do cargo (CBO - 4110-10) e à função.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35 - A representação dos membros do Colegiado do Curso é indelegável, salvo nos casos de substituições previstas no Estatuto ou no Regimento Geral da UFT.

Art. 36 - Os casos omissos ou de interpretação deste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, por deliberação interna, complementando as disposições deste documento.

Art. 37 - Este Regimento poderá ser reformado total ou parcialmente pelo voto favorável da maioria absoluta dos membros do Colegiado do Curso.

Parágrafo único: As propostas de reforma do Regimento poderão ser apresentadas pelo Coordenador do curso ou pela reunião de 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado.

Art. 38 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua data de aprovação, em 18 de junho de 2022.

Art. 39 - Às decisões do Colegiado, cabe recurso à PROGRAD, de acordo com o fluxo previsto em normativas institucionais.

PALMAS, 18 de junho de 2022

COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

CERTIDÃO DE ATA

Certificamos que, na 7ª Reunião Ordinária do Curso de Licenciatura em Teatro no Ano de 2022, realizada dia 07 de julho de 2022, O Colegiado aprovou a revisão do Projeto Pedagógico de Curso, para atualização do PPC em atendimento à Resolução CNE/CP n. 2 de 20 de dezembro de 2019, à Resolução CNE/CP n. 7 de 18 de dezembro de 2018 e demais normativas e legislações pertinentes.

Coordenação do Curso de Teatro, aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois.



THAISE LUCIANE NARDIM
Coordenadora de curso

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Avenida NS15, ALCNO-14 - Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3232-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



DECLARAÇÃO

Declaramos que até o presente momento não foi obtida a ata de aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro, versão 2022 no Conselho Diretor do Câmpus Universitário de Palmas.

Presidência do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Teatro, aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'H. Martins Oliveira', is positioned above the printed name.

HEITOR MARTINS OLIVEIRA
Presidente - NDE Teatro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



**REGIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS**

1 DA ESTRUTURA DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Art. 1º - O Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins, doravante denominado Curso de Teatro, faz parte do Projeto de Expansão da UFT, aprovado pelo REUNI, e atende, no que couber, suas diretrizes didáticas, pedagógicas e administrativas, até que haja resolução em contrário.

Art. 2º - O Curso de Teatro tem um Colegiado próprio.

Art 3º - O Curso de Teatro compõe-se pelos seguintes órgãos:

- I. Colegiado de Curso;
- II. Coordenação de Curso;
- III. Secretaria de Curso;
- IV. Núcleo Docente Estruturante;
- V. Coordenação de TCC;
- VI. Coordenações de Laboratórios do Curso.

Art. 4º - O Colegiado é o órgão consultivo, deliberativo e normativo do Curso de Teatro.

Parágrafo único: As deliberações do Colegiado são supremas dentro das competências designadas aos cursos na Universidade Federal do Tocantins.

Art. 5º - São membros do Colegiado:

- I. docentes efetivos do Curso de Teatro;
- II. servidores/as técnicos/as efetivos lotados no Curso de Teatro, exceto aqueles em cargo de natureza administrativa, constituindo, em número, no máximo 1/5 dos professores efetivos do curso.
- III. representantes discentes do Curso de Teatro, nos termos disciplinados pelo Art. 59 do Estatuto da UFT e Art. 36 do Regimento Geral da UFT, constituindo, em número, 1/3 dos professores efetivos do curso.

Art. 6º - O Colegiado é presidido pelo/a Coordenador/a de Curso.

Parágrafo único: A substituição do/a Coordenador/a, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, dar-se-á:

- I. pelo/a Coordenador/a Substituto/a;
- II. em caso de indisponibilidade do Coordenador/a Substituto/a, o/a professor/a com mais tempo de carreira docente na instituição atuará como presidente da Comissão Eleitoral para eleição de novo/a coordenador/a.

Art. 7º - As atas de quaisquer reuniões realizadas no contexto do Curso de Teatro, inclusive as de reuniões de Colegiado de Curso, de NDE de Curso e outras, serão lavradas por servidor/a técnico/a em função de secretariado de curso ou por professor/a designado/a para esta função quando da ausência de servidor/a técnico/a.

2 DO COLEGIADO DE CURSO

SEÇÃO 1 – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º - Compete ao Colegiado do Curso de Teatro:

- I. exercer, como órgão consultivo e deliberativo, as atribuições de interesse do Curso de Teatro que não forem de competência exclusiva de outros órgãos da Universidade;
- II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE os projetos pedagógicos do Curso de Teatro, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos, em consonância com as orientações institucionais e legais;
- III. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE, as necessárias modificações nos projetos pedagógicos e nos programas e ofertas das disciplinas, considerando as exigências da formação profissional pretendida pelos cursos;
- IV. avaliar a execução didático-pedagógica dos projetos pedagógicos, sempre objetivando a qualidade do ensino;
- V. avaliar, e aprovar e superintender os Planos de Ensino, além de fiscalizar o desempenho do ensino, das disciplinas que se incluam na organização curricular do Curso;
- VI. planejar, executar e avaliar o Plano Anual de Trabalho do Curso de Teatro;
- VII. aprovar, acompanhar e avaliar semestralmente o Plano Individual de Trabalho dos/das docentes do Curso de Teatro.
- VIII. elaborar planos pedagógicos diferenciados para atender os alunos em tratamento especial de regime domiciliar, como previsto no Regimento Acadêmico da UFT.
- IX. apreciar e deliberar sobre a necessidade e a viabilidade do oferecimento de Ofertas Especiais de disciplina, como previsto no Regimento Acadêmico da UFT.
- X. promover e deliberar sobre integração das áreas de conhecimentos e das atividades acadêmicas do Curso de Teatro;
- XI. definir os regulamentos dos estágios, de atividades pedagógicas complementares, de trabalho de conclusão de curso e de outros componentes curriculares previstos na legislação educacional;
- XII. submeter semestralmente ao conhecimento da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) proposta da lista de oferta de atividades acadêmicas, em acordo com o calendário acadêmico;
- XIII. analisar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) sobre matéria de sua competência;
- XIV. dar parecer em instância final sobre decisões de interesse do Curso de Teatro;
- XV. decidir sobre processos de revalidação de diplomas, conforme as normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- XVI. dar parecer sobre ações de Iniciação Científica e Extensão Universitária, quando de sua competência;
- XVII. propugnar para que o Curso de Teatro se mantenha atualizados;
- XVIII. constituir comissões especiais para estudo de assuntos de interesse e propostas pertinentes ao Colegiado;
- XIX. eleger entre seus membros os/as Coordenadores/as de Curso (Coordenador/a e Coordenador/a Substituto/a); Coordenadores/as de Laboratórios; Coordenadores/a de TCC e Presidente/a do NDE, conforme normativas pertinentes;
- XX. elaborar e aprovar o respectivo Plano de Qualificação e Formação Docente (PQFD) e suas alterações, submetendo-o à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- XXI. formular e aprovar anualmente o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e submetê-lo à Coordenação de Gestão de Pessoas do Câmpus, conforme calendário;

- XXII. tomar ciência da progressão funcional por titulação do docente, mediante a apresentação do título obtido de mestre ou doutor pelo solicitante;
- XXIII. aprovar em primeira instância requerimentos sobre redistribuição de docentes;
- XXIV. definir e remeter ao Conselho Diretor do Campus de Palmas a caracterização das vagas para docentes, técnicos e assistentes administrativos do Curso de Teatro;
- XXV. avaliar criteriosamente em primeira instância solicitações de afastamentos para interesse pessoal, reavaliando-as quando se fizer necessário;
- XXVI. aplicar as normas existentes visando à manutenção, no âmbito do Curso de Teatro, de um regime de trabalho que obedeça aos princípios da gestão pública;
- XXVII. decidir sobre casos concretos, aplicando as normas estabelecidas em vigência;
- XXVIII. interpretar as normas em vigência e deliberar sobre casos omissos.

SEÇÃO 2 – DAS REUNIÕES

Art. 9º - O Colegiado do Curso de Teatro reunir-se-á em sessões ordinárias ou extraordinárias.

Art. 10º - As reuniões de Colegiado têm por padrão a realização de maneira física, presencial, com realização no Câmpus Universitário de Palmas da Universidade Federal do Tocantins.

Parágrafo único: As reuniões de Colegiado poderão acontecer de modo remoto (virtual) após consulta realizada pelo/a Coordenador/a de Curso, por e-mail, em momento anterior à convocação da reunião em questão, em que expressem concordância com a modalidade ao menos $\frac{2}{3}$ dos membros do Colegiado.

Art. 11 - O comparecimento às reuniões do Colegiado do Curso de Teatro é obrigatório aos membros docentes e constitui a principal tarefa do docente efetivo, conforme previsto no conjunto normativo da UFT, segundo o qual a referida reunião é atividade de importância superior a aulas e outras atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 12 - As reuniões do Colegiado obedecerão ao seguinte:

- I. as reuniões do Colegiado serão públicas em relação à comunidade acadêmica, ressalvado questões que, pelas circunstâncias e/ou pela natureza, mereçam sigilo;
- II. terão direito a voz e voto os membros do Colegiado do Curso de Teatro;
- III. terão direito a voto apenas os membros efetivos do Colegiado presentes na reunião;
- IV. o Colegiado reunir-se-á, ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente quando convocados pelo/a Coordenador/a de Curso, por $\frac{1}{3}$ (um terço) absoluto de seus membros ou pelas Pró-Reitorias da UFT;
- V. às reuniões do Colegiado poderão comparecer, quando convocados ou convidados, especialistas, docentes, alunos ou membros do corpo técnico-administrativo, para fins de assessoramento ou para prestar esclarecimentos sobre assuntos que lhes forem pertinentes, desde que não acarrete ônus para a UFT;
- VI. os assistentes convidados podem ter voz durante a reunião em que participam caso não haja motivo, razão, circunstância ou contingência que indique o contrário, não se tratando, portanto, de direito garantido.

Art. 13 - A convocação das reuniões será sempre por escrito, enviada via email para o e-mail institucional dos membros do Colegiado do Curso de Teatro, com antecedência mínima de 48 horas (quarenta e oito horas), com a indicação da pauta dos assuntos a serem tratados na sessão e a natureza da reunião, se ordinária ou extraordinária.

§ 1º - Pode haver sugestão de alteração de pauta após a convocação, mas a pauta somente poderá ser definitivamente alterada, com a inclusão ou exclusão de pontos e alteração de sua ordem, na própria reunião, por deliberação do Colegiado.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão realizadas quando houver assunto urgente a tratar, sempre com pauta única, por convocação do Coordenador do Curso ou por 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado, ou pelas Pró-Reitorias da UFT.

§ 3º - A convocação de sessão extraordinária por 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado será requerida ao/à Coordenador/a do Curso de Teatro e, caso este não atenda ao pedido, os docentes poderão se reunir, lavrando ata do ocorrido.

Art. 14 - O membro titular do Colegiado que deixar de comparecer à reunião para a qual foi convocado deverá apresentar comprovante que justifique sua ausência por e-mail, ao Coordenador do Curso, no prazo máximo de 12 horas após a reunião.

Parágrafo único: O docente que faltar sem apresentar comprovante que justifique sua ausência, em acordo com as normativas vigentes, estará sujeito às sanções previstas na resolução no 12/2006 do CONSUNI.

Art. 15 - As reuniões do Colegiado serão instaladas, em primeira convocação, no horário exato para o qual foram convocadas desde que contando com a presença de 1/3 de seus membros e, em segunda convocação, 15 (quinze) minutos após, com no mínimo 04 (quatro) membros do Colegiado, incluído/a o/a Coordenador/a.

Parágrafo único: as deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros do Colegiado presentes na reunião, exceto do/a Coordenador/a, cujo voto dar-se-á apenas na ocorrência de empate, para fins de desempate (“voto de Minerva”).

Art. 16 - As reuniões do Colegiado constarão de três ou quatro partes:

- I. a primeira parte será destinada à apresentação da pauta, sendo que a inclusão, exclusão e modificação de ordem de assuntos após o registrado na Convocação só poderão ser aprovadas após apreciação e deliberação do Colegiado;
- II. a segunda parte será composta pela apresentação dos informes cujo registro na ata de reunião seja necessário;
- III. a terceira parte será composta pela a ordem do dia, destinada à discussão e votação das matérias constantes da pauta, com ou sem as alterações previstas no inciso II deste artigo;
- IV. a quarta parte, sujeita à disponibilidade de tempo, será composta por avisos e notícias dos professores aos pares (informações cujo registro em ata não seja imprescindível).

Art. 17 - Iniciada a votação, serão observados os seguintes preceitos:

- I. a votação será nominal e aberta;
- II. qualquer membro poderá fazer consignar em ata, expressamente, o seu voto;
- III. nenhum membro poderá votar nas deliberações em que esteja diretamente envolvido, ou seu cônjuge, descendentes, ascendentes ou colaterais, estes até o 3º (terceiro) grau;
- IV. o presidente da reunião somente poderá votar em caso de empate nas deliberações do Colegiado;

- V. os membros do Colegiado terão direito apenas a um (1) voto nas deliberações, não sendo permitido o voto de quem não esteja presente na reunião.

Parágrafo único: Será considerado presente na reunião aquele que estiver fisicamente presente na sala de reunião no momento de votação, em caso de reuniões presenciais, ou conectado e presente à sala virtual de reuniões de modo verificável, por meio de login e câmera aberta em sua conta institucional, em caso de reuniões remotas.

Art. 18 - Do que se passar na sessão, o/a Secretário/a do curso e/ou Assistente em Administração lotado no curso lavrará ata circunstanciada, fazendo dela constar:

- I. a natureza da reunião, o dia, a hora, o local e o nome de seu Presidente;
- II. nomes dos membros presentes e dos membros que justificaram suas respectivas ausências;
- III. relato dos informes;
- IV. discussão dos assuntos da ordem do dia, deliberações, declarações de voto e ocorrências afins;
- V. outras declarações que os membros do colegiado solicitem que conste em ata;
- VI. propostas e encaminhamentos, após a ordem do dia.

Parágrafo único: A confecção da ata por parte do/da Secretário/a do curso e/ou Assistente em Administração lotado no curso deve ser considerada atividade prioritária, exceto recomendação expressa em contrário do/a Coordenador/a de Curso;

Art. 19 - Após elaboração da ata da reunião, o/a Secretário/a do curso e/ou Assistente em Administração lotado no curso encaminhará a ata por e-mail aos membros do Colegiado de Curso, comunicando o prazo de 48 horas para solicitação de correções ou contestações;

Art. 20 - Os docentes devem solicitar correções ou realizar correções à ata dentro do prazo previsto no Art. 20, respondendo ao e-mail de envio da ata com o recurso “responder para todos”, dando publicidade de sua solicitação a todos os membros do Colegiado de Curso;

Art. 21 - Findo o prazo previsto no Art. 20, o/a Secretário/a do curso e/ou Assistente em Administração lotado no curso realizará as modificações solicitadas pelos membros do Colegiado e então encaminhará a ata por e-mail a todos os membros do Colegiado para aprovação.

Art. 22 - Os membros do Colegiado devem manifestar sua aprovação ou reprovação por e-mail, em resposta ao e-mail de envio da ata finalizada, utilizando o recurso “responder para todos”, dando publicidade de sua solicitação a todos os membros do Colegiado de Curso.

Art. 23 - Os membros do Colegiado de Curso têm até 48 horas, após divulgação, para manifestar a aprovação ou reprovação da ata.

3 DA COORDENAÇÃO DO CURSO

SEÇÃO I – DO/A COORDENADOR/A

Art. 24 - A Coordenação é órgão operacional e executivo da administração do Curso de Teatro, sendo representada pelo/a Coordenador/a do Curso ou por seu/sua substituto/a.

Art. 25 - O/A Coordenador/a do Curso de Teatro será escolhido/a por eleição, por meio de voto secreto, procedida pelo Colegiado de Cursos em consonância com o calendário institucional.

Art. 26 - A eleição do/a Coordenador/a do Curso de Teatro seguirá o conjunto normativo institucional que rege a matéria.

SEÇÃO II – DAS ATRIBUIÇÕES DO/A COORDENADOR/A

Art. 27 - O/A Coordenador/a do Curso de Teatro é o representante do Cursos de Teatro, cabendo-lhe coordenar e supervisionar as atividades do Curso.

Art. 28 - Compete ao Coordenador do Curso de Teatro ou ao seu substituto em exercício da Coordenação, conforme parágrafo único do art. 2º do Regimento Geral da UFT:

- I. representar o Curso de Teatro no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- II. representar o Curso de Teatro no Conselho Diretor do Câmpus de Palmas (CONDIR);
- III. presidir os trabalhos do Colegiado de Curso de Teatro;
- IV. propor ao Diretor do Campus de Palmas a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Campus;
- V. responder, perante o CONSEPE, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do Curso de Teatro;
- VI. expedir instruções referentes ao Curso de Teatro;
- VII. representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nas normas ou objetivos fixados para o Curso de Teatro;
- VIII. convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso de Teatro;
- IX. coordenar as atividades do Colegiado do Curso de Teatro;
- X. comunicar e encaminhar todas as deliberações do Colegiado a quem de direito, para que sejam cumpridas;
- XI. adotar medidas de urgência, *ad referendum* do Colegiado do Curso de Teatro;
- XII. validar as justificativas de faltas dos docentes nas atividades administrativas e didáticas do Curso de Teatro;
- XIII. atestar a participação dos docentes em atividades de comissões, comitês e grupos de trabalhos de interesse do curso, atribuindo carga horária pertinente a estas atividades;
- XIV. solicitar aos docentes o preenchimento e entrega dos Planos de Ensino nos prazos estabelecidos;
- XV. solicitar aos docentes o preenchimento e entrega dos diários no respectivo sistema nos prazos estabelecidos, tendo em vista as determinações legais que obrigam a composição, entrega e publicização de tais documentos;
- XVI. organizar a distribuição e os horários das disciplinas nos semestres letivos com o apoio e aprovação do colegiado de curso;
- XVII. solicitar a contratação temporária de docentes, quando necessário;
- XVIII. realocar docente para o atendimento de disciplinas afins à área de formação do mesmo, quando necessário sob consulta ;
- XIX. representar e/ou delegar membros do Colegiado como representantes do Curso de Teatro em atividades internas e externas da UFT sob consulta;
- XX. requisitar ciência dos comunicados enviados por e-mail aos/às docentes;
- XXI. apresentar para o Colegiado na primeira reunião do ano ou do semestre, o calendário das reuniões ordinárias para aprovação e conhecimento;

Art. 29 - A organização dos trabalhos de conclusão de curso ficará a cargo do/a Coordenador/a de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

Art. 30 - O/A Coordenador/a de TCC será, o/a docente eleito/a, preferencialmente por consenso, em reunião colegiada.

Art. 31 - O/A Coordenador/a de TCC terá mandato de 2 (dois) anos, passíveis de renovação e de interrupção pelo interesse do próprio e/ou do colegiado.

Art. 32 - São atribuições do/a Coordenador/a de TCC aquelas informadas em REGULAMENTO específico da atividade, desenvolvido, revisto, aprovado e publicizado pelo colegiado com a periodicidade que se fizer necessária.

4 DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE

Art. 33 - A representação dos discentes do curso de Licenciatura em Teatro corresponderá a um quinto do número de docentes efetivos no Colegiado do Curso de Teatro, conforme previsto no Art. 36, Parágrafo Único, do Regimento Geral da UFT.

§ 1º - O Colegiado do Curso de Teatro estimulará e apoiará a criação e manutenção do do Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em Teatro, cabendo aos estudantes sua regularização e gestão.

§ 2º - Cabe aos membros da chapa eleita para o Centro Acadêmico a indicação dos representantes estudantis que comporão o colegiado, enviando à coordenação de curso o nome e número de matrícula dos designados.

5 DO/A SECRETÁRIO/A DO CURSO E/OU SERVIDOR TÉCNICO ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO LOTADO NO CURSO E/OU SECRETARIA E/OU COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 34 - Compete ao/à servidor/a:

- I. realizar as atribuições designadas pelo/a Coordenador/a do Curso de Teatro;
- II. elaborar e enviar por e-mail, segundo instruções do/a Coordenador/a de Curso, a convocação das reuniões do Colegiado, conforme indicação do/a Coordenador/a;
- III. secretariar as reuniões do Colegiado de Teatro;
- IV. lavrar atas das reuniões do Colegiado;
- V. redigir ofícios, memorandos e demais documentos que traduzam as decisões tomadas pelo Colegiado;
- VI. guardar todo o material da Secretaria de Curso e manter atualizados e racionalmente organizados os respectivos registros, sejam eles físicos ou digitais, de acordo com a política de gestão de recursos e documentos da UFT;
- VII. registrar o comparecimento dos membros às reuniões e a apresentação de das comprovações que justifiquem as ausências;
- VIII. gerenciar a tramitação dos processos encaminhados ao Colegiado do Curso e pelo colegiado de curso;
- IX. gerenciar os procedimentos informatizados disponibilizados pela UFT, tais como SISMA, SEI, SIE e outros que se façam necessários à administração do Curso;
- X. executar os requerimentos dos docentes, quando autorizados pelo/a Coordenador/a do Curso;

- XI. realizar semestralmente ou conforme demanda o lançamento da oferta de disciplinas no sistema correspondente e respectivo ensalamento;
- XII. responsabilizar-se pelo atendimento ao público na Sala da Secretaria do Curso de Teatro, quando tratar-se de tema de sua competência;
- XIII. utilizar sistemas de administração e gestão de fluxos, procedimentos e processos do Curso de acordo com as orientações do/a Coordenador/a de Curso;
- XIV. não solicitar ou gozar de férias em período previsto no calendário acadêmico para lançamento de oferta, matrículas, renovação de matrículas, ajuste de matrículas e primeiras semanas de aulas, salvo expressa concordância do/a Coordenador/a de Curso;
- XV. responsabilizar-se pela administração da caixa de e-mails do curso, realizando atendimento eficiente e rápido das demandas apresentadas, certificando-se de que nenhum e-mail recebido seja deixado sem resposta adequada ou sem encaminhamento procedente por mais de 48 horas, ou outro período que venha a ser expressamente acordado, de acordo com as contingências;
- XVI. outras atribuições poderão ser designadas de acordo com os entendimentos e práticas institucionais em vigor, em respeito à descrição do cargo (CBO - 4110-10) e à função.

4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35 - A representação dos membros do Colegiado do Curso é indelegável, salvo nos casos de substituições previstas no Estatuto ou no Regimento Geral da UFT.

Art. 36 - Os casos omissos ou de interpretação deste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, por deliberação interna, complementando as disposições deste documento.

Art. 37 - Este Regimento poderá ser reformado total ou parcialmente pelo voto favorável da maioria absoluta dos membros do Colegiado do Curso.

Parágrafo único: As propostas de reforma do Regimento poderão ser apresentadas pelo Coordenador do curso ou pela reunião de 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado.

Art. 38 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua data de aprovação, em 18 de junho de 2022.

Art. 39 - Às decisões do Colegiado, cabe recurso à PROGRAD, de acordo com o fluxo previsto em normativas institucionais.

PALMAS, 18 de junho de 2022

COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente documento tem por finalidade regulamentar as atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de graduação no âmbito do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins, etapa do processo formativo indispensável à integralização do curso conforme previsão regimental institucional.

Parágrafo Único: A realização, defesa pública e depósito de monografia ou artigo científico, acompanhados ou não de apresentação artística pública, constitui a atividade curricular do curso de Licenciatura de Teatro que se configura como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Art. 2º - Este regulamento foi elaborado em conformidade com a Resolução CONSUNI/UFT nº 41, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a criação e regulamentação da Biblioteca Digital de Monografias (TCC) de Graduação e Especialização (BDM) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

1 DA NATUREZA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 3º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na realização de pesquisa individual ou coletiva relatada de forma individual sob a forma de monografia ou artigo, acompanhados ou não de apresentação artística pública e defendidos, ainda de modo individual, em defesa pública, sob a avaliação de uma banca de especialistas, nas áreas e linhas de pesquisa do Teatro e das outras Artes Cênicas (dança, circo, performance e afins), no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 4º - O objetivo geral do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é propiciar aos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Teatro o aperfeiçoamento, elaboração e demonstração dos conhecimentos adquiridos, bem como o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica e à consulta de bibliografia especializada, além do aprimoramento da capacidade de interpretação prática e crítica do conhecimento científico no campo do Teatro e das outras Artes Cênicas (dança, circo, performance e afins).

Art. 5º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória, constituída por dois componentes curriculares dos currículos do curso de Licenciatura em Teatro e tem como objetivos específicos:

- I. oportunizar a elaboração de um trabalho científico sob a forma de monografia ou artigo, com demonstração de desenvolvimento lógico e domínio conceitual, que tenha como objeto de análise um tema relacionado ao Teatro e às outras Artes Cênicas (dança, circo, performance e afins);
- II. propiciar a sistematização individual de conhecimentos resultantes de um processo investigativo individual ou coletivo, originário de uma indagação teórica gerada a partir das práticas teatrais, do ensino do teatro, da prática de estágio, das práticas pedagógicas como componente curricular e de outras vivências experimentadas no decorrer do Curso;
- III. permitir o desenvolvimento da capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada, por meio da execução de um projeto de pesquisa;
- IV. possibilitar o desenvolvimento da capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das diversas áreas de formação;
- V. despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas;
- VI. estimular o espírito empreendedor, por meio da execução de projetos que levem ao desenvolvimento de produtos, os quais possam ser patenteados e/ou comercializados;
- VII. intensificar a extensão universitária, por intermédio da resolução de problemas existentes nos diversos setores da sociedade;
- VIII. estimular a construção do conhecimento coletivo;
- IX. estimular a interdisciplinaridade;
- X. estimular a inovação tecnológica;
- XI. estimular o espírito crítico e reflexivo no meio social onde está inserido;
- XII. estimular a formação continuada.

Art. 6º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pode ser desenvolvido sob alguma das seguintes óticas:

- I. trabalho de Revisão Crítica de Literatura sobre determinado tema;
- II. trabalho de exposição de determinado tema acompanhado de contribuição pessoal ou aplicação prática;
- III. trabalho original de pesquisa;

IV. trabalho original de pesquisa no campo da prática docente em teatro.

Parágrafo único: Qualquer uma das óticas adotadas deve estar articulada à temática do Teatro, das outras Artes Cênicas (dança, circo, performance e afins), da Arte-Educação ou da Educação.

Art. 7º - É vedada a convalidação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado em outro curso de graduação.

Art. 8º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se de uma atividade desenvolvida em duas etapas, denominadas “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)” e “Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”.

Art. 9º - Para a matrícula no componente que corresponde à elaboração do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o acadêmico deverá ter cumprido ao menos 80% (oitenta por cento) dos créditos de disciplinas Teórico-Práticas do seu curso (80% de 3.200h), ou seja, uma carga horária mínima de 2.560 horas e deverá ter sido aprovado previamente aprovado em Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental;

Art. 10 - Para a matrícula no componente que corresponde ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o acadêmico deverá ter sido aprovado previamente aprovado em Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso;

Art. 11 - O número de créditos atribuídos a Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será de 4 (quatro) créditos e ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será de 4 (quatro) créditos, perfazendo uma carga horária total de 120 (cento e vinte) horas.

2 DO PRÉ-PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 12 - O Pré-Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (ANEXO II) será desenvolvido no contexto do componente curricular “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”.

Art. 13 O desenvolvimento do Pré-Projeto e sua aprovação pelo docente responsável pelo componente curricular são condição para aprovação em “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)” e para a matrícula no componente “Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”.

§1º O Pré-Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser modificado pelo estudante e pelo professor orientador, em trabalho conjunto, no decorrer do componente

“Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)” a fim de configurar o Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 14 - O acadêmico que estiver em curso ou for concluinte do Programa Institucional de Iniciação Científica, modalidade PIBIC ou PIVIC, ou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica – PIBIT poderá utilizar seu projeto de pesquisa como base para o seu Pré-Projeto de TCC, desde que ele atenda aos critérios deste Regimento.

§ 1º - Neste caso, o coordenador da pesquisa do PIBIC, PIVIC ou PIBIT deverá ser obrigatoriamente o professor orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desde que o mesmo seja relacionado ao ciclo específico do Curso de Licenciatura em Teatro da UFT, salvo acordo explícito e formal em contrário por todas as partes envolvidas;

§ 2º - Fica proibida a cópia integral do projeto de pesquisa PIBIC, PIVIC ou PIBIT como Pré-Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, devendo o referido projeto ser adaptado ao modelo de Pré-Projeto Trabalho de Conclusão de Curso vigente sob as orientações do docente responsável pelo componente em questão.

Art. 15 - O Pré-Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Licenciatura em Teatro (ANEXO II) será composto pelos seguintes itens:

- I. título;
- II. resumo em Português e Palavras-Chave em Português;
- III. sumário;
- IV. apresentação, contendo Tema, Problema e Objeto;
- V. objetivo Geral e Objetivos Específicos;
- VI. justificativa;
- VII. metodologia, contendo Tipo de Pesquisa, Perspectiva de Pesquisa, Procedimentos de Produção, Levantamento e/ou Coleta de Dados e Métodos de Análise de Dados;
- VIII. fundamentação Teórica;
- IX. cronograma apresentado em semanas;
- X. referências Bibliográficas.

Art. 16 - Cabe ao docente responsável pelo componente curricular “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso” arquivar todos os Pré-Projetos desenvolvidos no âmbito do componente em

todos os semestres em que venha a atendê-lo, depositando-os em pasta digital própria lotada no arquivo digital da Coordenação do Curso de Teatro e mantendo atualizada planilha em que estejam arrolados o nome do estudante, o título do Pré-Projeto, o link para acesso ao Pré-Projeto, o nome do professor orientador designado e o link para acesso à Declaração de Aceite de Orientação.

Art. 17 - Cabe ao docente responsável pelo componente curricular “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso” informar ao Coordenador de TCC o link de acesso às Declarações de Aceite de Orientação relativas ao semestre finalizado.

3 DA COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 18 - A organização dos Trabalhos de Conclusão de Curso ficará a cargo do Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

Art. 19 - O coordenador de TCC será um docente eleito, preferencialmente por consenso, em reunião do Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro;

Art. 20 - O coordenador de TCC terá mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido, por meio de nova eleição, por igual período.

Parágrafo Único - O mandato do coordenador de TCC é passível de interrupção, seja por interesse do próprio ou por interesse justificado do Colegiado de Curso, podendo o docente ser substituído antes do período definido no *caput* deste artigo.

Art. 21 - Ao Coordenador de TCC compete, em especial:

- I. atender aos acadêmicos matriculados no componente “Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- II. convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e os acadêmicos sob orientação;
- III. indicar professores orientadores para os alunos que não os tiverem ou que necessitem de troca;
- IV. elaborar cronograma de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do semestre, em conformidade com o calendário acadêmico;

- V. manter, durante o semestre, arquivo digital atualizado em pasta virtual lotada no arquivo digital da Coordenação de Curso, em que constem o nome e dados de identificação do acadêmico em fase de elaboração da Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Projeto de Pesquisa (caso haja); nome do professor orientador e link para acesso às Declarações de Aceite de Orientação (ANEXO I);
- VI. receber dos professores orientadores os documentos de Sugestão de Banca Examinadora (ANEXO III)
- VII. submeter à aprovação do Colegiado de Curso as sugestões de bancas examinadoras;
- VIII. informar os professores orientadores sobre a aprovação ou reprovação das sugestões de bancas examinadoras;
- IX. receber dos professores orientadores a indicação de data e horário de realização das defesas públicas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como a Aprovação de Depósito do Trabalho de Conclusão de Curso (ANEXO IV)
- X. publicar editais fazendo constar data, hora e local em que serão realizadas as defesas públicas, bem como o nome dos membros que compõem a banca examinadora, dando ampla publicidade a essas informações;
- XI. receber dos professores orientadores as Fichas Individuais de Avaliação (ANEXO V) Atas de Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Curso (ANEXO VI);
- XII. receber dos estudantes as versões finais dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), conferi-las;
- XIII. salvar uma cópia das versões finais em arquivo digital armazenado em pasta virtual lotada nos arquivos digitais da Coordenação de Curso;
- XIV. encaminhar as versões finais ao Sistema de Bibliotecas da UFT, de acordo com a Resolução CONSUNI/UFT nº 41, de 12 de dezembro de 2018 ou documento que a suceda;
- XV. fornecer aos professores orientadores o documento Declaração de Orientação de TCC (ANEXO VII)

- XVI. fornecer aos membros da banca examinadora o documento Declaração de Composição de Banca Examinadora de TCC (ANEXO VIII);
- XVII. tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento.

4 DA ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 22 - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será desenvolvido sob a orientação de um professor orientador, necessariamente.

Art. 23 - O professor orientador será designado ao estudante ao final do componente Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a partir da apresentação, pelo acadêmico, de seu Pré-Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso;

Art. 24 - O estudante deverá recolher, junto ao professor orientador, uma Declaração de Aceite de Orientação (ANEXO I);

Art. 25 - O professor orientador é responsável por acompanhar e orientar o acadêmico desde o início da oferta do componente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) até o depósito do trabalho em sua versão final;

Art. 26 - Caso o acadêmico não conclua o componente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com sucesso e realize nova matrícula em semestre posterior, a Declaração de Aceite de Orientação (ANEXO I) deverá ser renovada;

Art. 27 - A substituição de professor orientador deverá acontecer mediante comunicação formal do orientador ou orientando à Coordenação de TCC, a partir do declínio de uma das partes. Neste caso, cabe à Coordenação de TCC designar novo professor orientador responsável;

Art. 28 - O curso de Licenciatura em Teatro garantirá a disponibilidade de um professor orientador a todos os alunos devidamente matriculados no curso e em condições de realização do TCC e devidamente matriculados no componente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com prioridade ao atendimento às necessidades de estudantes identificados no semestre em questão como prováveis formandos.

Art. 29 - Constam das atribuições do professor orientador:

- I. frequentar reuniões convocadas pela Coordenação de TCC;
- II. receber semanalmente seus acadêmicos orientandos, em horário previamente fixado;
- III. instruir e acompanhar o estudante no desenvolvimento da pesquisa, de acordo com seu Pré-Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso ou de um projeto revisado, verificando seu desempenho e favorecendo o desempenho ótimo da metodologia adotada, assistindo ao desenvolvimento da redação do trabalho a ser apresentado à banca avaliadora, garantindo sua adequação ao Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UFT vigente e à Resolução CONSUNI/UFT nº 41, de 12 de dezembro de 2018;
- IV. encaminhar para a Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o documento de Sugestão de Banca Examinadora (ANEXO III);
- V. contatar e instruir os membros da Banca Examinadora acerca da defesa pública;
- VI. autorizar o envio à Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a ser apresentado em Defesa Pública, enviando à Coordenação de TCC o documento de Aprovação de Depósito de Trabalho de Conclusão de Curso (ANEXO IV);
- VII. providenciar agendamento de sala, em dia e horário acordado com a Banca Examinadora, para realização da Defesa Pública;
- VIII. providenciar agendamento de equipamentos necessários à Defesa Pública, caso se aplique;
- IX. instruir previamente o acadêmico para a sua apresentação oral;
- X. Providenciar a quantidade necessária de cópias da Ficha Individual de Avaliação de TCC (ANEXO V) e da Ata de Defesa de TCC (ANEXO VI) para o momento da Defesa Pública;
- XI. presidir a banca de Defesa Pública;
- XII. proceder à abertura e ao encerramento protocolar dos trabalhos; conduzir as arguições do candidato, pelos examinadores; reunir-se, reservadamente, após o término da apresentação e arguição do trabalho, com os membros da banca examinadora, para a avaliação final;
- XIII. comunicar o resultado da avaliação final do candidato;
- XIV. providenciar o preenchimento da Ata de Defesa de TCC (ANEXO VI) e remetê-la à Coordenação de TCC, juntamente com as Fichas Individuais de Avaliação (ANEXO V) de cada um dos membros da Banca Examinadora;

- XV. assinar o trabalho final, verificando o atendimento às solicitações feitas pela banca e a adequação ao Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UFT vigente e à Resolução CONSUNI/UFT nº 41, de 12 de dezembro de 2018;
- XVI. certificar-se da entrega da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) à coordenação de TCC;
- XVII. co-responsabilizar-se pela presença de plágio no trabalho, caso identificado por terceiros após a entrega da versão final;
- XVIII. co-responsabilizar-se pela inadequação do trabalho à norma padrão da língua portuguesa, caso persistente na versão final;
- XIX. co-responsabilizar-se pela inadequação do trabalho ao Manual de Normalização de Trabalhos acadêmicos da UFT vigente, caso persistente na versão final;
- XX. co-responsabilizar-se pelo não-atendimento do trabalho à Resolução CONSUNI/UFT n.º 41, de 12 de dezembro de 2018, caso persistente na versão final.
- XXI. cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 30 - A carga horária mensal, por aluno, destinada à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, para fins do cômputo do encargo docente em seu Plano Individual de Trabalho, obedecerá às normas específicas em vigor na Universidade.

Art. 31 - A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do acadêmico, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Art. 32 - O professor orientador tem o direito de declinar do seu dever de orientação para com o orientando que não mantiver contato com o orientador por trinta dias consecutivos, observado o cronograma proposto pela Coordenação de TCC e demais prazos estipulados neste regulamento.

Art. 32 - Será admitida a co-orientação de um professor desta ou de outra Universidade, ou um profissional da área, desde que o mesmo assuma, por escrito, tal encargo.

5 DA MONOGRAFIA OU ARTIGO CIENTÍFICO

Art. 33 - A estrutura da monografia ou artigo científico deverá atender rigorosamente ao Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UFT vigente, bem como à Resolução CONSUNI/UFT nº 41, de 12 de dezembro de 2018 ou a documento que a venha a suceder;

Art. 34 - A versão final, revista após indicações da Banca Examinadora, deverá conter Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFT, conforme previsto no Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UFT vigente.

4 DA BANCA EXAMINADORA E DA AVALIAÇÃO

Art. 35 - A versão final da monografia ou artigo será defendida pelo acadêmico perante banca examinadora constituída por três membros, dentre os quais figurará o orientador do acadêmico como o Presidente da sessão e professores do Curso de Licenciatura em Teatro, ou de outro Curso da própria Instituição, que tenha especial afinidade com o tema do Trabalho a ser defendido.

§1º A banca deverá ser formada, preferencialmente, por professores com disciplinas afins.

§2º A defesa pública deve receber ampla divulgação e manter-se acessível a eventuais interessados em assisti-la.

Art. 36 - A comissão examinadora somente poderá executar seus trabalhos com três membros presentes.

§1º Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, deve ser comunicada, por escrito, a Coordenação de TCC;

§2º Não havendo o comparecimento de, no mínimo, três membros da banca examinadora, deve ser marcada nova data para a defesa.

Art. 37 - Todos os professores do Curso podem ser convocados para participação em bancas examinadoras, preferencialmente em suas respectivas áreas de atuação, mediante sugestão do professor orientador e aprovação do Colegiado de Curso;

Parágrafo Único. Sempre que possível, será mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda, evitar a designação de qualquer docente para um número superior a 5 (cinco) bancas examinadoras por semestre, ressalvadas as bancas que o professor funcione como presidente.

Art. 38 - A Banca Examinadora é soberana para tomar qualquer decisão e dirimir qualquer conflito existente durante a realização da Defesa Pública.

Art. 39 - É vedado aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos das monografias antes de suas defesas.

Art. 40 - A monografia ou artigo será considerada/o aprovada/o se a média das notas dadas pelos membros da banca for superior a 7,0, sendo analisados os seguintes critérios:

- I. quanto ao trabalho escrito: a) aspecto formal consoante ao Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UFT vigente e à norma técnica por ele adotada; b) redação clara e correção gramatical quanto à norma padrão da língua portuguesa; c) redação estruturada e organizada de maneira lógica e/ou coerente das partes; d) delimitação do tema; e) relação da metodologia com o tema; f) relação adequada entre a referência bibliográfica e o tema; g) criatividade.
- II. quanto à apresentação: a) clareza e linguagem na apresentação; b) consistência das respostas; postura perante a banca.
- III. quanto aos critérios prescritos pela Resolução CONSUNI/UFT nº 41, de 12 de dezembro de 2018, vinculantes à disponibilização do trabalho no acervo virtual da universidade (BDM): a) apresentação de normalização do trabalho nos padrões do manual de trabalhos acadêmicos da UFT; b) atualidade, relevância e regionalização da temática na formação do aluno; c) originalidade e ausência de plágio.

Parágrafo único: os critérios avaliativos não estão vinculados a valores quantitativos, ficando a cargo da Banca Examinadora uma avaliação qualitativa que se reverta em nota total de zero a 10, acompanhada de registro qualitativo individual por examinador na Ficha Individual de Avaliação (ANEXO V), cuja média será registrada na Ata de Defesa Pública de TCC (ANEXO VI).

Art. 41 - A defesa pública conterá:

- I. 20 minutos de exposição do trabalho, pelo acadêmico;
- II. 10 minutos reservados a cada membro da banca, para considerações e perguntas e para as respostas do acadêmico.

6 DOS DEPÓSITOS E PUBLICIDADE DAS VERSÕES FINAIS

Art. 36 - A entrega do Trabalho de Conclusão de Curso para a Banca Examinadora deverá ser realizada pelo orientador, ou pelo estudante orientando sob sua supervisão, em formato acordado

entre orientador e membros da Banca Examinadora, ficando a critério destes a necessidade de impressão de cópias físicas.

Art. 37 - A entrega do Trabalho de Conclusão de Curso para a Banca Examinadora só deverá ser realizada após o professor orientador encaminhar à coordenação de TCC o documento “Aprovação de Depósito de Trabalho de Conclusão de Curso” (ANEXO IV);

Art. 38 - Antes da entrega dos originais das Fichas de Avaliação Individual de TCC (ANEXO V) e da Ata de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (ANEXO VI) à Coordenação de TCC, o estudante deverá providenciar uma cópia digital dos documentos e mantê-la sob sua guarda.

Art. 39 - A versão final após correção e/ou ajustes, com assinatura do orientador e examinadores, deverá ser remetida à coordenação de TCC, que a encaminhará à Biblioteca do Câmpus. Deve ter o formato de documento digital, em CD com capa e identificação padronizada conforme Resolução CONSUNI/UFT nº 41, de 12 de dezembro de 2018, nos formatos: eletrônico (01 cópia) em formato PDF/A desprotegido e na sua íntegra e ata de defesa (01 cópia), para incorporação ao acervo da Biblioteca e ao RIUFT/BDM, acompanhado de Termo de Autorização assinado pelo autor e orientador, conforme modelo anexo à Resolução CONSUNI/UFT nº 41, de 12 de dezembro de 2018 ou documento que o venha a suceder.

Art. 40 - Os acadêmicos terão prazo máximo de 30 dias a partir da data da Defesa Pública para entregar a versão final corrigida nos formatos prescritos no Artigo anterior.

Art. 41 - As bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFT serão curadoras das coleções de cada curso de seus Câmpus.

§1º A seleção do acervo de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da Biblioteca Digital de Monografias de Graduação e Especialização (BDM) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins obedecerá aos critérios gerais estabelecidos na Resolução do Consuni n.º 41, de 12 de dezembro de 2018, que criou a BDM/UFT; Resolução Consuni n.º 56, de 29 de março de 2022, que dispõe sobre o Manual de Normalização Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos da UFT 2. ed. rev. e atual.

§2º A disponibilização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) na BDM deverá estar em acordo com a lei de direito autoral em vigor no País e seu acesso será livre nos

contextos nacional e internacional, em conformidade com a Ciência Aberta. Em função da disponibilização, foram estabelecidos critérios a serem observados na avaliação pela Banca Examinadora na apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Cursos - TCC de graduação para disponibilização na BDM, quais sejam: apresentação de normalização do trabalho nos padrões do manual de trabalhos acadêmicos da UFT; atualidade, relevância e regionalização da temática na formação do aluno; e, por fim, originalidade. (Resolução CONSUNI/UFT n.º 41, de 12 de dezembro de 2018).

7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 – É responsabilidade compartilhada entre todos os membros do Colegiado de Curso a manutenção de um arquivo digital interno que contenha todas as Fichas Individuais de Avaliação, Atas de Defesa Pública e versões finais de Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos no âmbito do curso de Licenciatura em Teatro da UFT.

Art. 42 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação de TCC, Coordenação de Curso, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante.

Art. 43 - Este regimento entra em vigor no segundo semestre de 2022, em substituição às disposições anteriores.

Art. 44 – São parte integrante deste documento os seguintes anexos:

- I. Declaração de aceite de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
- II. Modelo de Pré-Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
- III. Sugestão de Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
- IV. Declaração de aprovação de depósito de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
- V. Ficha Individual de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
- VI. Ata de Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
- VII. Declaração de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
- VIII. Declaração de composição de Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Palmas, 18 de junho de 2022

COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



**DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
(TCC)**

Eu, professor/a _____,
declaro que aceito assumir a orientação do trabalho de conclusão de curso do/a estudante
_____ durante
o semestre _____. Declaro, ainda, que foi firmado entre nós - estudante e eu - um acordo
quanto à ocorrência dos encontros semanais de orientação.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a orientador/a



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

<NOME DO AUTOR>

<TÍTULO DO PRÉ-PROJETO>
<SUBTÍTULO DO PRÉ-PROJETO (SE HOUVER)>

Cidade/TO
<Ano>

<NOME DO AUTOR>

<TÍTULO DO PRÉ-PROJETO>
<SUBTÍTULO DO PRÉ-PROJETO (SE HOUVER)>

Pré-projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de <....>, Curso de <....> como
requisito parcial para aprovação no componente
curricular Projeto de Conclusão de Curso.

Orientador<a>: <Titulação> <Nome>
Coorientador<a> (se houver): <Titulação> <Nome>

Este arquivo traz instruções com fonte em vermelho e grifo amarelo que devem ser APAGADAS antes da entrega do Pré-Projeto finalizado. São orientações adicionais para o estudante e NÃO devem aparecer na versão final.

Cidade/TO
<Ano>

RESUMO

O Resumo é um dos componentes mais importantes do trabalho. É partir dele que o leitor irá decidir se vale a pena continuar lendo o trabalho ou não. Segundo a **NBR 6028** os resumos devem ressaltar os objetivos, os métodos da pesquisa, os resultados e as conclusões do trabalho. O resumo deve ser composto de uma sequência de frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos, com a primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento, sem utilizar referências bibliográficas e evitando ao máximo, o uso de siglas/abreviações. A seguir, deve-se indicar a informação sobre a categoria do tratamento (memória, estudo de caso, análise da situação etc.). Deve ser escrito na voz ativa na terceira pessoa do singular, em espaço simples, em parágrafo único, e o tamanho deve estar entre 150 a 500 palavras.

Palavras-chaves: de três a cinco palavras-chaves separadas por ponto.

Observação: no pré-projeto você não será solicitado a escrever um abstract (resumo em inglês) e Keywords (palavras-chave em inglês). Contudo, no seu TCC isso será cobrado (conforme Manual de Normalização da UFT).

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	1X
1.1	Tema, problema e objeto	1X
2	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	2X
3	JUSTIFICATIVA	3X
4	METODOLOGIA	4X
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5X
6	CRONOGRAMA	6X
	REFERÊNCIAS.....	7X

1 APRESENTAÇÃO

Esta seção apresenta o trabalho, identificando-o para o leitor. O objetivo é estabelecer uma introdução ao assunto. Na sequência, você apresentará o tema, o problema e o objeto da pesquisa.

Este capítulo é importante para que o leitor tenha uma visão clara do que foi projetado para sua pesquisa.

A primeira parte da Introdução é a contextualização do trabalho, a qual deve iniciar diretamente a partir do título. Esta seção deve possuir referências bibliográficas (sempre buscando diferentes autores). É neste momento que você apresentará o seu projeto e indicará o contexto em que ele se encontra. Você pode iniciar com uma visão mais abrangente e ir focalizando o contexto até o projeto em si em si.

Para este pré-projeto: extensão mínima de 700 caracteres com espaço.

1.1 Tema, problema e objeto

Nesta seção, você escreverá em tópicos. Primeiramente, você vai delimitar, de forma sucinta, o tema de seu trabalho. Na sequência, você deve descrever qual é o problema a ser resolvido, sempre em forma de uma questão. Por fim, você vai delimitar qual é o objeto da sua proposta de pesquisa – isto é, dizer sobre qual recorte específico da realidade sua pesquisa deverá se debruçar (o objeto NÃO é apresentado em formato de questão).

TEMA:

PROBLEMA:

OBJETO:

Para os três itens, realizar a redação em tópicos.

2 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Esta seção formaliza os objetivos do projeto. O cumprimento desses objetivos deve ser avaliado no capítulo final do seu TCC. Os objetivos precisam estar correlacionados com a pergunta de pesquisa e com o objeto, bem como refletir a metodologia. Sempre que estiver em dúvida, foque em seu problema de pesquisa! Lembre-se: o objetivo da pesquisa é responder à pergunta que constitui seu problema de pesquisa.

Objetivo Geral:

Procure utilizar apenas uma única frase para descrever o objetivo geral, iniciando com um verbo no infinitivo. Evite muitos conectores e explicações, pois eles não fazem parte do objetivo geral e já constituem parte dos objetivos específicos. O verbo escolhido deve ser preciso, não pode ser ambíguo.

Objetivos Específicos:

1. Esta seção é uma lista de itens (como esta), cada um sendo um objetivo. É interessante que esses objetivos sejam numerados de alguma forma (o propósito desta numeração não é criar uma ordem de importância, mas permitir que o objetivo possa ser referenciado ao longo do projeto);
2. Deve se indicar todas as metas do trabalho. As perguntas a serem respondidas são “onde você quer chegar com este trabalho?”, “o que deve ser gerado após a conclusão do trabalho?”;
3. Procure ser realista e não escreva objetivos muito gerais ou muito abertos;
4. Para este Pré-Projeto, liste apenas **TRÊS OBJETIVOS ESPECÍFICOS** (FORMATO DESTA PRÉ-PROJETO DO CURSO DE TEATRO) e defina objetivos que sejam viáveis dentro do prazo que você terá para a execução do seu trabalho;
5. Evite colocar como objetivos específicos “O estudo ou aprofundamento de alguma coisa”. O estudo é um meio para alcançar o seu objetivo (a não ser que o seu objetivo seja apenas o estudo daquela alguma coisa - o que, usualmente, não deverá ser aceito como um trabalho deste porte);
6. Você deve evitar o preenchimento de uma sequência de atividades realizadas (ver metodologia). Essa sequência de atividades é o plano de trabalho e mostra como você trabalhou para alcançar os objetivos definidos aqui.

7. Evite objetivos pessoais e procure focar em objetivos do trabalho (a não ser que você já tenha um/a orientador/a e tenha recebido orientações explícitas sobre inserir objetivos pessoais);
8. Cada um dos objetivos específicos deverá ser trabalhado mais tarde nas conclusões do seu TCC, pois será preciso indicar como estes objetivos foram alcançados e, caso contrário, justificar o porquê do não atendimento a um objetivo traçado no início da pesquisa.

Para este pré-projeto: apenas 3 objetivos específicos

3 JUSTIFICATIVA

A justificativa, como o próprio nome indica, é a argumentação a favor da validade da realização do trabalho proposto, identificando as contribuições esperadas e a diferencial relação aos trabalhos similares. É interessante também inserir as relevâncias social, organizacional e acadêmica.

Para o pré-projeto do curso de Licenciatura em Teatro da UFT, também solicitamos que você insira justificativas de ordem pessoal, subjetiva, relativas ao seu processo formativo. Mas, lembre-se: este formato não é usual em Programas de Pós-Graduação de outros campos do saber.

Assim, neste nosso pré-projeto você deverá: primeiramente, apresentar justificativas de ordem pessoal, subjetiva, relativas ao seu processo formativo. Diga como esse tema apareceu para você, em que momento de seu processo formativo você teve contato com ele e o que o levou a assumi-lo como seu tema de TCC. Inicie a sua justificativa com essas justificativas pessoais/formativas, que podem compor no máximo a metade da seção de justificativa (ou seja, 1000 caracteres com espaços).

Após apresentar suas justificativas pessoais/formativas, você apresentará as justificativas acadêmicas, científicas, relativas ao campo do conhecimento em questão. Você deve trazer elementos da bibliografia estudada e mostrar como, a partir de seus autores-parceiros (referências), seu tema tem relevância para o avanço do campo.

Para este pré-projeto: extensão mínima de 2000 caracteres com espaços.

4 METODOLOGIA

Nesta seção, deve-se classificar a metodologia que será utilizada na pesquisa e apresentar uma síntese dos procedimentos que serão utilizados para o desenvolvimento do TCC. Deve-se a apresentar um posicionamento ontológico (a natureza da realidade, o que pode ser conhecido sobre ela) e epistemológico (a natureza da relação entre o pesquisador e o que pode ser pesquisado, determinado pela concepção ontológica) sobre o tema de pesquisa.

Para este pré-projeto do curso de Licenciatura em Teatro, você deverá **NECESSARIAMENTE** utilizar o seguinte formato:

Tipo de Pesquisa: (informar se a pesquisa é Teórica ou Teórico-Empírica)

Perspectiva da Pesquisa: (informar se é quantitativa ou qualitativa, e escrever brevemente por quê essa é a perspectiva adotada, de acordo com o referencial bibliográfico trabalhado na disciplina Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso).

Métodos de coleta de dados: métodos e técnicas que você irá utilizar para produzir, levantar e/ou coletar os dados da pesquisa, conforme estudado na disciplina Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Em caso de pesquisa com participantes humanos, indicar o subitem “Participantes”, dizendo quantos são, quais as características do grupo (idade, de onde são, como foram “selecionados” – conforme convier à investigação).

Análise de dados: como você irá analisar os dados produzidos, levantados e/ou coletados.

Todos os métodos, técnicas e/ou procedimentos que você prevê que serão utilizados em sua pesquisa devem ser apresentados aqui em seu contexto. Lembre-se: métodos são definidos em função do problema de pesquisa, isso é, o que você elenca para fazer (métodos, técnicas, procedimentos) é selecionado com o objetivo de responder à pergunta-problema.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresenta brevemente a revisão de literatura. Aqui, é importante que haja uma boa pesquisa bibliográfica para embasar todos os assuntos que você pretende desenvolver.

Os níveis de abrangência e de profundidade da Fundamentação Teórica devem ser suficientes para evidenciar o conhecimento sobre o domínio da pesquisa. Porém, você deve focar no referencial teórico essencial para o trabalho. Lembre-se que, após a conclusão do trabalho, você deverá ter lido muito mais do que aquilo que foi colocado no texto. Ou seja, nem tudo que você precisa saber estará no texto.

Para a sua pesquisa bibliográfica recomenda-se a leitura do artigo “Como fazer pesquisa bibliográfica” (TRAINA; TRAINA JR, 2009), publicado na edição de agosto de 2009 da revista SBC Horizontes¹.

Lembre-se: você pode e deve recorrer a leituras já realizadas ao longo do curso. Você também pode recorrer a resumos de artigos publicados em bons periódicos, caso o tema que tenha escolhido para seu TCC não tenha sido estudado em nenhuma disciplina ao longo do curso.

Para este pré-projeto: extensão mínima de 2000 caracteres com espaço.

No mínimo 3 obras e 3 autores (ou seja, você pode utilizar 3 obras diferentes de autores diferentes; se você utilizar 2 obras de um mesmo autor, precisa apresentar no mínimo outras 2 obras de autores diferentes; se apresentar 3 obras de um mesmo autor, ainda precisará apresentar ao menos 2 obras de outros 2 autores diferentes. E assim sucessivamente).

¹ Disponível em: <https://www.sbc.org.br/horizontes/doku.php?id=v02n02:principal> (Acesso em: 23 set. 2009).

6 CRONOGRAMA

Aqui você vai apresentar, em forma de quadro ou tabela, o cronograma de sua pesquisa. Ele deve ser contido em 18 semanas letivas, isto é, deve contemplar o período de duração da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”. Assim, é provável que esteja delimitado em Março, Abril, Maio, Junho e início de Julho ou Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e início de Dezembro, conforme calendário acadêmico. Neste pré-projeto, vamos utilizar o modelo de cronograma por semanas, a fim de facilitar sua organização. Porém, geralmente os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) solicitam pré-projetos com cronogramas mensais. As ações descritas em vermelho são apenas **exemplos** – você deve apagá-las para inserir as suas próprias ações.

DATA	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES
Semana 1	Aprofundamento da pesquisa bibliográfica
Semana 2	Revisão da metodologia e preparação do Procedimento A (ex: intervenção na escola)
Semana 3	Início do Procedimento A
Semana 4	Desenvolvimento do Procedimento A
Semana 5	Finalização do Procedimento A
Semana 6	Avaliação do Procedimento A: primeira análise do Caderno de Campo, reflexão e aprofundamento da leitura das referências
Semana 7	Aprofundamento da leitura das referências
Semana 8	Início de redação da Fundamentação Teórica
Semana 9	Redação e entrega do capítulo de Fundamentação Teórica para a orientadora
Semana 10	Ampliação e revisão da Redação da Metodologia
Semana 11	Finalização e entrega da Fundamentação Teórica e Metodologia para a orientadora.
Semana 12	Redação dos Resultados: descrição do Procedimento A
Semana 13	Finalização e entrega dos Resultados para a orientadora.
Semana 14	Redação da Discussão: análise do Procedimento A e desenvolvimentos
Semana 15	Redação das Considerações Finais, ajustes, incorporação das sugestões da orientadora.
Semana 16	Finalização e entrega do TCC à orientadora.
Semana 17	Novos ajustes, conforme indicações da orientadora. Escrita de resumo. Formatação. Revisão.
Semana 18	Revisão final, impressão, entrega dos arquivos para a banca
Conforme agendamento	Defesa de TCC

Tabela 1 - Cronograma

REFERÊNCIAS

Para a elaboração das referências bibliográficas utilize a norma correspondente da ABNT. As referências devem ser descritas utilizando um estilo de formatação específico: Ordem Alfabética, alinhamento à esquerda, espaçamento simples entre as linhas e espaço entre parágrafos de 12 pontos antes e depois do parágrafo. As referências devem utilizar a norma **ABNT NBR 6023:2018**. Abaixo seguem exemplos ilustrativos de descrição de referência bibliográfica:

Livro

LISTA DE AUTORES. **Título do livro:** subtítulo. ed. (a partir da 2ª edição). Local: Editora, ano de publicação.

PATTERSON, David A.; HENNESSY, John L.; **Organização e projeto de computadores:** a interface hardware/software. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CUENCA, A. M. B.; ANDRADE, M. T. D.; NORONHA, D. P.; FERRAZ, M. L. E. F. **Guia de apresentação de teses**. 2. ed. São Paulo: A Biblioteca, 2008.

DUATO, José; YALAMANCHILI, Sudahakar.; NI, Lionel. **Interconnection networks:** an engineering approach. Los Alamitos: IEEE Computer Society Press, 1997.

Capítulo de livro

LISTA DE AUTORES DO CAPÍTULO. Título da parte referenciada. In: LISTA DE AUTORES DO LIVRO (ou editor etc.). **Título do livro:** subtítulo. Local: Editora, ano de publicação. p. _____. (Paginação do capítulo)

WUNSCH FILHO, V.; KOIFMAN, S. Tumores malignos relacionados com o trabalho. In: MENDES, R. (Coord.). **Patologia do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003. p. 990-1040.

Artigo de periódico

LISTA DE AUTORES. Título do artigo. **Nome do periódico**, cidade de publicação do periódico, v. ____ (volume), n. ____ (fascículo), p. ____-____ (paginação do artigo), mês e ano de publicação.

CARVALHO, M. L. O.; PIROTTA, K. C. M.; SCHOR, N. Participação masculina na contracepção pela ótica feminina. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 23-31, fev. 2001.

TAMIR, Y.; FRAZIER, G. L. Dynamically-allocated multi-queue buffers for VLSI communication switches. **IEEE Transactions on Computers**, New York, v. 41, n. 6, p. 725-737, June 1992.

ALLEYNE, G. La salud y el desarrollo humano. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, Washington, DC, v. 120, n. 1, p. 1-10, ene. 1996.

Artigo de anais de conferência

LISTA DE AUTORES. Título do artigo. In: NOME DA CONFERÊNCIA, edição da conferência, ano de realização da conferência, cidade de realização da conferência. **Título dos anais**. Local da editora: Nome da editora, ano de publicação dos anais. p. ____-____ (paginação do artigo).

NOTA: Quando o título dos anais for o nome da conferência precedido pelas expressões “**Anais da**” ou “**Proceedings of**”, entre outras, ele deve ser substituído pelas expressões “**Anais...**” ou “**Proceedings...**”. Essa regra não se aplica no caso de eventos abrigados por uma conferência em que os anais de todos os eventos são reunidos e publicados com o nome da conferência, como ocorre no Congresso da Sociedade Brasileira de Computação.

NUGENT, S. The iPSC/2 direct connect communications technology. In: CONFERENCE ON HYPERCUBE CONCURRENT COMPUTERS AND APPLICATIONS – HCCA, 3., 1988, Pasadena. **Proceedings...** New York: ACM Press, 1988. p. 51-59.

KARIM, A. N. F.; DEY, R. R. S. On-chip Communication architecture for OC-768 network processors. In: DESIGN AUTOMATION CONFERENCE – DAC, 38., LasVegas, 2001. **Proceedings...** New York: ACM Press, 2001. p. 678-683.

ZEFERINO, Cesar Albenes; BRUCH, Jaison Valmor; PEREIRA, Thiago Felski; KREUTZ, Márcio Eduardo; SUSIN, Altamiro Amadeu. Avaliação de desempenho de Rede-em-Chip modelada em SystemC. In: WORKSHOP DE DESEMPENHO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO – WPERFORMANCE, 2007, Rio de Janeiro. **Anais do XXVII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2007. p. 559-578.

Referências consultadas pela Internet (quando não houver uma versão publicada em forma impressa ou por outros meios de distribuição)

LISTA DE AUTORES. **Título do livro**: subtítulo. ano de publicação. Disponível: <URL>. Acesso em: dia mês ano.

OLIVEIRA, Luciel Henrique. **Quadros, tabelas e figuras**: como formatar, como citar, qual a diferença? 2007. Disponível em:
http://www.administradores.com.br/producao_academica/quadros_tabelas_e_figuras_como_formatar_como_citar_qual_a_diferenca/436. Acesso em: 10 set. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



**SUGESTÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO (TCC)**

Eu, professor/a _____, responsável
pela orientação do trabalho de conclusão de curso intitulado
_____,
apresentado pelo/a estudante _____, faço saber nossas
sugestões para a composição da banca examinadora do trabalho, que será defendido em
sessão pública a ser realizada entre _____ e _____, conforme agenda
definida pelo colegiado do curso de Licenciatura em Teatro.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a orientador/a

NOME E SOBRENOME
Estudante pesquisador/a

RELAÇÃO DE ESPECIALISTAS

Nome completo	Titulação	Instituição
Professor/a orientador/a		
Primeiro/a titular (professor membro do colegiado de licenciatura em Teatro da UFT)		
Segundo/a titular		
Primeiro/a suplente (suplente do orientador)		
Segundo/a suplente (suplente do primeiro titular)		
Terceiro/a suplente (suplente do segundo titular)		

Rubrica do/a professor/a orientador/a e do/a estudante pesquisador/a:

Para a sugestão de especialistas externos ao colegiado do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins, apresentar justificativa:

Justificativa para sugestão do *Membro X* (*substitua “Membro X” por “segundo titular”, “segundo suplentes” ou “terceiro suplente”, conforme o caso*):

Rubrica do/a professor/a orientador/a e do/a estudante pesquisador/a:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



APROVAÇÃO DE DEPÓSITO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, professor/a _____, aprovo
o envio para a banca, em formato previamente acordado entre todos os envolvidos, do
trabalho de conclusão de curso intitulado
_____, apresentado pelo/a estudante
_____.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a orientador/a

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



**FICHA INDIVIDUAL DE AVALIAÇÃO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
(TCC)**

Eu, professor/a _____, atribuo
ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado _____,
de autoria do estudante _____
sob orientação do/a professor/a _____
a NOTA _____ (nota de zero a 10).

Declaro ter observado os critérios avaliativos especificados no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Teatro, a saber:

- I. quanto ao trabalho escrito: a) aspecto formal consoante ao Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UFT vigente e à norma técnica por ele adotada; b) redação clara e correção gramatical quanto à norma padrão da língua portuguesa; c) redação estruturada e organizada de maneira lógica e/ou coerente das partes; d) delimitação do tema; e) relação da metodologia com o tema; f) relação adequada entre a referência bibliográfica e o tema; g) criatividade.
- II. quanto à apresentação: a) clareza e linguagem na apresentação; b) consistência das respostas; postura perante a banca.
- III. quanto aos critérios prescritos pela Resolução CONSUNI/UFT nº 41, de 12 de dezembro de 2018, vinculantes à disponibilização do trabalho no acervo virtual da universidade (BDM): a) apresentação de normalização do trabalho nos padrões do manual de trabalhos acadêmicos da UFT; b) atualidade, relevância e regionalização da temática na formação do aluno; c) originalidade e ausência de plágio.

Minha avaliação qualitativa do trabalho frente aos critérios elencados é:

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Membro da Banca Examinadora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Aos ____ dias do mês de _____ de 2XXX, realizou-se a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado _____, apresentado pelo/a estudante _____ como critério para aprovação no componente curricular “Trabalho de Conclusão de Curso” do Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins.

A banca examinadora atribuiu a nota média final ____ (_____), considerando o trabalho _____. Nada mais tendo a constar, assinam essa ata o professor orientador e os membros da banca examinadora.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a orientador/a

NOME E SOBRENOME
Professor/a avaliador/a

NOME E SOBRENOME
Professor/a avaliador/a

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, professor/a _____,
coordenador/a de TCC em exercício, declaro que o/a professor/a

orientou, durante o semestre _____, o trabalho de conclusão de curso (TCC)
intitulado _____,
apresentado pelo/a estudante _____.

Declaro, ainda, que o supracitado professor atuou como presidente da banca de avaliação do
referido trabalho em sessão pública realizada nas instalações do Câmpus de Palmas da UFT
em _____, ocasião em que o referido trabalho foi aprovado.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a coordenador/a de TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



DECLARAÇÃO DE DE COMPOSIÇÃO DE BANCA DE EXAMINADORA

Eu, professor/a _____,
coordenador de TCC em exercício, declaro que o professor/a
_____ integrou
a banca de avaliação na defesa do trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado
_____, apresentado
pelo/a estudante _____ em sessão pública
realizada nas instalações do câmpus Universitário de Palmas em _____.

Palmas, 00 de mês de 0000

NOME E SOBRENOME
Professor/a coordenador/a de TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



**REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE
LICENCIATURA EM TEATRO**

Art. 1º - O NDE tem função consultiva, propositiva, avaliativa e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica.

Art. 2º - O NDE integra a estrutura de gestão acadêmica de Curso de graduação, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro, tendo as seguintes atribuições:

- I. Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção e fundamentos;
- II. Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso contribuindo para a sua efetiva consolidação;
- III. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- V. Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do Curso;
- VI. Conduzir, sempre que necessário, os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação do Colegiado de Curso;
- VII. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
- VIII. Programar e supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do Curso;
- IX. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



X. Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando através de parecer ao Colegiado de Curso, a substituição de docentes, quando necessário.

Art. 3º - O NDE será constituído pelo (a) Coordenador (a) de Curso e por docentes efetivos, atuantes no Curso de Licenciatura em Teatro, totalizando, no mínimo, 05 (cinco) membros, satisfazendo os seguintes requisitos:

I - pelo menos 60% com titulação em nível de pós-graduação stricto sensu;

II - pelo menos 20% com regime de trabalho de Dedicação Exclusiva;

§1º - O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do Curso que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, traduzida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e que atuem visando o desenvolvimento do Curso e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, conforme o Art. 1º, parágrafo único da Resolução nº 01/2010 do CONAES.

§2º - A presidência do NDE será exercida pelo Coordenador do Curso ou por um membro por ele designado.

§3º - Não constituirá impedimento à indicação, o docente ser membro de outro(s) NDE(s), ficando a avaliação da conveniência, oportunidade e possibilidade de exercer um bom trabalho no Núcleo, a critério do órgão indicador e do docente indicado.

Art. 4º - A quantidade de professores que auxiliarão o Coordenador será de, no mínimo 05 docentes, pertencentes ao Colegiado de Curso.

Art. 5º - O mandato dos representantes no Núcleo Docente Estruturante será de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução.

Art. 6º - A participação dos docentes no NDE será voluntária, podendo haver, se necessária, a indicação de representantes pelo Colegiado de Curso.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



Art. 7º - Sempre que se considerar necessário, serão formadas comissões de trabalho, compostas pelos membros do NDE.

Art. 8º - A Composição do NDE do Curso de Licenciatura em Teatro deverá possuir, preferencialmente:

- I - Pelo menos, 60% (sessenta por cento) dos seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;
- II - 40% (quarenta por cento) atuando ininterruptamente no Curso de Licenciatura em Teatro desde o último ato regulatório;
- III - 60% (sessenta por cento) dos docentes com formação específica na área do Curso ou atuação comprovada na área de formação de professores.

Art. 9º - Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto;
- b) representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) encaminhar as deliberações do Núcleo;
- d) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE e um responsável para secretariar e lavrar as atas;
- e) promover e coordenar a integração com os demais órgãos e setores da instituição;
- f) assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Art. 10º - O NDE reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente e/ou pela maioria dos seus membros.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 16.
Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4755 | www.uft.edu.br/teatro | teatro@uft.edu.br



§1º - As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, cabendo ao Presidente a decisão do desempate quando se fizer necessário.

§2º - Para se considerar instalada uma reunião do NDE deverão estar presentes pelo menos 60% dos seus membros.

Art. 11 - Esta regulamentação poderá ser revista a qualquer tempo, desde que solicitado pela maioria do total de membros do NDE.

Art. 12 - Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 13 - Este Regimento entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro